

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

AMILTON GUSTAVO DA SILVA PASSOS

**UMA ALA PARA TRAVESTIS, GAYS E SEUS MARIDOS:
PEDAGOGIAS INSTITUCIONAIS DA SOBREVIVÊNCIA NO PRESÍDIO CENTRAL
DE PORTO ALEGRE**

PORTO ALEGRE
2014

AMILTON GUSTAVO DA SILVA PASSOS

**UMA ALA PARA TRAVESTIS, GAYS E SEUS MARIDOS:
PEDAGOGIAS INSTITUCIONAIS DA SOBREVIVÊNCIA NO PRESÍDIO CENTRAL
DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Sexualidade e Relações de Gênero
Orientador: Fernando Seffner

Porto Alegre
2014

CIP - Catalogação na Publicação

Passos, Amilton Gustavo da Silva
UMA ALA PARA TRAVESTIS, GAYS E SEUS MARIDOS:
PEDAGOGIAS INSTITUCIONAIS DA SOBREVIVÊNCIA NO
PRESÍDIO CENTRAL DE PORTO ALEGRE / Amilton Gustavo
da Silva Passos. -- 2014.
108 f.

Orientador: Fernando Seffner.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Travestis. 2. Educação. 3. Presídio. 4.
Pedagogia da Sobrevivência. 5. Performance. I.
Seffner, Fernando, orient. II. Título.

AMILTON GUSTAVO DA SILVA PASSOS

**UMA ALA PARA TRAVESTIS, GAYS E SEUS MARIDOS:
PEDAGOGIAS INSTITUCIONAIS DA SOBREVIVÊNCIA NO PRESÍDIO CENTRAL
DE PORTO ALEGRE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fernando Seffner
Presidente da Banca – Orientador
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGEdu

Profa. Dra. Fabiana Amorim Marcello
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/PPGEdu

Profa. Dra. Rosimeri Aquino da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Miriam Steffen Vieira
Universidade do Vale do Rio dos Sinos/PPG-Ciências Sociais

Dedico esta dissertação ao Destino, por ter posto diante de mim um caminho ao mesmo tempo difícil e maravilhoso.

Três Travestis
Caetano Veloso

Três travestis
Traçam perfis na praça.
Lápis e giz
Boca e nariz, fumaça.
Lótus e liz
Drops de aniz, cachaça
Péssima atriz
Chão, salto e triz, trapaça
Quem é que diz?
Quem é feliz?
Quem passa?
A codorniz
O chamariz
A caça
Três travestis
Três colibris de raça
Deixam o país
E enchem Paris de graça

Agradecimentos

Não foi uma caminhada fácil. Sou filho de uma família que não tem grandes posses. Sou filho de um pai que cresceu em um lugar carente em uma família digna. Sou filho de um pai que nunca quis que o que faltou a ele faltasse para seus filhos. Sou filho de um pai que lutou durante toda a sua vida pra ter certeza que seus filhos desfrutassem de todas as oportunidades possíveis. Sou filho de um pai perfeccionista, que o melhor trabalho sempre pode ser melhorado. Perseverança, coragem, visão. Sou filho de uma mãe que sempre soube exatamente como acolher. Sou filho de uma mãe que trabalhou muito. Sou filho de uma mãe que se transforma numa fera ao mínimo sinal de ameaça aos seus filhos. Sou filho de uma mãe que liga para não falar nada, que liga só para ouvir a minha voz, que diz “ouvir sua voz muda todo o meu dia”. Fui acolhido pela cidade de Porto Alegre e percebi que a distância separa os corpos, mas aproxima os corações. Percebi que a saudade é o tempero do retorno. Percebi que a dor de deixar tanta coisa longe pode ser um grande passo para o crescimento. Percebi que deixar longe não é perder.

Se cheguei aqui é por que superei obstáculos, se superei obstáculos é por que tive apoio. Assim sendo, sinto a honra de agradecer. Ao meus pais, por absolutamente tudo, pelo amor, pela confiança, por cada ligação de saudade, por cada “temos muito orgulho de você”. Ao meu irmão, pela cumplicidade. À minha Tia Patrícia, pelo carinho e pelo acolhimento. Ao Gugu e Gabriel, por crescerem comigo. Ao Eminho, por ser um irmão. À Camila, por ser a cereja do bolo de muitos momentos que eu gosto de lembrar. À Neide, pelas conversas, por que eu sou um “merdinha” de vez em quando. À Prof. Carmem, pela frase “Te vira!”. À Prof. Carla, por me ensinar o rigor da pesquisa. À Claudiene, por ser muito mais que uma professora, por ser alguém que me salvou no último minuto de uma vida de frustração profissional, por ser uma amiga, por ser uma pessoa quem eu tenho um grande carinho e completa admiração. Agradeço a todos e todas que passaram pelo Centro Acadêmico Livre de Biologia da Federal de Sergipe, por me mostrarem que existem várias formas de ser bicho grilo. Agradeço ao Thiago Ranniery, por ser amigo, colega e mestre, tudo ao mesmo tempo. À Maguinha, Bia e Gabriel por deixar que eu namorasse a televisão deles. À Tia Ivanilda, Lilinha, Willian, por me entenderem. Agradeço à Misfor, por ser uma entidade transformadora na minha vida. Agradeço ao Francisco Kiko Marinho que não é nem um crustáceo de estimação, nem um bicho verde com três antenas, mas, sim, meu mestre Jedi, alguém por quem eu tenho muito orgulho de dizer que é meu amigo. Ao Lucas Hantaro por ser a pessoa que mais se faz presente mesmo estando tão distante, meu irmão. À Mari, pelas telepatias que dispensam qualquer palavra, afinal, sabemos tudo que um quer dizer para o outro só com o olhar. Agradeço à Dani Baixa, um grande amor de muitas vidas. À Cata, Rebeca, Rodrigo, Túllio, Yann.

Agradeço à Rê, ao Adri e à Lelinha por serem minha família Porto Alegrense, em especial à Rê por ter ouvido minhas alegrias, meus dramas, minhas angústias, por ter rido, conversado, visto novela. Rê, você vai ter sempre um lugar muito especial no meu coração! Agradeço ao John por ter feito a minha vida em Porto Alegre possível, pela companhia, pelos amigos, pelo acolhimento, pelos abraços, pelos cafés. À Patrícia, Elô, May e Loy. Agradeço ao Bar da Arquitetura pelas digressões e pelos momentos de apreciação dos inúmeros desconhecidos íntimos. Agradeço ao Bermuda, ao Trança, ao Cara Mais Bonito, pelos momentos que eles nem sabem que nos proporcionaram. Agradeço ao Reinaldo e ao Daniel, pela paciência, pelos conselhos, pelos estudos e pelas inúmeras risadas. Vocês não vão se livrar de mim facilmente. Agradeço ao café, ao mate, à indústria farmacêutica, pelos

momentos de sanidade. Agradeço à Casa do Lado e ao Ocidente, pelos momentos de insanidade. Agradeço à Elza, Edson, Maria Stephanou.

Agradeço ao Fernando Seffner, meu orientador, por aceitar uma pessoa completamente desconhecida, retirante e meio louca como orientado. Agradeço por ter confiado em mim, por ter me dado confiança, pelo olhar de “quero mais é que meus orientandos cresçam”. Agradeço à Gabriela, Catharina, Yara e todos e todas as outras pessoas do GEERGE.

Agradeço ao Tiago Balem, primeiramente por ter aparecido na minha vida, agradeço por ter me acompanhado nesse duro caminhar. Agradeço pelos abraços, pelos beijos, pelos olhares que me fazem ter certeza que sou amado. Agradeço por ter me deixado fazer parte da sua vida. Agradeço por ser uma viga fundamental na minha vida. Agradeço por estar ao meu lado mesmo sabendo que a frase anterior foi uma tentativa ridícula de fazer uma analogia com o campo da arquitetura. Agradeço por me amar justamente pelas coisas mais simples e muitas vezes bestas que me fazem ser que eu sou.

Agradeço à Marcelly Malta, por ter me permitido fazer parte da equipe da ONG Igualdade-RS e por ter tornado essa pesquisa viável. Agradeço pelos tratamentos doces pelos sorrisos e pelas histórias mais loucas da noite porto-alegrense. Agradeço a toda a equipe da ONG.

Agradeço ao parque da Redenção, pelos momentos de paz. Agradeço à orla do Gasômetro pelo pôr-do-sol. Agradeço a Porto Alegre e a tudo que vivi aqui por ser exatamente o que eu precisava viver!

Resumo

Esta pesquisa está situada no campo dos Estudos de Gênero, Sexualidade e Educação, a partir de uma perspectiva pós-estruturalista. O fenômeno tomado como objeto é a criação de uma ala específica para agrupar travestis, gays e seus maridos (ala GBT) no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA). Essa instituição foi considerada a pior prisão do Brasil segundo o relatório da CPI do Sistema Carcerário em 2008. Mesmo levando em consideração o estado aparentemente decadente do PCPA, eis que surge um espaço que abriga um grupo considerado, dentro da hierarquia prisional, o de menor valor. Galerias com até 200% de lotação contrastam com ala GBT que nem mesmo atinge o número máximo de apenados. Essa situação aparentemente paradoxal me levou às seguintes questões: como, em uma instituição extremamente heteronormativa, o estigma que o grupo GBT parece carregar passou a conferir benefícios? Como esse espaço se fez possível agora e não em outro momento? Quais os efeitos que a existência desse espaço tem sobre seus moradores? E sobre os outros apenados? A fim de responder tais questionamentos, optei por realizar entrevistas com 11 indivíduos colaboradores, sendo 6 policiais militares responsáveis pela administração prisional, 2 travestis, 2 maridos e a presidenta da ONG Igualdade-RS. As entrevistas foram iniciadas com uma pergunta norteadora, podendo ser feitas outras perguntas pontuais na tentativa de esclarecer pontos imprecisos nas narrativas. Através de uma análise das narrativas pude identificar alguns vetores discursivos que parecem ter contribuído para o surgimento da ala. A construção do acoplamento entre o sujeito travesti e a posição de vítima parece servir de mote para uma prática institucional que torna a ala possível. Através de uma normativa aqui chamada de Gestão de Risco foi possível mobilizar uma série de práticas institucionais que contribuíram para a emergência e permanência da ala. A emergência da ala desencadeou uma série de efeitos sobre os que nela habitam, sobre os outros apenados, bem como sobre a administração prisional. A imagem do indivíduo a ser protegido institui certas regras de acesso à ala ao mesmo tempo em que designa as normas para a permanência nela. Essas práticas institucionais produzidas a partir de um truque performativo funcionam pedagogicamente como uma tecnologia da produção e governo dos sujeitos. A Pedagogia da Sobrevivência se constitui numa série de estratégias pedagógicas que atuam sobre os sujeitos que desejam ter acesso à ala. É preciso aprender a performar o sujeito metafísico que tem legitimidade de habitar a ala. Essa mesma prática pedagógica produz retroativamente um estado panóptico de constante vigilância de conduta fundamental na manutenção do *status* de sucesso da ala. A história muito singular de emergência da ala GBT do PCPA é o ponto de partida para a formação de um complexo emaranhado jurídico-discursivo que atua de maneira eficiente na pedagogização dos corpos.

Palavras-chave: Travestis, Educação, Presídio, Pedagogia da Sobrevivência, Performance.

Sumário

1. O antes e o através dos portões do Presídio Central de Porto Alegre	10
2. “É um lugar para travestis, gays e seus maridos”	20
3. O sujeito travesti: o acoplamento travesti-vítima.....	36
4. Da (na) falência ao acolhimento: a gestão de risco	60
5. Como chegar a ala das bichas: a pedagogia da sobrevivência	67
6. Como ficar na ala das bichas: o pacto fáustico	84
7. Sucesso/falência e as perguntas não-respondíveis	98
REFERÊNCIAS	101
ANEXOS	105

1. O antes e o através dos portões do Presídio Central de Porto Alegre

Trajetória, caminhos... A sequência que se deu na formação da experiência, talvez seja apenas diferentes formas de falar sobre a maneira muito singular que vemos o mundo que nos rodeia. Em uma comparação metafórica a um caminho material, que se trilha no objetivo de alcançar certo ponto no seu final, talvez, a experiência seja justamente a forma que escolhemos ao trilhar a distância entre o ponto de partida e o ponto de chegada. O fim da jornada, o objeto final, é visto de diferentes maneiras por cada um que percorreu um dos incontáveis caminhos possíveis. Talvez, mesmo aqueles que tenham aparentemente trilhado os mesmos caminhos os tenham vivido de maneira diferente. Quando se trata de um caminho de aproximação a um objeto de pesquisa, essa trajetória muito particular explorada pelo pesquisador se faz substancialmente importante. É necessário oferecer ao leitor o máximo possível de elementos para que este consiga se aproximar dos olhos de quem analisou tal objeto e fornecer a possibilidade de que aquele que se coloca como leitor disponha de elementos para criticar o que foi descrito, discordar, concordar e acrescentar.

Cheguei à cidade de Porto Alegre como aluno de mestrado em 2012. Diferentes pensamentos foram esboçados no decorrer do primeiro ano de estudos de pós-graduação, na tentativa de delimitar um objeto de pesquisa para a dissertação. Infelizmente, durante algum tempo, não havia me deparado com algo que realmente instigasse uma vontade investigativa mais profunda. Em certa altura do ano de 2013, meu orientador, Prof. Dr. Fernando Seffner, foi convidado por uma ONG a fazer uma visita ao Presídio Central de Porto Alegre (PCPA). Em outro momento, o Professor me convidou para uma conversa na qual expôs haver presenciado a existência de um espaço no presídio que, num primeiro momento, parecia ser uma galeria que abrigava apenas travestis e seus maridos. Imediatamente, senti-me muito interessado pelo assunto. No meu trabalho de conclusão de curso, na graduação, tive a oportunidade de compreender melhor como é a percepção das hierarquias que regulam as diferentes homossociabilidades de pessoas não-heterossexuais na escola. Parte dos informantes que construíram junto comigo o material de análise através de entrevistas foram pessoas que se identificaram como travestis ou pessoas transexuais. Relacionando a realidade apresentada pelo Professor ao trabalho de conclusão desenvolvido na graduação, foi possível começar a se desenhar um provável objeto de pesquisa.

A ONG em questão tratava-se da Igualdade-RS, uma organização que tem como objetivo a promoção da cidadania, saúde e diversos direitos de travestis e pessoas transexuais. Sua presidente, Marcelly Malta, comandava um projeto que procurava proporcionar atenção ao público travesti que cumpre pena de reclusão no PCPA, de diferentes formas. Em seguida, compareci à ONG para uma conversa com a presidente. Ao expor minha condição de aluno de mestrado e orientando do Professor Fernando Seffner – uma pessoa conhecida nos espaços que discutem a homocultura de um modo geral –, deparei-me com um ambiente bastante acolhedor. A presidente concordou com a minha adição à equipe que desenvolvia o projeto no PCPA, em primeiro momento, apenas como observador. A experiência de minha primeira visita ao presídio constituiu-se, por si só, como um *corpus* de análise. Deparei-me com uma realidade conflitante e paradoxal, em que a falência institucional não só encontrava, mas convivia de forma aparentemente harmônica, com sua própria janela para a esperança de sucesso. Encontrei-me com sutilezas que pareciam já estar incorporadas a um estado “natural” naquele lugar. Reconheci relações que variavam entre abjeção e recompensa de uma ordem que jamais havia vislumbrado.

Compartilho, a seguir, um pouco dos caminhos que trilhei, das impressões que obtive, dos atravessamentos que vi e sofri sobre aquilo que me dediquei a observar e analisar e que hoje, sem sombra de dúvidas, me constituem como sujeito. Convido a entrar através do portão dessa instituição carcerária e conhecer parte do complexo emaranhado discursivo que produz aquele lugar tal como o conhecemos e, talvez, até mais importante, como *não* o conhecemos.

Após algumas reuniões na sede da Igualdade-RS, tive a oportunidade de conhecer os profissionais e técnicos constituintes da equipe que fazia as visitas ao PCPA. Até esse momento, o grupo era formado pela presidente da ONG, uma assessora, duas estagiárias da área da psicologia e eu. Ficou acertado que as visitas ao presídio seriam nas terças-feiras pela manhã. A escolha desse dia e horário não foi arbitrária, entretanto, esse aspecto será mais bem detalhado a seguir. Outras visitas da ONG já haviam sido feitas ao Presídio Central.

Talvez, o texto a seguir seja bastante descritivo, dando atenção a detalhes que possam ser julgados desimportantes. Embora soe paradoxal, os detalhes mais sutis ou aqueles que são considerados desimportantes assumem o caráter de extrema importância no momento em que são eleitos. Nesse sentido, algumas das descrições menos importantes apresentadas ao longo da investigação podem ser exatamente o que se esperaria ler ao longo dessa pesquisa. A importância dada a um determinado acontecimento, portanto, é fruto de uma construção produzida de maneira relacional. A partir das coisas que, em primeiro momento, não nos suscitam curiosidade e estranhamento, devemos desconfiar mais. Fazendo um paralelo

metafórico, ao delimitar o quadro de uma fotografia, o fotógrafo faz uma escolha. Ele escolhe, em meio às infinitas possibilidades de uma paisagem, a que será posta e representada em uma fotografia. O que observamos, o que está facilmente visível naquela fotografia é o que o fotógrafo julgou importante de ser visto. O que está além das margens da foto também compõe aquela paisagem representada. Embora pareça desimportante naquele momento, sua existência também compõe fundamentalmente a paisagem que aparece na fotografia.

Além disso, acredito que o caráter descritivo tem uma importância preponderante para um trabalho como o que ora se apresenta. Diferentemente de uma pesquisa que toma curso em uma escola, na rua, num museu, enfim, em qualquer lugar de fácil acesso, o conhecimento, no âmbito dos saberes de massa sobre instituições carcerárias pode ser um tanto limitado. Em outras palavras, meu acesso ao presídio se deu por conta da minha inserção no projeto da ONG Igualdade-RS. Ter acesso às dependências do PCPA não é algo que possa ser feito facilmente.

O que se sabe sobre o interior de um presídio costuma estar vinculado ao retrato midiático. Procuro, através da minha forma de descrever esse espaço, oferecer ao leitor outra visão. Não quero dizer com isso que considero o retrato midiático inválido: o que procuro proporcionar é uma ampliação do quadro, de forma metafórica, tornar a visão da foto mais ampla ou tentar oferecer detalhes que não são comuns nas veiculações midiáticas.

Ao passo que nesse primeiro momento me preocupo em descrever o espaço segundo a minha própria ótica, tais informações não são fruto de um diário de campo, muito menos compõem um. Talvez elas não tenham o frescor de uma primeira vista. O que está descrito a seguir é um retrato produzido no dia-a-dia da pesquisa, do meu trabalho com a ONG, refinado pelos meus interesses analíticos e atravessado pela minha reflexão.

Minha ida ao PCPA foi majoritariamente através de transporte público. Costumava tomar um ônibus que, antes das minhas visitas ao presídio, nem sabia que existia. Era preciso estar no ponto de ônibus muito cedo. Costumava chegar à parada de ônibus com mais de uma hora de antecedência ao horário marcado para chegada no PCPA. Os encontros eram sempre às 9h da manhã. Era muito comum que eu esperasse muito tempo para que ônibus passasse. Lembro que, na primeira vez que fiz esse percurso, inúmeros ônibus das mais diferentes linhas passaram por mim. As pessoas que esperavam outros ônibus, no momento em que eu cheguei, já não estavam mais lá. A estação de ônibus que escolhi para esperar a condução costuma dispor de uma quantidade muito grande de passageiros, o que não foi diferente naquele dia. Entretanto, apenas eu entrei no ônibus que ia em direção ao Presídio. Era muito

comum que apenas eu entrasse nesse ônibus. Normalmente, esse ônibus era conduzido por um homem, ao passo que o troco era dado por uma mulher.

Sentadas nas cadeiras da condução, na maioria das vezes, estavam mulheres. Era uma proporção que contemplava, em média, 90% de mulheres contra 10% de homens, sem levar em consideração o motorista nem a cobradora, embora não fosse difícil que eu me visse como o único homem no ônibus, além do motorista. Cada mulher exibia sobre suas pernas imensas sacolas plásticas que, à primeira vista, pareciam cheias de roupas entre outras coisas que não pude identificar. Várias vezes, pensei em conversar com alguma delas, perguntar para onde iam, mas nunca foi necessário, logo me dava conta que elas falavam entre si e com a cobradora em voz alta como antigas conhecidas. A atmosfera da conversa era pesada, ninguém sorria. Os assuntos eram majoritariamente sobre o presídio, sobre seus maridos que estavam presos e sobre suas famílias. O ônibus fez poucas paradas, aparentemente a grande maioria dos embarques se deu no ponto de ônibus inicial da linha, no centro da cidade.

Para a minha surpresa, em pouco mais de dez minutos eu estava no PCPA. O trajeto que leva do centro (ponto inicial) ao presídio (penúltimo ponto da linha) é uma grande reta, com pouquíssimas curvas, sendo o caminho, quase sempre, feito através dos corredores de ônibus. Talvez isso sugira que o objetivo que se tem com o planejamento da rota dessa linha de ônibus seja apenas de levar pessoas do centro da cidade para o presídio, afinal, essa é a única linha de ônibus que passa em frente ao PCPA. O Presídio Central de Porto Alegre fica no alto de um morro no bairro Partenon. Embora aquele não fosse o ponto final da linha, todos os passageiros costumavam descer no que ficava em frente à entrada do PCPA.

Lembro que, ao descer naquele local pela primeira vez, deparei-me com uma fila com vários metros de comprimento composta por mulheres, que tinha início numa pequena portaria ao lado da entrada para carros. Ao perguntar do que se tratava, uma das mulheres da fila me relatou que era dia de visita. Havia mulheres que estavam na fila desde as seis horas da manhã. Todas estavam à espera da possibilidade de entrar nas dependências do presídio para visitar um apenado.

A imediação do PCPA é composta por casas humildes, algumas lojas de roupas e lanchonetes alocadas em garagens ou outro tipo de anexo das casas. Esses locais são vastamente frequentados pelas visitantes. Era comum que essas mulheres esperassem algumas horas pela entrada no presídio; de forma que, enquanto esperavam, utilizavam os serviços desse comércio. A Rua do Presídio, como é chamada, costuma ser muito suja. Existe muito lixo amontoado no chão, principalmente no local em que se forma a fila de visitas.

Existem quatro acessos ao PCPA. Um deles é por onde as visitantes são direcionadas. Esse portão dá entrada a uma sala ampla em que é necessário que cada visitante faça um cadastro de entrada. Em seguida, essas visitantes são revistadas, bem como qualquer sacola ou recipiente que estejam trazendo. Outro portão é uma entrada para escoltas. É através dessa entrada que os apenados chegam ao presídio depois de presos, sendo que é também através dela que são retirados para audiências. Existe um acesso para carros, mais utilizado pelos militares ou pelos advogados dos apenados, que liga a entrada do PCPA ao estacionamento. Além dessas, há uma quarta entrada por onde visitantes como advogados, membros da administração, funcionários e membros de ONGs podem ter acesso ao PCPA a pé.

Essa quarta portaria, a que eu costumava usar, dá acesso a uma sala de cadastro. Nesse local, dois militares conferem os documentos de cada um dos visitantes. Nesse momento, já acompanhado do restante da equipe, era solicitado que qualquer objeto eletrônico que estivesse em nossa posse fosse depositado em um armário, localizado na recepção. A chave do armário ficava em posse daquele que depositou os objetos. Bolsas também deveriam que ser deixadas na portaria sob a guarda dos militares. Era feito um cadastro de cada integrante do grupo no sistema interno da instituição. Esse cadastro deveria ser renovado a cada visita. Nele constava o nome completo, número de registro geral, a organização a qual estávamos vinculados naquele momento, qual a atividade que desenvolveríamos e para qual dependência do presídio seríamos encaminhados. É emitido um cartão de identificação que teria que ficar a vista durante toda a permanência no PCPA. Nele fica escrito o número do visitante bem como para qual dependência seríamos encaminhados. Em seguida, éramos submetidos a uma passagem em um detector de metais. Após esse processo era permitido que entrássemos pela primeira portaria em direção à portaria interna do presídio.

Durante o caminho que dá acesso à portaria interna do presídio, era possível vislumbrar a entrada pela qual as visitantes dos apenados tinham acesso ao presídio. Entretanto, nesse momento, o elemento que ofuscava qualquer outra coisa que estivesse no caminho era a visão das galerias. Vistas de frente, as edificações que abrigam as diferentes galerias do PCPA pareciam se suceder, uma atrás da outra, de forma que parecia não ter fim. Nas janelas, as roupas que foram lavadas ficam penduradas para secar. Os apenados nos observavam de dentro das galerias.

Todo complexo carcerário é cercado por grades de metal, sendo que, no topo delas, existem arames farpados e eletrificados. Após as cercas, havia um espaço que abriga cachorros enormes e ferozes. Os prédios frontais têm aparência antiga, com rachaduras. Em frente à portaria interna, havia carrinhos de mão cheios de refrigerantes. Esses carrinhos eram

manuseados por homens com roupas comuns, entretanto, todos estavam vestidos com uma capa azul que os identificava como apenados.

Ao chegarmos à portaria interna, éramos recebidos por um militar. Era preciso esperar. A portaria é antecedida por um portão de ferro trancado com cadeado. Através desse portão de ferro é possível ter acesso ao espaço reservado às visitas íntimas, a uma escada que, por sua vez, dá acesso à parte administrativa do presídio, e a outro portão de ferro. Esse último portão é o que nos separa do local onde os presos ficam alojados, chamado de fundo da cadeia. Foi necessário que esperássemos alguns minutos antes que o primeiro portão de ferro fosse aberto, pois o segundo não estava trancado. Enquanto há trânsito de pessoas ou objetos pelo portão que dá acesso ao fundo da cadeia, o outro deve ficar trancado e vice-versa. No momento que o segundo portão foi trancado com o cadeado, foi permitido que o primeiro portão fosse aberto. O mesmo sucedeu enquanto esperávamos que o segundo portão fosse aberto.

O primeiro corredor da parte interna do PCPA é um tanto largo, entretanto, é dividido por uma grade de metal que separa os apenados que se movimentam “livremente” no espaço que é designado para eles. Nessa grade, existem portões para que presos sejam retirados eventualmente daquele espaço, sendo trancados com cadeado. Existem, também, pequenas aberturas pelas quais os apenados colocam os braços para serem algemados, caso essa movimentação seja necessária. Éramos conduzidos por um militar até a capela do presídio onde seriam realizadas as oficinas planejadas pela Igualdade-RS. A escolha da capela como espaço de realização das oficinas não foi aleatório, todo movimento naquele lugar é minuciosamente planejado. Em outros momentos, antes da minha entrada no grupo, as reuniões eram feitas na própria galeria que abriga as travestis, as transexuais e seus maridos, mas, por motivos de segurança, esse local foi alterado. O pavilhão H é um anexo, construído recentemente, ou seja, não faz parte do projeto original do PCPA, por tal motivo ele fica no local mais distante da entrada. Para ter acesso ao pavilhão H, seria necessário que fôssemos conduzidos por todo presídio, sendo guiados através de uma infinidade de corredores e escadas, passando por vários outros pavilhões e alas até que chegássemos ao pavilhão H. Percorrer aquele caminho era por si só uma tarefa penosa. Corredores escuros, cheiro de mofo, umidade, o olhar dos apenados, esgoto, os caminhos que se estreitavam como em uma caverna, enquanto nos aprofundávamos mais na cadeia.

Chegar ao pavilhão H era surpreendente. A escuridão e o cheiro de mofo e cigarro dão lugar ao ar fresco e ao ambiente iluminado. Esse pavilhão é um dos prédios que fica mais ao fundo do complexo prisional. Sendo a galeria em questão alocada no terceiro andar desse

prédio. É um local limpo, com aparência de ser novo, ventilado, com claridade. Nas paredes de concreto não escorre o esgoto comum nos outros lugares do PCPA.

Considerando o trajeto da entrada até a terceira galeria do pavilhão H, a administração do presídio decidiu que, por questões de segurança, deveríamos fazer as oficinas na capela. Essa sala é uma das primeiras após a entrada no fundo da cadeia. Os assuntos que tangenciam o conceito de “risco” e a gestão dele no PCPA são muito caros à abordagem que pretendo fazer nesse trabalho e serão mais detalhadamente discutidos posteriormente.

Costumávamos esperar alguns minutos e, em seguida, os apenados que participariam da oficina eram conduzidos à capela. Cada um deles portava uma requisição individual onde constava o nome de registro. Nessa requisição constava também a aprovação concedida pela administração, permitindo que os apenados fossem movimentados da galeria em direção ao local da oficina. Todos os apenados chegavam à capela algemados. Era, então, realizado um protocolo em que cada apenado deveria ficar de costas para o agente militar, expondo as algemas. Um a um, os apenados tinham suas algemas retiradas ao passo que eram encaminhados ao local da oficina. A capela é similar a qualquer outra. Uma imagem de Jesus ficava em cima de um altar, enquanto as cadeiras ficavam dispostas em fileiras de frente para essa imagem.

A oficina era realizada e após a conclusão os apenados eram algemados e colocados em fila para uma chamada e em seguida conduzidos de volta a galeria, enquanto nós éramos levados ao mesmo local por onde entramos. A cada passo, em cada local que ocupamos, a sensação de que estamos sendo observados é constante, porque, de fato, estamos. Somos observados pelos militares, pelos agentes penitenciários e, sem sombra de dúvidas, somos observados pelos apenados.

Hoje o Presídio Central de Porto Alegre (PCPA) é considerado um dos piores estabelecimentos prisionais do país, o que se reflete nas constantes denúncias de superlotação veiculadas por diferentes mídias, bem como na recorrência desse tema em estudos que se inserem nesse espaço e nesse contexto. É particularmente interessante, e um tanto assustadora, a descrição que Fernandes (2008) faz das condições físicas, do número de presos e de sua disposição.

O odor rançoso de comida velha, o fedor ocre de urina e maconha misturada a esterco queimado com o esgoto vertendo pelas paredes e as ratazanas disputando espaços com os presos é o cenário que se constata ao entrar no presídio. O Central tem 4.791 detentos sendo que sua capacidade é para aproximadamente 1.500 presos, há uma superlotação superior a 200 por cento. Há celas com capacidade para 4, 6 e 8 presos mas ficam 25 e até 30 presos. (FERNANDES, 2008, p. 13-14).

Dados mais recentes publicados em janeiro de 2013 pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul¹, a partir de relatório do Infopen de dezembro de 2012, informam que o número total de internos no Presídio Central diminuiu para 3.971. De toda sorte, o problema da superlotação se mantém, considerando que o mesmo relatório aponta existirem apenas 1.986 vagas no regime fechado. Tal situação motivou uma denúncia contra o governo brasileiro à CIDH (Comissão Interamericana de Direitos Humanos) da OEA – Organização dos Estados Americanos. A denúncia foi encaminhada em janeiro de 2013 por diversas entidades que compõem o Fórum da Questão Penitenciária, em função do entendimento de ser muito grave a situação do Presídio Central.

A superlotação, entretanto, é apenas um dos agravantes que compõem a situação de descaso, negligência e violação dos direitos humanos. O relatório detalhado que denuncia essa situação traz, ainda, a descrição da dura realidade cujos indivíduos que cumprem pena de privação de liberdade estão inseridos. São constantes as práticas de violência física, psicológica e simbólica que incidem não somente sobre os sujeitos detidos, mas também sobre os familiares, visitantes e servidores públicos envolvidos.

O relatório final da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Sistema Carcerário, composto por um texto de 620 páginas, que utilizou critérios tangentes à superlotação, insalubridade, arquitetura prisional, ressocialização, assistência médica e maus-tratos, elegeu o PCPA como nº 1 no *ranking* das piores unidades prisionais do país. Apelidado, pela mesma CPI que produziu o relatório, de Masmorra do Século XXI, foram expostas imagens dos presos amontoados, das celas em estado caótico, dos líquidos em decomposição que escorriam pelas paredes, além dos diversos indivíduos que, por ferimentos decorrentes de confrontos internos ou por outras questões de saúde, encontravam-se em risco de morte. Casos de doenças respiratórias se tornaram muito comuns. A gravidade do descaso com a vida dos internos é tamanha, que certos casos são absurdamente chocantes. O excerto abaixo possui, em seu documento original, uma figura mostrando claramente o que descreve, optei por omiti-la, mantendo apenas a descrição:

O referido apenado contraiu tuberculose no PCPA. Como não recebeu tratamento adequado, o quadro agravou e foi-lhe retirado o pulmão esquerdo. Após a cirurgia de extração do pulmão (aproximadamente no segundo semestre de 2009) o apenado foi devolvido para as galerias do Presídio Central, passando a dividir cela com dezenas de outros presos em local totalmente insalubre. Como consequência, o corte da cirurgia infeccionou e houve apodrecimento do tecido humano no local da ferida. Atualmente, Airton possui um buraco tão grande em seu tórax que por ele é possível enxergar o pulsar de seu coração. (DRESCH, 2013, p.34-35)

¹http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1358451878_Pres%C3%ADdio%20Central%20de%20Porto%20Alegre.pdf
f. Último acesso: 20/06/14

O relatório também enfatiza a existência extremamente reduzida de posições de trabalho para os apenados. Segundo o Art. 126 da Lei de Execução Penal, é prevista, para um detento, a possibilidade de trabalho remunerado, além de redução de pena, seguindo a proporção de um dia a menos de reclusão para cada três de trabalho. Tal medida, segundo o texto da lei, proporcionaria desde um espaço de reabilitação do preso em ambiente social, a qualificação em funções laborais, além de reduzir o ócio excessivo em que os apenados são submetidos. A mesma lei também garante a possibilidade de inserção em ambiente educacional. Entretanto, as vagas de estudo sofrem uma redução ainda mais acentuada. Até agosto de 2012, em um contingente de 4.791 presos, apenas 466 trabalham e 133 estavam vinculados ao estudo.

O número real de apenados que hoje ocupa o espaço físico do PCPA é algo absolutamente flutuante. Sendo uma instituição de caráter provisório, ou seja, em tese, abrigaria apenas indivíduos em situação de espera por julgamento, presos não condenados. Diariamente, um grande contingente desses apenados é transferido para outras instituições prisionais, mas um grande número também chega. A todo o momento, furgões pretos com vidros escuros escoltam os apenados para dentro e para fora do PCPA. Esses são apenados escoltados para julgamentos e audiências, bem como indivíduos trazidos das delegacias para dar entrada no sistema carcerário. A escolta também fica encarregada de transportar os apenados condenados para outros presídios e penitenciárias do estado, onde cumprirão, caso não haja problemas, a integralidade de suas penas. Dessa forma, não há como precisar um número exato de apenados. Entretanto, seguindo uma margem de erro informal, o número de internos flutua em torno dos 4.500.

O PCPA tem uma estrutura arquitetônica organizada em pavilhões e galerias. Cada prédio do complexo carcerário é considerado um pavilhão. Existem pavilhões de diferentes tamanhos, com quantidades diferentes de celas. Cada pavilhão é composto por galerias. Digamos, por exemplo, que um pavilhão tenha três andares (térreo, primeiro e segundo andar) e seja chamado de pavilhão H, o terceiro andar será chamado de 3ª galeria. Assim, uma galeria localizada dessa forma será a 3ª galeria do pavilhão H ou simplesmente 3ª do H. Na fotografia abaixo é possível ter uma visualização da estrutura física do PCPA.



Figura 1 - Visão aérea do Presídio Central de Porto Alegre e imediações. Fonte: Google Earth.²

² Disponível online no endereço:

<<https://www.google.com.br/maps/place/Pres%C3%ADdio+Central+de+Porto+Alegre/@-30.0720879,-51.1824526,656m/data=!3m1!1e3!4m2!3m1!1s0x951982a8bc8b0ba1:0x92d85d1313a87643>>. Último acesso: 20/06/14

2. “É um lugar para travestis, gays e seus maridos”

A fim de dar prosseguimento, essa seção tem como objetivo explicitar os caminhos percorridos na minha aproximação ao que adotei como fenômeno a ser estudado. Devo alertar que, mesmo reconhecendo certos enquadramentos metodológicos, não posso dizer que dediquei uma filiação exclusiva a uma única orientação metodológica. É verdade que, ao iniciar essa pesquisa, possuía certa pretensão de uma metodologia de certa forma rígida; entretanto, ao me deparar com a forma a qual o fenômeno que estudo se colocou diante de mim, percebi que uma metodologia com esse perfil não responderia a todas as perguntas que eclodiam.

Acredito que, através do ponto de vista que escolhi para perceber o que adotei como fenômeno a ser estudado, haveria problemas em assumir um método muito estruturado e determinado anteriormente. Em certo momento, deparei-me com um movimento que parecia ser induzido por mim. Foi um sentimento de violência. Senti como se estivesse, de certa forma, numa constante tentativa de encaixar a complexidade multifacetada que se colocara muito claramente diante de mim em um território preestabelecido. Foi como forçar o encaixe em algo que não cabia. Foi como possuir uma forma geometricamente definida e tentar sobrepor a ela algo que não possuía esse formato. Assim, ao forçá-lo contra tal forma, o material, o fenômeno, parecia tomar outro escopo.

Ao perceber o tipo de violência que praticava sobre o que estava observando, decidi que outro movimento deveria ser adotado. Deixei o fenômeno emergir. Deixei-o, livremente, suscitar em mim questionamentos. Deixei-o reagir em contato com a minha própria subjetividade, assumindo que é necessário empreender esforço não para adequar o fenômeno à metodologia, mas, sim, para construir uma metodologia. Afinal, a forma que conduzimos “nossas pesquisas vai depender dos questionamentos que fazemos, das interrogações que nos movem e dos problemas que formulamos” (PARAÍSO, 2012, p. 24).

Esse estudo procura descrever como certas condições cooperaram de forma a contribuir com a produção de um determinado espaço no cárcere e como esse espaço atua sobre os apenados. Mais especificamente, observo a ala GBT do PCPA para muito além dela mesma. Tento entender como esse espaço se insere nessa instituição e modifica completamente seu funcionamento. Qual o enunciado é mobilizado quando aqueles que habitam a ala são questionados sobre a existência da mesma? Quais as estratégias de

enunciação postas em funcionamento pelos administradores do presídio ao falar sobre a ala e sobre aqueles que nela vivem? Dessa forma esse trabalho se insere fundamentalmente no campo da linguagem.

Na tentativa de responder os questionamentos que surgiram, vi necessário direcionar o meu olhar para as narrativas dos indivíduos que se relacionam com a ala. A análise das narrativas é uma estratégia que permitiu o acesso ao significado que os sujeitos atribuem a determinados parâmetros nos quais se encontram imersos. A narrativa de experiências vividas constitui significados que são produzidos no interior de determinadas práticas que reproduzimos, ao passo que elas nos constituem como sujeitos (ANDRADE, 2012). Através das narrativas, é possível vislumbrar uma verdade assumida na singularidade do sujeito, o que permite uma análise dos discursos que conferem a determinado saber o *status* de verdade. Com esse tipo de abordagem, não procurei dar visibilidade a toda a história de vida dos indivíduos, mas, sim, a suas histórias atravessadas pelo fenômeno em questão. Não me refiro à verdade como uma categoria imutável e independente. Ao contrário, reconheço-a como um regime provisório que se faz existir no interior de relações específicas. Dessa forma, uma entrevista narrativa adota como centralidade da perspectiva analítica os jogos de poder e as redes de representação que regulam o que é dito e o que é omitido.

Procurei entender como as formas e espaços em que certos enunciados são postos em operação regem a conduta dos sujeitos desse sistema prisional, como essas formas de dizer agem sobre eles e quais são seus efeitos em meio a essa cultura carcerária. O discurso presente nessas narrativas obedece ao conjunto de enunciados possíveis em um determinado campo de saber. Tais enunciados atravessam constantemente os sujeitos sendo, então, práticas que os constituem, governam, produzem, fato que envolve, fundamentalmente, relações de poder (FISCHER, 2012). Essa pesquisa procurou, através de uma análise detalhada das múltiplas vozes, que se relacionam e produzem discursivamente o que dizem, compreender esse fenômeno que modifica completamente as dinâmicas reguladoras desse espaço polêmico que conhecemos como Presídio Central de Porto Alegre.

As entrevistas narrativas são consideradas um modo de entrevista não estruturada, ou seja, não há um roteiro pré-estabelecido de perguntas que serão feitas. O objetivo dessa abordagem é apreender o que o entrevistado identifica como um fragmento importante dentro de sua própria história. Esse fragmento se desenvolve e se faz existente no interior de uma trama mais ampla.

Nesse momento, é necessário esclarecer que esse tipo de entrevista não tem como objetivo a tentativa de captar toda história de vida do indivíduo, mas, sim, a sua trajetória

relacionada ao fenômeno estudado. Se, de alguma forma, há alguma modalidade de estrutura pré-estabelecida nesse tipo de entrevista, esse parâmetro é o foco que o pesquisador deseja investigar. Por um lado, não existem perguntas pré-definidas a serem feitas ao entrevistado; contudo, por outro, existe uma abertura para que o sujeito possa falar sobre si, o que, nesse tipo de abordagem, é muito produtivo.

Como narrador de sua própria história, ao se deparar com a liberdade de falar sobre o que julgar pertinente em meio uma conversa com foco claro, mas com caminhos não pré-determinados, o sujeito aciona um elemento crucial a esse tipo de abordagem, que é decidido por ele, subjetivamente. Dentro das múltiplas possibilidades de narrar sobre o fragmento da vida em questão, são escolhidos certos elementos e não outros. Certamente, a importância dada pelo sujeito que fala àquilo sobre o que fala também constitui um importante *corpus* de análise. O ato de falar sobre si permite que “emoções e sentimentos sejam revividos e que a própria história de vida seja re-visitada e re-significada. Narrar significa reconstruir e reinventar o passado para poder dar significado ao presente” (PETRY, 2011, p. 42)

As práticas institucionais no Presídio Central são atravessadas e governadas por essas forças discursivas, de modo que os enunciados que se referem a tais discursos são visíveis no âmbito da linguagem. Uma entrevista narrativa se apresenta como uma abordagem potente no momento em que, ao falar de si como sujeitos atuantes em um determinado fenômeno, o indivíduo se vale das possibilidades linguísticas produzidas no interior dessa experiência. Em meio às argumentações proferidas durante as entrevistas, foi possível identificar através das palavras que foram escolhidas no momento da fala, de que maneira essas palavras qualificam aqueles de quem falam, bem como, quais argumentos foram legítimos no processo histórico de emergência da ala GBT. Foi possível compreender as motivações daqueles que buscaram acesso à ala, como se constituíram suas experiências nos espaços fora da 3ª do H, como essa migração os constituiu/constitui como sujeitos. Obtive acesso às experiências muito singulares da vida das travestis apenas, compreendendo os significados que elas atribuem à mudança em suas vidas, a partir do momento da existência da ala. Por outro lado, também foi possível compreender a vivência dos maridos das travestis e quais as implicações que surgiram em seus modos de vida ao entrar na ala GBT.

O produto das entrevistas narrativas, ou seja, a fala dos entrevistados sobre si está intimamente ligada à experiência vivida por cada um deles. Dessa forma, pretendo, com esse estudo, construir *uma* verdade sobre o fenômeno que observo e procuro analisar. O que se fala é fundamentalmente um resultado produzido pelo indivíduo em condições histórico-discursivas singulares. Ou seja, se a narrativa proferida pelo sujeito se constrói no interior de

suas vivências, o que é dito faz sentido e se apresenta como central naquele instante, que pode ser (e é) ressignificado a todo o momento. A entrevista narrativa é, para além de uma simples modalidade metodológica, um instrumento que atua sobre aquele que fala, enquanto fala. A própria entrevista se constrói como uma vivência que atravessa o sujeito no momento de sua realização e, a partir daí, é incorporada pelo mesmo, sendo seu constituinte. Certamente, se indagado em uma situação posterior, mesmo que através das mesmas perguntas, o entrevistado atribuirá significados distintos aos que são relatados (mesmo que apenas ligeiramente distintos) e outras palavras serão eleitas naquela narrativa. Afinal, tais enunciações são proferidas como resultado de uma luta. Um embate mediado pelas relações de poder que se atualizam a todo o momento.

Dessa forma, o caráter do que o entrevistado assume como importante, o regime de verdade que atua sobre ele e é produzido por ele são partes constituintes da perspectiva que assumo ao analisar as narrativas. A verdade assumida na resignificação da experiência, mesmo que provisória, é uma instância que ocupa centralidade na tentativa de entender a complexa trama que legitimou e legitima a existência da ala GBT, bem como as negociações identitárias que se fazem presentes no tráfego dos indivíduos para dentro desse espaço.

Para Andrade (2012), as histórias narradas através das entrevistas não constituem verdades suspensas na atemporalidade, ao contrário, são:

[...] documentos produzidos na cultura por meio da linguagem, no encontro entre pesquisadora e sujeito da pesquisa; documentos que adquirem diferentes significados ao serem analisados no contexto de determinado referencial teórico, época e circunstância social e cultural (ANDRADE, 2012, p. 176).

Os enunciados que se fazem visíveis nas narrativas, as constituem e as governam, limitando o que pode, o que não pode e o que deve ser dito. Assim, as narrativas se fazem possíveis, da maneira que surgiram, através de uma relação com essas possibilidades discursivas. Dessa maneira, os registros das narrativas proferidas pelos entrevistados compõem um campo de análise em que é necessário se preocupar tanto com as coisas ditas quanto com o que não é dito.

Mesmo na tentativa de minimizar a minha presença durante a narrativa do entrevistado, eu, ainda que na posição de pesquisador, também fui alvo daquele momento em que a entrevista se realizava. De certa forma, também tive de enfrentar limitações que possuía que, em certa medida, ainda não abandonei por completo. Foi necessário que aprendesse que o não-dito ou o não-verbal pode ser ainda mais carregado de significado, pode ser uma expressão que se apresenta, muitas vezes, de forma mais evidente, certas limitações produzidas enquanto referência a discursos que governam aquele que fala. Percebi que, em

diversas situações, deixar o entrevistado silenciar quando lhe convém, sem que aquele silêncio significasse o fim de sua narrativa, é muito mais produtivo que alvejá-lo com uma nova pergunta ao menor sinal de hesitação.

O silêncio, a aparência constrangida, o desempenho corporal de altivez, a negação sutil de falar sobre aquele ou outro assunto, a mudança de tom de voz, a interrupção da narrativa por motivos adversos e a retomada posterior foram elementos que também constituíram essa análise. Em uma entrevista narrativa, não são buscadas respostas prontas para perguntas pré-estabelecidas e igualmente aplicáveis a todos os entrevistados, mas os produtos dessas narrativas estão impregnados de elementos que podem convergir em torno do tema pesquisado. O pesquisador deve ler e reler, quantas vezes for possível, o texto produzido através das narrativas dos entrevistados. É necessário deixar que aquelas palavras falem. O pesquisador deve tentar imergir no significado produzido pelo entrevistado, compreender suas vivências, tentar ao máximo diluir sua própria interferência na interpretação daquelas palavras. A expressão “diluir ao máximo”, aqui, não funciona de forma leviana: tenho consciência de que a total isenção do pesquisado sobre a leitura da narrativa, tampouco sobre a análise feita, é impossível.

O entrevistado se vale de seu próprio arcabouço linguístico no momento da fala, escolhendo, assim, de maneira muito específica, quais palavras serão ditas e quais informações não se configuram como importantes. Algo semelhante ocorre no momento em que o pesquisador lê o texto da narrativa. O próprio pesquisador não está livre dos limitantes discursivos que o constituem. Suas experiências, trajetórias, leituras e interesses analíticos se mantêm fortemente presentes no momento em que o pesquisador se debruça sobre o texto narrativo.

Dessa forma, não há pesquisa neutra, não há análise desinteressada. As palavras proferidas pelos entrevistados não estão simplesmente engarrafadas e preservadas esperando apenas o momento de sua leitura. Não há, portanto, um resgate completo e imediatamente idêntico ao que foi dito.

A materialidade da fala, por assim dizer, talvez não se modifique. As palavras não mudarão sua ortografia a cada vez que alguém pressione o botão *play* do gravador ou quando o arquivo do texto transcrito é aberto. Entretanto, aquelas palavras, mesmo aparentemente iguais, se fazem diferentes para cada um que as lê. O que foi dito não é exatamente a mesma coisa do que o lido por mim ou por outra pessoa, não é o mesmo, inclusive, quando lido por mim em diferentes momentos. Meu objetivo com esse trabalho não é fazer um retrato da

verdade sobre as relações que se desenvolvem no PCPA, mas, sim, através das narrativas, ter acesso a um fragmento da história de vida de certos sujeitos na tentativa de compreendê-los:

Tais narrativas tornam-se, assim, instrumentos produtivos para compreender, em alguma medida, as vidas humanas e seus condicionantes culturais e sociais, não pela compreensão *mesma* do outro, mas pela via de interpretação permitida à pesquisadora a partir de seus próprios condicionantes (ANDRADE, 2012, p. 182).

Através dessa perspectiva analítica, esse trabalho se constituiu em duas frentes de análise. Inicialmente, tendo em vista a realidade estrutural, administrativa, histórica dessas instituições que chamamos de presídios, e, mais especificamente, levando em consideração as características muito singulares do Presídio Central de Porto Alegre, surge uma inquietação quase instantânea. Como um espaço, como uma ala GBT, que abriga um grupo absolutamente minoritário, historicamente malvisto – tanto pelos outros presos quanto pela administração do presídio – emergiu? Como essa iniciativa subjuguou as condições adversas que investiam ferozmente sobre esses sujeitos?

Esse trabalho preocupou-se em analisar como um espaço que existe no Presídio Central de Porto Alegre, que surge com o nome de Ala GBT, promove subjetivações, posiciona sujeitos, hierarquiza identidades. Dessa forma, tentei explorar os múltiplos tensionamentos que surgem a partir da existência desse espaço, como se instauram assimetrias e diferenças, como se constroem regimes de verdade e como estes subsidiam legitimidades. Aprofundo e discuto essas frentes de pensamento, tentando operar com conceitos-ferramenta que me ajudaram a pensar esse espaço desde sua materialidade, até os múltiplos atravessamentos, anteriormente referidos, que se fazem presentes. Essa pesquisa foi desenvolvida sob uma perspectiva pós-estruturalista e os dados que contemplam essa parcela de análise foram colhidos a partir de entrevistas narrativas.

A materialidade, ou as coisas em si, são continuamente atravessadas por complexidades histórica, cultural e epistemológica, o que torna impossível a tentativa de sua descrição completa, sendo que talvez a própria noção metafísica de uma completude descritiva também seja apenas uma fábula. As formas de se ver o mundo, representá-lo, compreendê-lo, atribuir significado, estão intrinsecamente ligadas a certas possibilidades de realizar essas operações e a como elas são realizadas. Parte-se de uma concepção de linguagem produtora daquilo que diz e que opera na formação – não simplesmente se deixa incidir sobre um algo preexistente. Sendo a linguagem indissociável da constituição do real (FISCHER, 2012), a existência funcional de uma determinada coisa se depara com a limitação linguística de uma determinada época.

Talvez qualquer descrição não consiga, efetivamente, exercer sobre algo a capacidade de falar tudo sobre ele, justamente porque qualquer tentativa de se falar sobre esse algo nunca será o algo em si. O que se fala sobre uma coisa é apenas uma representação imperfeita e distante do potencial de complexidade que essa coisa oferece. Além disso, talvez a existência só se dê quando posta em funcionamento em uma rede linguística de significação.

Além das limitações que se alojam no âmbito das representações de determinada coisa, como a exemplificação realizada anteriormente, outra grande barreira se vê determinante nas possibilidades de falar sobre, descrever, representar, compreender, etc. A tentativa/possibilidade de se assimilar algo ao universo do existente/funcional encontra-se intimamente ligada às possibilidades/contingências linguísticas de uma época e cultura. Caso seja necessário descrever algo como travestilidade, por exemplo, aquele que se coloca nessa função tentará pôr em funcionamento um conjunto linguístico, léxico, formas de interpretação e representações que só é possível em um determinado período histórico singular, bem como em uma determinada cultura.

O que pensamos sobre determinada coisa, ou até mesmo, a forma de organizar pensamentos em torno dela está indissociavelmente ligada à história que envolve os conceitos e as (pretensas) verdades que a categorizam e a constroem. Dessa maneira, levando em consideração, nesse primeiro momento, o universo da linguagem, o que é dito só é possível em um determinado período histórico, em um determinado lugar, por determinadas pessoas, e se torna possível através de um complexo sistema de relações que não se repetem da mesma maneira quando pensado em outro tempo, em outro lugar, em outra cultura. Refiro-me, aqui, à linguagem como algo potente, que ocupa o lugar de centralidade para entender as coisas como parecem ser (nesse momento) bem como tentar observar, sob uma ótica muito específica, como chegaram a ser dessa maneira e não de outra.

O conjunto de vocabulários possíveis compõe a episteme de uma determinada época, em um determinado local geográfico, ligado a um grupo de pessoas que se relacionam em meio a uma cultura (FOUCAULT, 2000). A linguagem se relaciona intimamente com os saberes de uma época, deixando a mostra como se expressam as visões de mundo em pequenos seguimentos de tempo. Em contrapartida, a episteme também opera como limitante do que é possível pensar, compondo, de certa forma, os limites linguísticos de um fragmento histórico específico (FOUCAULT, 2000). É importante marcar o caráter fundamentalmente histórico desse conceito, o que o situa como uma forma de captar e, assim, possibilitar a descrição das relações discursivas que se desenvolvem em meio a uma historicidade específica.

Dessa maneira, a existência da ala GBT do Presídio Central não se encerra em si, não é algo que simplesmente se vê explicado numa relação direta e causal. A certeza de sua materialidade é algo incontestável, mas certamente perguntar simplesmente o porquê de sua existência não é suficiente. Talvez uma pergunta como essa possa dar conta apenas de um conjunto muito limitado de questionamentos. Vejo necessário compreender detalhadamente como se deu o processo de formação desse espaço como o conhecemos, como esse local se configurou dessa maneira e não de outra. Dessa forma, através da análise das narrativas de certos sujeitos, foi possível, em primeiro momento, realizar uma análise histórica, mesmo reconhecendo o fragmento histórico em questão como breve.

Através das narrativas dos sujeitos que se relacionam com a existência dessa ala, foi possível adicionar preciosos elementos na tentativa de traçar a história da emergência desse espaço em um ambiente como o PCPA. A função enunciativa e as formações discursivas se encontram presentes e atuantes em documentos escritos, nas palavras que são escolhidas e compõem determinado texto, nas formas de significação, na maneira de descrever. Na tentativa de traçar a história da emergência da Ala GBT do PCPA, meus primeiros investimentos foram no sentido de identificar alguns dos agentes que participaram de forma ativa ou, tão importante quanto, de forma mais sutil na idealização da ala e no processo que deu origem à mesma.

Assumo a ala GBT como um *cosmos* cultural muito específico e com características distintas das outras áreas do presídio. Dessa forma, para facilitar a organização das análises, reconheço a presidenta da ONG Igualdade-RS, bem como os entrevistados que fazem parte do corpo administrativo do PCPA, como componentes do grupo externo à ala GBT. Dessa forma, e por consequência, os entrevistados que no momento da entrevista habitavam a 3ª do H foram componentes do grupo interno.

É inegável e muito evidente a participação da ONG Igualdade-RS no processo de construção das condições que possibilitaram a existência dessa ala e, dessa forma, na figura da presidente da organização, deu-se meu ponto de partida. Durante a narrativa produzida na entrevista, surgiram diversos nomes que, segundo a visão da entrevistada, caracterizavam-se como participantes nesse processo. Assim, fui capaz de construir uma lista preliminar de possíveis entrevistados que fizeram parte do corpo administrativo do presídio antes da execução da pesquisa, durante o processo de emergência da ala e dos que ainda continuavam ocupando lugares administrativos no PCPA.

Por telefone, marquei uma reunião com o agente militar que, naquele momento, ocupava o cargo de diretor geral do presídio. Ao me receber, revelou que não esteve

envolvido com o processo que deu origem à ala GBT. Os cargos administrativos na instituição têm um tempo limitado de vigência, sendo que o militar em questão acabara de assumir o cargo de diretor. Em contrapartida, através do diretor, foi possível marcar encontros com os outros entrevistados, tomando como referência a lista de nomes obtida na entrevista com a presidente da Igualdade.

No total foram cinco entrevistas realizadas com os militares que ocupavam e ocupam cargos administrativos no PCPA. As entrevistas tomaram curso nas respectivas salas onde cada um dos entrevistados desenvolve suas funções. As narrativas foram registradas em um gravador de áudio. Não acredito que a presença do gravador tenha causado algum tipo de desconforto, tendo em vista que o objeto era muito pequeno e discreto, sendo facilmente esquecido durante a entrevista. Cada entrevistado assinou um termo de consentimento no qual concordava em participar dessa pesquisa. Foi exposto o assunto a ser tratado, bem como as condições para o uso dos dados produzidos na ocasião. Uma cópia dos termos de consentimento está presente no anexo desse trabalho.

Esse primeiro bloco de entrevistas teve como foco a investigação da trajetória histórica da formação da ala. Cada entrevista foi iniciada por uma conversa preliminar que não fez parte do registro analisado. Nesse primeiro momento, apresentei-me como aluno de mestrado e expus que aquela entrevista seria constituinte do material empírico da minha análise. Tendo isso esclarecido, também foi importante ressaltar as condições para o uso dos arquivos contendo o registro das narrativas. A qualquer momento durante a entrevista, qualquer um dos entrevistados poderia se recusar a responder alguma pergunta ou, até mesmo, requerer que a entrevista se encerrasse ou que aquele registro fosse descartado.

Durante a primeira entrevista foi necessário estabelecer certos condicionantes para sua realização. No primeiro momento, várias pessoas que estavam na lista dos entrevistados foram comunicados da minha presença e que eu os procuraria com o objetivo de entrevistá-los. Dessa forma, no momento da entrevista com o primeiro nome do corpo administrativo que constava em minha lista, o militar que atualmente se encontra na função de subdiretor administrativo, outras pessoas que seriam entrevistadas estavam presentes. Dessa forma, foi necessário explicar a entrevista teria curso de maneira individual.

Levando em consideração as limitações que cada um dos entrevistados apresentou em suas narrativas e também fizeram parte da análise, não seria interessante que outros pudessem interferir. As divergências de cada um, quando indagados sobre o mesmo tema, também compuseram uma ferramenta importante na tentativa de identificar as trajetórias que cada um percorreu em suas narrativas, ao dar significado às coisas ditas. Tendo isso esclarecido, os

outros militares deixaram a sala, permitindo a conversa em particular, o que se repetiu em todas as outras entrevistas.

A fala dos entrevistados era iniciada a partir de um questionamento norteador: “Segundo seu ponto de vista, como se deu a história da ala GBT do Presídio Central de Porto Alegre?”. Em um primeiro momento foi surpreendente, mas um tanto incômodo e inquietante a maneira muito bem construída que cada um dos entrevistados, principalmente os que ocupavam posições hierarquicamente mais altas, conectavam seus argumentos. A maneira com que cada um falava me suscitava uma percepção de que cada palavra era quase ensaiada previamente para ser dita daquela maneira. Com o decorrer das entrevistas, percebi que alguns dos entrevistados, talvez os que participaram mais ativamente ou que ocupavam cargos representativos na instituição durante o processo de criação da ala, possuíam uma articulação mais bem elaborada sobre o assunto.

A ala GBT do PCPA é, sem sombra de dúvidas, algo que atrai olhares curiosos das mais diversas direções, pelos mais diversos motivos. Não são poucos os relatos feitos, pelos mais diversos veículos de mídia que se interessaram pela existência desse espaço nesses três anos de trajetória. Durante a pesquisa, era comum que chegasse ao meu conhecimento, algumas vezes de maneira informal, outras vezes oficialmente, que a administração do presídio fora solicitada para dar um depoimento sobre a 3ª ala do pavilhão H. Ao que parecia eles estavam preparados para responder qualquer pergunta que fosse feita. Dessa forma, mais uma vez afirmo a importância do tipo de abordagem através da qual conduzi a pesquisa. Não estava à procura de respostas prontas para as perguntas que possivelmente já haviam sido feitas inúmeras vezes. Deixar o entrevistado livre para fazer a narrativa que julgar pertinente a respeito de certo foco que tenha se configurado, talvez, pudesse ser a maneira mais produtiva de conduzir esse estudo.

As entrevistas não puderam ser realizadas todas no mesmo dia. É comum que as agendas de muitos dos administradores do presídio sejam meticulosamente planejadas. Praticamente todos os compromissos, onde cada um vai estar em cada segmento do dia, são planejados, sendo que, por mais que todos os entrevistados se mostrassem muito dispostos a participar da pesquisa, ocorreram algumas adversidades. Caso uma entrevista resultasse num tempo acima do previsto, ou seja, que ocupasse parte do horário destinado a outra entrevista, era comum que o entrevistado seguinte já estivesse indisponível. Entretanto, essa indisponibilidade momentânea logo dava lugar a uma nova marcação de horário em outro dia.

O segundo bloco das entrevistas se deu com alguns dos indivíduos que, até aquele momento, encontravam-se na condição de moradores da ala GBT do Presídio Central de Porto

Alegre. É necessário marcar a condição de moradores no momento da entrevista por alguns motivos. Primeiramente, a condição de apenado, como um sujeito que responde por determinado crime e se encontra em situação de reclusão, suspensão da liberdade, é algo, no âmbito da execução penal, provisório. Considerando que o Código Penal Brasileiro não prevê pena de reclusão do tipo perpétuo, é razoável concluir que cada um daqueles indivíduos ficará recluso em uma instituição prisional por um tempo determinado, previsto por lei, referente ao delito que cometeu.

Foram entrevistados quatro moradores da ala GBT do PCPA, sendo duas travestis e dois homens que se identificavam como companheiros das travestis. Os primeiros contatos com esse público se deram a partir das visitas ao presídio feitas pela ONG Igualdade. Os presos eram removidos de suas celas na 3ª galeria do pavilhão H, escoltados de lá até a capela da instituição, onde ocorriam as oficinas. As intervenções da ONG tomavam curso de uma maneira planejada, sendo que normalmente ocorriam em quatro blocos. Primeiramente, ao chegar, todos se acomodavam em cadeiras dispostas em círculo. Muitas vezes, de maneira proposital, deixávamos espaços vazios entre nós na tentativa de incentivar os apenados a se dispersarem entre nós. Tais iniciativas não surtiram efeito. Normalmente, o círculo era composto de um arco menor em que todos os integrantes da Igualdade sentavam-se, e complementando o restante do círculo com um arco maior, os apenados.

Cada grupo do PCPA, que, nesse caso, coincide com todos os habitantes de uma única galeria, possui um/uma representante. Tendo em vista o número muito grande de pessoas que nesse momento estão reclusas no Presídio Central, a administração prisional adotou um sistema em que cada galeria nomearia um representante. Essa pessoa seria aquela a qual os presos deveriam se referir como veículo de comunicação entre a administração carcerária e cada apenado de uma determinada galeria. Aquele que ocupa esse cargo certamente goza de regalias ligadas à visibilidade, voz perante o presídio e facilidade ter certas demandas concedidas, tais como enfermagem, escola, trabalho, etc. Em contrapartida, o apenado escolhido como representante sofre os encargos de ter de responder sobre aspectos ligados à coletividade como ordem, limpeza, bom comportamento, entre outros. No caso específico da 3ª do H, o cargo de representante teve um papel crucial no processo que produziu as condições para que esse espaço surgisse. Esse assunto será tratado em mais adiante.

Até o momento da realização dessa pesquisa, quem ocupa o cargo de representante da ala, da mesma forma que sua antecessora, é uma travesti. Tendo em vista a disposição da escolha de onde sentar durante as oficinas da Igualdade, essa representante costumava se acomodar no assento logo ao lado da presidente da ONG que acompanhava e supervisionava

todas as visitas. O primeiro bloco das atividades se constituía em uma rápida apresentação. Mesmo levando em consideração a grande periodicidade das visitas ao presídio, normalmente uma vez a cada duas semanas, era necessário que fosse feita uma roda de apresentações.

O Presídio Central de Porto Alegre é uma instituição que opera com execuções penais de caráter provisório, ou seja, é apenas permitida a entrada de sujeitos que ainda estão em condições processuais, não condenados. Historicamente, era possível que presos condenados pudessem cumprir pena no PCPA, entretanto, a partir de uma medida judicial, tornaram-se proibidas as novas internações de sujeitos já condenados. Levando em consideração que muitos dos apenados da ala GBT estão em sob regime de presos provisórios, era comum certa flutuação nos números de participantes da oficina, bem como de moradores da 3ª do H. Durante a rodada de apresentações, essas idas e vindas ficavam mais evidentes.

Um segundo momento das oficinas era caracterizado por um espaço livre para que os apenados pudessem expor os fatos que tomaram curso no espaço de tempo entre as visitas. Nesse momento eram expostas queixas sobre condições de vida, o trato dos agentes penitenciários, o convívio com os outros presos de outras galerias, como se deram as relações entre os próprios moradores da galeria, enfim, era um espaço livre para que cada um/uma pudesse expor seus dia-a-dia, anseios, dúvidas e inquietações.

Um terceiro momento, que ocorria sempre que possível, constituía-se em um espaço destinado a atividades planejadas pelos técnicos do projeto. Essas atividades eram pensadas com a finalidade de atuar como ferramentas que estimulassem reflexões sobre a vida no cárcere, corpo, gênero e sexualidade. E por fim, no último momento das oficinas, cada especialista que compunha a equipe (psicólogas, advogado e assistente social) davam início aos seus atendimentos. Cada atendimento era feito de maneira individual.

Como integrante da equipe técnica do projeto que a ONG Igualdade-RS desenvolvia no presídio, minha função talvez não fosse tão visível quanto a de meus colegas durante os encontros. Minha principal função nesse projeto era atuar no planejamento de cada uma das atividades e produzir as atividades pedagógicas que seriam desenvolvidas, como, por exemplo, oficinas, dinâmicas, etc. Minha função durante os encontros era, efetivamente, atuar como relator. Tal função talvez tenha se configurado como um ponto crucial para o andamento da pesquisa. Durante a rodada de apresentação, era requerida de cada um dos integrantes da equipe uma apresentação, da mesma forma como realizado pelos apenados. Dessa maneira, cada pessoa primeiramente dizia seu nome e, logo em seguida, sua função/cargo no projeto. Enquanto cada pessoa que compunha a equipe possuía funções

aparentemente mais visíveis durante os encontros, eu, por outro lado, como relator, muitas vezes apenas observava.

Era evidente a expressão de curiosidade vinda dos apenados. A aproximação com os outros integrantes se dava com uma finalidade muito clara. Na aproximação, o que se buscava era o atendimento referente às especialidades de cada técnico. Durante algumas visitas, talvez o “não saber” tenha sido um caráter limitante da aproximação entre os apenados e eu. Entretanto, com o passar do tempo, essa aproximação se deu de maneira lenta e sutil. As travestis se aproximavam de mim para saber quem eu era, de onde eu vim, não procuravam em mim um atendimento específico. Com o tempo, elas começaram a relatar seu cotidiano, muitas vezes coisas que não eram ditas em voz alta no espaço reservado para tal fim, coisas que não poderiam ser ouvidas pelas outras pessoas.

Quando me dei conta dessa aproximação, foi necessário tomar a decisão de reestruturar certa distância entre mim e as travestis e seus maridos. Retomar esse posicionamento mais distante não foi uma tarefa simples. Por algum motivo, aqueles sujeitos pareciam muito empáticos. Antes da minha primeira visita, havia uma convicção muito forte de minha parte que, de certa forma, foi modificada: parecia estar muito claro para mim que aqueles sujeitos não eram nada além de criminosos, pessoas que cometeram delitos graves, muitas vezes bárbaros. Estava preparado para sentimentos da ordem do repúdio, da repulsa, da raiva, etc. Para a minha surpresa, deparei-me não com os monstros que esperava, mas, sim, com pessoas. Não foi uma tarefa fácil não me colocar em seus lugares em meio aos relatos de maus tratos, violência, negligência e constrangimentos vivenciados cotidianamente. De qualquer forma, era necessário continuar, manter a distância e observar.

O grupo que habita da ala GBT é muito heterogêneo. Naquele local residem travestis, gays e seus maridos. A emergência dessa ala atravessa as trajetórias de vida desses sujeitos. Dessa forma, foi necessário compreender como a existência da ala GBT opera discursivamente sobre as vidas desses sujeitos. De que maneira os moradores desse espaço também constituíram uma importante força discursiva que contribuiu para a emergência da ala? Quais as implicações que habitar esse lugar traz para as vidas das travestis, dos gays, bissexuais e seus maridos? Na tentativa de obter um panorama amplo das diferentes vivências possíveis nesse espaço, os informantes foram previamente selecionados seguindo critérios descritos em seguida.

Mais uma vez, dificultado pelo caráter provisório da estada dos apenados na instituição, apenas uma das travestis presentes durante a pesquisa fazia parte do grupo original da ala GBT. A travesti, que hoje ocupa o cargo de representante da ala, estava presente

durante todo o processo de criação da ala. Durante uma das visitas ao presídio feitas pela Igualdade, aproximei-me dela e expus minhas intenções. Após deixar claro qual seria o teor da minha pesquisa e como seria conduzida, a entrevistada concordou imediatamente em conceder a entrevista.

É muito evidente que a compreensão de como as pessoas que habitam a ala GBT do PCPA significam suas vidas é realmente algo que também ocupa centralidade nesse trabalho. Entretanto, durante as entrevistas realizadas com os administradores do presídio, alguns elementos igualmente interessantes surgiram. No momento de formação da ala alguns sujeitos foram deslocados de certos espaços do presídio em direção a esse novo ambiente. Saber quais foram esses sujeitos escolhidos para habitar esse novo espaço é um questionamento imediato. É importante, também, entender como certos regimes de verdade operaram na construção da legitimidade da escolha de certos sujeitos e de outros não. Por outro lado, tendo em vista a situação atual da ala, saber que existe um trânsito de pessoas para dentro e para fora dela, pessoas que não a habitam desde sua criação, fez emergir outros tipos de questionamento.

A partir do que foi dito anteriormente, foi possível enxergar quatro situações muito distintas que incidem sobre os moradores da ala. Em primeiro momento, é importante descrever quem foram os sujeitos que, de certa forma, inauguraram a ala como moradores. Como se construíram como sujeitos desse espaço? De que maneira certos enunciados foram mobilizados na escolha dos moradores da ala GBT e como os constituíram subjetivamente?

Durante as entrevistas que foram realizadas com militares administradores da instituição, percebi que cada área do presídio e cada habitante desses espaços são relacionados de uma maneira muito específica. A disposição desses presos não é feita de maneira aleatória. Cada apenado é enquadrado em certas categorias no momento de sua entrada e alocado em certos espaços escolhidos para eles. Dessa forma, fui capaz de visualizar outras três possíveis situações. Uma vez que o fluxo de apenados se faz constante para dentro e para fora da instituição, o mesmo ocorre no que diz respeito aos sujeitos que habitam a ala. Assim, se fez importante investigar quais são os caminhos trilhados por esses sujeitos até a chegada na ala. Como esses caminhos se produzem de modo que sejam passíveis de serem percorridos? Quais os caminhos possíveis? Como a escolha de certos percursos, não de outros, implica nas formas de viver em meio ao cárcere? Para tal, foi entrevistada uma travesti que chegou na ala certo tempo após sua inauguração, um homem que se identificou como companheiro de uma travesti que habitava outra ala do PCPA e que, em certo momento, migrou para a 3ª do H e outro apenado que não chegou a habitar outras alas do PCPA. Esse último entrevistado, após sua entrada na instituição, seguiu diretamente para a ala GBT.

Uma vez que foi feita a escolha de cada pessoa que seria entrevistada, encaminhei pessoalmente a cada uma delas um pedido de consentimento com a entrevista e com o uso dos dados produzidos. Uma vez recebido o aceite das apenadas, um requerimento formal que permitia meu encontro com esses sujeitos foi encaminhado ao diretor do presídio e, rapidamente, aceito.

Presente no PCPA no horário e data marcados para que fossem realizadas as entrevistas, fui encaminhado a uma sala ocupada por dois militares que atuavam na administração do presídio. Nesse momento, fui indagado sobre em que local as entrevistas teriam curso. Esclareci que, independentemente do local, o ideal seria que cada entrevista fosse feita individualmente. Por uma questão de segurança, não foi permitido que eu ficasse sozinho com cada um dos apenados. Dessa forma, as entrevistas foram realizadas naquela mesma sala na presença dos oficiais militares.

Conhecer previamente os apenados se mostrou de grande importância no momento da entrevista. Além de atribuir ao momento um caráter mais informal, ficaram claras certas limitações nas narrativas dos entrevistados. Conviver anteriormente com esses sujeitos me permitiu identificar certas alterações na forma de falar, nas palavras escolhidas, na linguagem corporal, na diminuição do tom de voz em momentos oportunos.

Durante as visitas da ONG ao presídio, não há a presença de militares no interior da sala em que são realizadas as oficinas. Nesse local, suponho que os apenados sintam-se mais livres para expor seus pontos de vista, suas críticas ao funcionamento da instituição, episódios de maus tratos, etc. No local onde as entrevistas foram realizadas, pairava um sentimento de vigilância constante, como se cada palavra que era dita estivesse sendo analisada. Acredito que isso tenha atuado como condicionante durante a fala dos entrevistados.

Mesmo considerando que a análise de narrativas ocupa centralidade nesse trabalho, em alguns momentos procuro em outras fontes alguns elementos que complementaram minha análise. Através de fontes midiáticas que tratam sobre o PCPA e a ala GBT ou que tentem retratar a vida de travestis, tentei complementar os argumentos que desenvolvo.

Para que a operacionalidade da existência da ala se tornasse concreta, em certa medida, foi necessário que uma discursividade colocasse em ação um sujeito aparentemente muito bem descrito, situado e legítimo. A construção da figura etérea de um sujeito invariavelmente oprimido, que é posto automaticamente em posição vítima, que não possui completa autonomia, que tem sua vida em situação constante de risco e que não responde inteiramente pela preservação sua própria integridade física parece ter sido fundamental para a efetivação da ala GBT. A conjugação entre o que é enunciável, hoje, sobre os direitos

humanos, sobre as políticas públicas para grupos considerados vulneráveis, sobre a funcionalidade do sistema carcerário e sobre o espaço social que assuntos ligados à violência contra pessoas que carregam (têm inscrito nos seus corpos) certas marcas identitárias foram fundamentais na construção histórica e culturalmente situada da demanda discursiva para a ala GBT.

As práticas vitimizantes, ou seja, as estratégias de biopoder que instauram uma concepção indissociável da imagem do sujeito dotado de sexualidade não-hegemônica à condição de vítima, levando em consideração o ambiente carcerário, produziram uma “tipologia” de sujeito muito singular. Operando em conjunto, em uma relação de cooperação e mútua influência, as práticas que, por um lado, constroem uma normatividade produzida como resposta a esse sujeito-vítima, por outro, proporcionam, também, a demanda que tornou possível em um momento propício a criação da ala GBT.

Considerando que a construção de uma imediata ligação da figura vitimizante ao sujeito de sexualidade não-hegemônica em situação de cárcere, como elemento preponderante na construção da superfície de emergência da ala GBT, é necessário descrever certos mecanismos culturais que operam na produção dessa posição de sujeito. Na sessão a seguir nomeada “O sujeito travesti e o acoplamento travesti-vítima”, utilizo também entrevistas, reportagens, artigos de jornal, entre outras veiculações midiáticas como uma forma de observar as táticas de materialidade enunciativa que tomam sujeitos travestis como objeto. Analiso os modos em que a enunciação de tais assuntos se vincula, através dos quais se torna visível certo corpo travesti. Procuo compreender como as construções do acoplamento do sujeito travistam a uma posição de vítima foi produtiva na trajetória de reumanização desse sujeito.

Em seguida, na sessão que chamei de “Da (na) ruína à excelência do acolhimento”, me preocupo em descrever, brevemente, um apanhado da situação de descrédito social que o sistema carcerário brasileiro vive, de certa forma materializado no Presídio Central de Porto Alegre e, de certa forma, como o ato institucional que deu origem à ala GBT parece responder estrategicamente a uma normativa prisional. Acredito que a combinação desses vetores discursivos ocupou lugares preponderantes na produção da demanda discursiva que tornou possível a ala GBT do Presídio Central.

3. O sujeito travesti: o acoplamento travesti-vítima

Falar sobre gênero e sexualidade é algo que pode nos remeter facilmente a histórias de vida. Não é difícil que algum de nós tenha presenciado ou até mesmo vivenciado uma situação em que nos deparamos com formas de hostilidade que têm como alvo certas pessoas consideradas “diferentes”. Na vivência docente, por exemplo, pude presenciar inúmeras situações de intolerância, exclusão e violência no espaço da escola. Alunos considerados “diferentes” pareciam estar constantemente marcados pela iminência de algum tipo de piada, xingamentos ou outros tipos de práticas que se valiam de determinadas características como justificativa.

Na qualidade de aluno, estive sempre num campo de investigação. Nunca gostei de jogar futebol, as professoras sempre elogiaram a minha letra, nunca tive muita afinidade com os assuntos que costumavam ser tema nas rodas dos meninos. Eu era considerado um garoto diferente durante a época em que estava no ensino fundamental (talvez durante toda a minha vida). Nunca fui vítima de nenhuma violência física, entretanto, outras modalidades de violência sempre foram minhas companheiras. Durante essa época, o sentimento de exclusão, de vigilância, de estar constantemente preocupado em como escapar da próxima situação de constrangimento era algo muito claro. Hoje retorno a essas situações mentalmente, com um olhar analítico.

Embora colocado sempre numa condição de alvo de determinadas hostilidades, nunca me enxerguei na posição de vítima, propriamente dita. Não via a mim mesmo como uma pessoa acuada, colocada num canto. Ao lembrar tais situações, desde sempre, me vi numa posição de resistência, em um movimento constante de estabelecer uma estratégia que me desvencilhasse daquelas situações. Contudo, para todos os efeitos, estava sendo alvo uma modalidade de violência. Uma violência muito específica, escolhida. Uma violência que parece ter sua origem na comparação. Uma imagem etérea de menino era invocada toda vez que uma violência desse tipo era praticada. Não importava que não houvesse uma unidade real entre os outros meninos, ou seja, mesmo que aqueles meninos que praticavam a violência não fossem completamente idênticos entre si, pareciam evocar certas características escolhidas que não me contemplavam. Meus trejeitos mais delicados comumente surgiam nesses momentos. Era um jeito de “mulherzinha”, eles diziam.

Essas práticas continuaram durante toda a minha vida, de diferentes formas, obviamente. A violência que tinha como sujeito essa minha conduta, de certa forma, fora da norma esperada para um homem, recebeu um aditivo de uma modalidade muito mais específica de violência. Em certo momento percebi que existia uma violência que não dizia respeito exatamente aos trejeitos, ao fato de não gostar de futebol, ao fato de não cumprir alguns requisitos que estabeleciam o que era, para o grupo, ser um menino, etc. Esse outro tipo de violência designava como alvo o meu desejo por outros homens. Esse dois tipos de violência não são exatamente os mesmos, embora possuam práticas muito similares. Enquanto uma modalidade incidia sobre uma forma não normativa de ser homem, a outra tinha como alvo o desejo que se expressava de forma não normativa. Mesmo de diferentes ordens, essas práticas são complementares. Mas quais são suas origens? Em que essas violências se fundamentam?

Durante muito tempo se pensou que as categorias homem e mulher nomeassem os únicos dois lugares possíveis que se pudesse assumir em nossa sociedade. Que um conjunto de características fosse invariavelmente ligado ao que chamamos de homem e mulher. O que era sugerido, que ainda hoje é possível observar, é que tudo o que sabemos e esperamos do que chamamos de homem e mulher sempre existiu. Além disso, tais diferenciações estariam ligadas às diferenças biológicas que o corpo apresentava (LOURO, 1997). Era impensável qualquer tipo de relativização nessas estruturas justamente com sua vinculação inequívoca ao biológico. Em linhas gerais, se o sexo biológico ocupava um *status* de pré-reflexivo, ou seja, se era considerado um dado politicamente autônomo, a vinculação do ser homem ou ser mulher, ao que era assumido como marca pré-existente, alojava tais parâmetros no campo do incontestável.

As mulheres eram vistas apenas na condição de apoio, auxílio, ligadas à assistência. Na virada do século XIX para o XX, no Ocidente, ocorreram mobilizações de mulheres que reivindicavam, principalmente, o direito ao voto, acrescidos eventualmente de mobilizações pela oportunidade de estudo e acesso a algumas profissões marcadamente masculinas (LOURO, 1997). Tal movimento ficou conhecido como sufrágismo, que em seguida, em certa medida, seria considerada a primeira onda do feminismo. Era muito evidente, por sua vez, que tal movimento fosse composto por mulheres brancas e de classe média. Apenas nos anos 60, o que ficou conhecido como segunda onda do feminismo, constituiu-se como um grupo que demonstrou um enfoque maior, para além das preocupações sociais e políticas de ativismo, nas construções teóricas. Essas teorizações tentam dar conta de descrever e refletir sobre as condições de vida e de trabalho das mulheres em diferentes instâncias e espaços, denunciado

a opressão e a submissão feminina. Tais teóricas descrevem, outras criticam e muitas celebram o que elas assumem como características femininas.

Mesmo sendo inegável a importância desses trabalhos como marcos históricos produtores de importantes elementos nos estudos feministas, ainda permanecia um apego a certa essencialidade feminina. A crítica à dominação feminina certamente estava comentada, entretanto, esses estudos permaneciam contemplando apenas um tipo de mulher (branca e de classe média). Além disso, a diferenciação biológica continuava sendo convocada como marcador da diferença. Era necessário, então, nesse momento, tentar compreender, contrapondo-se às argumentações embasadas no determinismo biológico, não exatamente seu sexo, mas, sim, tudo que se construiu socialmente sobre isso e de que forma essas construções produziram na sociedade, em um determinado momento histórico, o corpo e o sexo.

Certamente, uma transformação na forma que enxergamos nós mesmos e os outros surge com as teorizações das feministas anglo-saxãs no final da década de 80. Joan Scott (1989) passa a marcar uma separação entre gênero (*gender*) e sexo (*sex*). A teórica rejeita qualquer determinismo biológico ao dizer que as diferenciações baseadas no sexo têm um caráter fundamentalmente social. Essa perspectiva não negava a matriz sexuada do corpo, mas, ao contrário, enfatizava o caráter social e historicamente construído, o gênero, que se desenhava sobre o corpo. Ela enfatiza, ainda, que, através da linguagem, as representações de gênero são trazidas para a prática social e se constituem através de um processo histórico e político.

Contudo, como resultado de uma análise dos limites lógicos dessa concepção, supor um desligamento absoluto entre gênero e sexo, ou seja, a possibilidade de autonomia entre os corpos, sendo estes sexuados e biologicamente definidos e os gêneros sendo culturalmente construídos se mostra duvidosa. Primeiramente, supor uma concepção, *a priori*, de um binarismo sexual, ou seja, um corpo masculino e um corpo feminino determinados por características biologicamente estabelecidas e espectros culturais que se inscrevem sobre o corpo sexuado não parece sugerir “que a construção de ‘homens’ aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo ‘mulheres’ interprete somente corpos femininos” (BUTLER, 2003, p. 24). Outro ponto de reflexão diz respeito ao argumento de que se o sexo biológico é marcado e inequivocamente binário – o que não é (SANDRINE, 2008) – apenas o gênero seria algo construído. Não há por que assumir que essa construção contemplaria apenas gêneros igualmente binários, ou apenas em número de dois (BUTLER, 2003).

Para assumirmos que gênero e sexo funcionem discursivamente, estaria implícita uma relação exclusiva e invariável entre os dois. Dessa maneira, se fosse o gênero um parâmetro

completamente independente do sexo, o primeiro produziria para si um *status* radicalmente flutuante. Ou seja, não haveria graves implicações sociais em designar como homem um corpo masculino ou um feminino e vice-versa (BUTLER, 2003). Dessa forma, não há como pensar o sexo e o gênero como independentes um do outro. A compulsoriedade que vincula o gênero ao sexo não apenas expõe a negativa ao caráter natural do que entendemos por sexo; mas, mais do que isso, indica que o conceito de “sexo natural” nada mais é que uma produção histórico-discursiva que estabelece o sexo como pré-discursivo, suspenso de qualquer crítica e anterior a cultura. Dessa forma, a estratégia que produz esse *status* incontestável do sexo subsidia sua estrutura biologicamente assegurada.

Outro ponto que se acopla a esse entendimento do gênero e do sexo, sendo estes produtos indissociáveis de uma trajetória discursiva, diz respeito ao desejo. Como resultado de uma prática comum no pensamento moderno, somos culturalmente ensinados e conduzidos a uma tentativa obsessiva de classificar e separar tudo que nos rodeia em categorias. Mais que isso, somos levados a categorizações dicotômicas, ou seja, pensamos as coisas que nos rodeiam como pólos de uma oposição linear (LOURO, 1997). Tal lógica é facilmente exemplificada quando pensamos em oposições sedimentadas em nossa cultura. Conceitos parecem “naturalmente” opostos – tais como corpo/alma, produção/reprodução, público/privado, razão/sentimento – que nos fazem, de certa forma, remeter-nos a outro par dicotômico, homem/mulher. O primeiro termo de cada um desses pares parece estar muito imediatamente ligado à figura do homem, ao passo que o mesmo acontece com os segundos termos quando postos em relação com a figura da mulher.

A separação dicotômica nos induz e, de algum modo, pressupõe uma posição hierarquicamente inferior do segundo termo em relação ao primeiro, ao qual parece derivar (LOURO, 1997). As amarras culturais ligadas a cada gênero apontam para um lugar (posição de sujeito) que se propõe fixo. Para tal, é necessário que haja a produção de um referente metafísico atribuído a cada gênero, ou seja, um corpo etéreo, não necessariamente material, que é constantemente posto diante de nós. Nesses termos, um homem seria racional, viril, forte, objetivo, provedor; e uma mulher seria emocional, delicada, discreta, cuidadora, mãe. O homem, assim, seria dominante e a mulher, dominada. Em última análise, as relações descritas e exemplificadas se configuram em relações de poder. Para que essa oposição dicotômica se mantenha e se sustente, pressupõe-se que um negue sistematicamente o outro, de modo que esse sistema encontra apoio nos mais diversos âmbitos de nossa sociedade. Assim, qualquer um que não se enquadre nessa normatividade terá, por consequência, inscrito no seu corpo a visão do desvio.

Elementos adjetivos dessa norma que atuam como reguladores do gênero parecem ser a prática sexual e o desejo. O escopo normativo de uma “identidade” viável em nossa sociedade é fundamentado por conceitos estabilizadores de sexo, gênero e sexualidade. Para que sejamos sujeitos dotados de vidas bem sucedidas, nos parâmetros supracitados, é esperada de nós coerência, linearidade e inteligibilidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (sexualidade), como se a conjugação desses fatores fosse infalível. As leis discursivas de nossa época, produzidas através de ligações entre sexo biológico, gênero culturalmente construído e a expressão do afeto e do desejo sexual, tratam de proibir, através de estratégias enunciativas, práticas e institucionais, qualquer incoerência nessa linearidade.

Tais práticas, subsidiadas pelo que se construiu como “verdade” sobre o sexo, produzem as formas coerentes de se viver o gênero, estabelecendo, conseqüentemente, qualquer outra forma como incoerente. Ancoradas em identidades culturalmente instituídas do que é ser homem ou mulher (ênfatizando, portanto, a dicotomia), essa matriz heterossexual exige compulsoriamente que certos tipos de identidade não possam existir (BUTLER, 2003). Ao passo que institui certa identidade como culturalmente inteligível, torna-se inevitável a disseminação de outras identidades de gênero e sexualidades, bem como suas múltiplas possibilidades de combinação, como dissidentes e/ou desviantes.

Essa heteronormatividade, que remete a um sujeito coerente com a ordem compulsória gênero/sexo/desejo, é um constructo discursivo e, como tal, ancora-se, ajusta-se, atualiza-se e é reiterado ao se relacionar com outros componentes culturais, tais como as instituições, as práticas, as estratégias de enunciação e visibilidade. No âmbito das práticas que atuam regulando as condutas dos indivíduos, destaco algumas que têm como alvo sujeitos que são identificados como dissonantes da heteronormatividade.

Borrillo (2010) entende que homofobia são práticas de hostilidade que têm como alvo pessoas homossexuais. Entretanto, essas práticas se dispersam em diversos níveis da nossa sociedade, de diferentes formas, agindo diferentemente de pessoa para pessoa. É uma modalidade de violência que possui muitas facetas, estratégias e efeitos. O autor diferencia algumas das formas que tais práticas se manifestam. O fenômeno da homofobia – ainda que esse conceito tenha surgido muito recentemente da maneira que o conhecemos – pode ser identificado em diversas esferas de nossa sociedade.

Embora o Brasil, legalmente falando, seja considerado um país laico, é atravessado por diversos saberes produzidos no interior das crenças culturalmente presentes. Ainda segundo Borrillo (2010), a aversão cristã sobre os homossexuais procuraria justificativa na condição de suas práticas estéreis. Segundo a doutrina, para esse autor, a prática sexual para

fins não reprodutivos configuraria algo antinatural, ou pecaminoso. Dessa forma, considerando a prática sexual entre pessoas do mesmo sexo como estéril, manter práticas homossexuais seria algo a ser combatido.

O caráter patológico da homossexualidade produzido a partir de construções de saberes médicos também atua como uma modalidade de violência. Ancorado não somente nas noções de esterilidade reprodutiva das práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo, mas, sobretudo, no surto que HIV/AIDS, como “peste gay”, o saber médico tem sistematicamente convertido em patologia as identidades não heterossexuais.

A violência parece ser uma prática produzida como estratégia que se vale de tentativas sistemáticas e reiterativas de posicionar certo sujeito enquanto desviante da norma. Em outras palavras, não há como sugerir que a violência contra diferentes sujeitos, mesmo sendo considerados dissidentes à norma, atue sobre eles da mesma forma. A homofobia é uma modalidade de violência que tem um sujeito aparentemente bem delimitado: o homem homossexual. As estratégias táticas do poder que são exercidas sobre esses indivíduos se configuraram, a partir de um campo de saber construído, sobre uma representação desse alvo. Em outras palavras, as estratégias de violência homofóbica se configuram de uma maneira muito específica referente à trajetória também muito singular do seu sujeito-alvo.

Partindo desse raciocínio, é possível sugerir que a violência contra uma mulher lésbica, por exemplo, possa, em primeira análise, parecer semelhante à praticada contra um homem gay. Entretanto, o atravessamento de gênero parece tornar essa primeira modalidade de violência ligeiramente diferente da segunda. A misoginia e o sexismo são componentes muito comuns nas modalidades de violência praticadas contra mulheres homossexuais muito mais do que para homens gays. Talvez seja insuficiente tentar enquadrar as práticas de violência contra mulheres lésbicas no escopo da homofobia. Uma *lesbofobia* que contemple as especificidades do sujeito-alvo dessa violência poderia, em primeira análise, servir de maneira mais completa.

Certamente, as modalidades de violência vividas por pessoas que se identificam como travestis diferem das vividas por homens gays e mulheres lésbicas. Primeiramente, há uma diferença crucial entre essas modalidades de violências: enquanto as práticas hostis contra homens homossexuais, por exemplo, parecem estar vinculadas a uma aversão à prática do desejo desviante, as práticas hostis cujo alvo é travesti, por sua vez, parece ter origem na identidade de gênero. Dessa forma, práticas de violência que têm como alvo travestis ou pessoas transgênero seriam denominadas *transfobias*.

O que se espera ao perguntar sobre a história de vida de pessoas que se identificam ou são identificados como dotados de certas características não-hegemônicas, em especial de sexualidades ou identidades de gênero não normativas? Ao voltar meu olhar em direção tanto aos veículos midiáticos, quanto às produções acadêmicas, mesmo, ainda, às falas do cotidiano, me deparo com as mais diversas narrativas sobre as histórias de vida de lésbicas, gays, travestis, transexuais, etc. Histórias de vida de pessoas cujas vivências as levaram a percorrer os mais distintos caminhos, independentemente de serem pessoas de classe alta, média, pessoas mais pobres, diferentes etnias, raças, religiões. Por mais dissonantes que tais narrativas pareçam ser, consigo enxergar um elemento que as unifica mesmo em sua diferença.

É absolutamente comum que, ao remeter à sua própria história, uma travesti, por exemplo, reconheça em sua trajetória uma constante proximidade infame a um ente indesejável: a violência. Refiro-me aqui a violência não como um conceito fixo, que possa ser facilmente definido e aplicável a diferentes situações. Certamente a violência é um fenômeno dotado de uma leitura líquida, muito singular, que se ajusta à situação, ao momento histórico e, talvez, principalmente, aos sujeitos envolvidos. O elemento mutante que é constituinte dessas práticas possibilita uma dualidade nas diferentes narrativas. Se, por um lado, as diferenças nas modalidades de violência distanciam suas práticas em cada história de vida, a sua existência quase que inequívoca em cada uma delas, as aproxima.

Ao narrar sua própria história de vida, Reidel (2011), traz, nas primeiras linhas de seu relato, que não haveria como falar de seu percurso como professora transexual sem antes fazer um breve histórico de experiências vivenciadas em sua infância. As palavras “sofrimento”, “agressão”, “gozações”, “opressão” são múltiplas vezes evocadas e convidadas a acoplarem-se à história como constituintes primeiros e fundamentais. Das situações descritas sobre o passado, vivências escolares, vivência familiar e o medo constante surgem como aspectos importantes a serem relatados. Embora a relação íntima com o medo constante de possíveis violências físicas apareça preponderante em seu relato, outros tipos de violência transportam o leitor para o interior de cenas que, até então, poderiam ser consideradas banais.

Ainda segundo a sua narrativa, Reidel (2011) descreve a cena de uma situação vivida na tentativa de usar o banheiro público. Uma simples ida ao banheiro pareceria um ato simples, cotidiano, que não representaria a qualquer pessoa nenhum tipo de problema. Ao aproximar-se da entrada do banheiro, a narradora se deparou com a impossibilidade de sua entrada. A porta estava aberta, outras pessoas entravam e saíam daquele local, porém, a pessoa que controlava esse movimento impediu-a de entrar. Documentação foi requisitada.

Até então, a protagonista da cena ainda possuía o registro civil com o nome masculino registrado no nascimento. O que se seguiu foram momentos de constrangimento pelo impeditivo da entrada tanto no banheiro feminino (impossibilitado pelo nome que constava na carteira de identidade), quanto no masculino (por ter inscrito no seu corpo uma figura que, aparentemente, não poderia ser permitida em um banheiro masculino). Foi necessário que a direção do estabelecimento fosse convocada para que, então, sob os múltiplos olhares de transeuntes curiosos que analisavam atenta e detalhadamente toda a situação, a permissão do uso do banheiro feminino fosse permitida.

Não houve agressão física, não houve ferimentos na pele, mas houve, sem dúvida, um ato de extrema violência. Os requintes de violência dessa situação talvez não tenham sido da ordem do material e/ou físico, mas, sim, de um âmbito muito mais sutil. Certamente, o ocorrido deve ter provocado a mobilização de diversos indivíduos que não conseguiam entender exatamente o que estava ocorrendo, pois o fato em si, muito provavelmente, não foi discreto. Os enunciados mobilizados no âmbito discursivo que colocaram aquela pessoa em uma condição de não-lugar, sem dúvida, atingiram-na violentamente.

Não apenas em relatos acadêmicos de experiências é possível encontrar erupções de elementos vitimizantes associados às identidades não-hegemônicas sexuais e de gênero. Ao fazer um levantamento nos arquivos *online* disponibilizados publicamente pela empresa de mídia Zero Hora, que possui posição de alta relevância na veiculação de informações no Rio Grande do Sul, surge um dado interessante. Através das ferramentas de busca disponíveis nesse veículo midiático, ao informar o termo “travesti” como referência para ordenação de reportagens, documentários e itens relacionados, o que surge é um apanhado volumoso de histórias que ressaltam o aspecto trágico que permeia a vida das protagonistas dessas notícias.

É uma quantidade interminável de registros que, em sua grande maioria, veiculam informações sobre violências de desfechos fatais ou tentativas de assassinato que tem travestis como alvo. Essas mortes acontecem comumente como fruto de um ataque de um sujeito masculino através de utilização de arma branca. Trago abaixo dois recortes feitos de notícias veiculadas pelo jornal Zero Hora que ilustram meus argumentos.

Um travesti foi encontrado morto na madrugada desta quarta-feira na Rua Ary Tubbs, centro de Gravataí. Conforme a Brigada Militar, a vítima, que não havia sido identificado até o fim da madrugada, levou pelo menos sete facadas. (ZERO HORA, 2013)³

Outro travesti foi atacado pelas costas em São José do Rio Preto, na madrugada da sexta-feira. R.R.C., de 21 anos, conhecido como Layandra, foi esfaqueado por um

³ Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/03/travesti-e-morto-a-facadas-em-gravatai-4065437.html>>. Última visualização: 19/05/2014

homem, no Centro da cidade. Foram registradas agressões semelhantes contra travestis na semana passada e em setembro. (ZERO HORA, 2010)⁴

Em ambos os casos uma travesti (vítima) foi atacada por um homem portando uma arma branca. Os crimes contra a vida dessas pessoas costumam conferir requintes de crueldade. Quando ocorrem, as agressões costumam ser múltiplas, através da utilização de instrumentos que permitem diversas investidas antes da efetiva morte de suas vítimas, sendo tais atos muitas vezes concentrados na região da face e órgãos genitais.

Considerando, então, a linha de raciocínio aqui desenvolvida, não tenho como objetivo deslegitimar a violência da qual esse público é alvo, afinal, não há como negar que os números que relatam suas mortes sejam alarmantes. Meu objetivo com esse breve apanhado é mostrar a forte vinculação de um determinado conceito ao indivíduo travesti. A violência e a opressão surgem como elementos absolutamente presentes no que é dito sobre essa fatia identitária.

Se por um lado, a mídia constitui um importante veículo através do qual esse grupo pôde conquistar uma maior visibilidade nos nossos tempos; por outro, configura um potente dispositivo pedagógico que produz discursivamente aquele de quem fala (FISCHER, 2002). A mídia se constitui como instrumento que participa ativamente na construção de saberes e, relacionado a isso, produz certas imagens, vinculações e significados. É possível entender a mídia como um dispositivo através do qual operam, em nossa sociedade, meios de educar. O que é eleito para ser dito pela mídia ocupa um lugar pedagógico preponderante, produzindo modos de ser em nossa cultura.

Compreender o aprendizado como apenas uma relação que se estabelece entre professor e aluno, em uma aula, cujo conteúdo programático responde a um currículo previamente planejado, de tal sorte que a pedagogia se encerra ao fim de cinquenta minutos previstos por um professor é algo perigosamente reducional. Existem modos e estratégias de ensinar que produzem certos aprendizados em diversas camadas da nossa cultura. Tais práticas podem, ou não, estar relacionadas com esses currículos escolares.

A cultura aparece como constituinte de um dispositivo pedagógico potente, muitas vezes, sutil e, certamente, eficiente. Mesmo em um espaço escolar, não há como reduzir as relações de aprendizado aos confinamentos dos conteúdos programáticos. Em uma sala de aula, por exemplo, são tecidas relações muito mais complexas e amplas, de modo que são compartilhados parâmetros de bom comportamento, disciplina, relações desenvolvidas em

⁴ Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2010/11/novo-ataque-a-travesti-e-registrado-em-sao-paulo-3116833.html>. Última visualização: 19/05/2014

atividades recreativas, uniformes, etc. Esses são elementos constituintes de uma pedagogia que ensina aos seus alvos modos de constituir a si mesmos (FISCHER, 2002).

Modalidades de conhecimento que atuam sobre nós como ferramentas de produção de corpos e subjetividades se tornam muito mais nítidas, endereçadas de formas muito incisivas e atuam sobre os sujeitos de maneiras muito produtivas através da mídia. Esses veículos de pulverização de informação são consultados a todo o momento como fontes referenciais de nossas possibilidades de ser. Segundo Fischer (2002), esses meios midiáticos não constituem apenas uma das fontes básicas e populares de informação e lazer na nossa cultura:

trata-se de um lugar extremamente poderoso no que tange à produção e a circulação de uma série de valores, concepções, representações – relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem somos, o que devemos fazer com nosso corpo, como devemos educar nossos filhos, de que modo deve ser feita nossa alimentação diária, como devem ser vistos por nós, os negros, as mulheres, pessoas de camadas populares, portadores de deficiências, grupos religiosos, partidos políticos e assim por diante. (FISCHER, 2002, p. 153)

Adicionaria a esse exceto que a mídia também atua na representação/produção cultural do que é dito e pensado sobre as travestis. Assumo, dessa forma, que a mídia ocupa um lugar inegavelmente influente, através de certa modalidade pedagógica, na produção de cada um de nós como sujeitos. A mídia é um espaço fértil para a visibilidade de certos saberes que emergem como produtos e constituintes de complexas tramas históricas.

Se a mídia funciona como um instrumento de visibilidade, ou seja, se conhecemos determinados elementos de nossa própria cultura através do que é relatado na TV, nos jornais e nas revistas, é preciso estar atento às modalidades enunciativas, aos recortes e às escolhas linguísticas que aí são colocadas em operação. Efetivamente, não há como contemplar toda a história de um indivíduo em uma reportagem televisiva, por exemplo, ao passo que talvez nem seja esse o objetivo de tal veiculação. O que surge em uma reportagem, como as citadas acima, é uma fatia muito distante de uma completude da vida desses sujeitos.

O enunciado que pode ser extraído dessas reportagens – e, de tantas outras – se torna visível nas diferentes formas em que ele é chamado a constituir a materialidade das enunciações que permeiam os elementos textuais. Enunciações como “*minha infância foi muito difícil*”, “*não me sinto segura ao andar na rua*” ou até mesmo as formas que as situações de violência contra travestis são retratadas nos veículos de mídia trazem múltiplas vezes como elemento mobilizador da figura da travesti vinculada a uma posição de sujeito absolutamente vulnerável.

Através de um processo reiterativo, em que certos encadeamentos de informações que se projetam como “verdades” são a todo tempo retomados, modificados e reajustados, é

produzido, cada vez que essas informações são postas em operação, um delineamento de um ser travesti. Mesmo valendo-se de diferentes situações e histórias de vida, as formas com que esse sujeito é enunciado, ou melhor, as estratégias mobilizadas para torná-lo enunciable, produzem um movimento circundante que designa um perfil de sujeito a ser representado.

Certamente, o elemento da repetição ocupa um local de fundamental importância na forma com que a mídia opera o que pode ser chamado de um artefato pedagógico. A cada vez que uma travesti é posta a falar de uma situação vivida em seu cotidiano, ou mesmo quando outros se colocam como voz para tais ocorridos, efetiva-se uma estratégia eficiente de demarcação de sujeitos.

O que é dito, ao analisar o caso específico da mídia, projeta para o campo do saber, a cada vez que dito, elementos que dão forma ao sujeito travesti. Não me refiro a esse formato como uma imagem total, que efetivamente reflete a realidade do que seria tal sujeito, mas, sim, à imagem etérea que se ajusta cada vez que é enunciada. Assim certa verdade sobre a travestilidade é construída a cada vez que é citada. Em cada situação são oferecidos elementos que dão nome, forma e atribuem características a esse sujeito. Tal imagem discursivamente produzida constrói uma verdade que marca os corpos das travestis, ao mesmo tempo em que nos atravessa. Se, por um lado, é produzido um referente ao sujeito travesti que é convocado a ocupar certo lugar nas narrativas midiáticas, por outro, essa materialidade construída se mostra disponível para nós, que nos apropriamos dela.

Se nos valem dos componentes linguísticos disponíveis na contemporaneidade, que se expressam em nossa cultura para dar nome, falar sobre, construir sentidos e pôr em funcionamento discursivo as coisas a nossa volta, a mídia certamente atua como um produtor dessa disponibilidade linguística. Dessa forma, não é apenas da imagem dos sujeitos que a mídia fala que se constrói na relação produtiva entre o dispositivo pedagógico da própria mídia e os diversos outros nos quais se apóia, mas, também, o próprio espectador é produzido. Quando somos convocados a conhecer sobre determinado sujeitos através das disponibilidades midiáticas, incide sobre nós um processo de aprendizado. Aprendemos, por exemplo, que independentemente da trajetória de vida que uma travesti possa ter, ela sempre estará exposta a constantes situações de violência, seja física, psicológica ou simbólica. Ela estará em constante estado de vulnerabilidade, será sempre posta a prova em situações do cotidiano que poderão expô-la a difamações e constrangimentos. Aprendemos que a posição de vítima é uma realidade a qual tais sujeitos estão muito mais expostos que pessoas cisgêneras.

Mesmo que muitas travestis não se reconheçam ocupantes da posição de vítimas em suas trajetórias de vida, as formas como elas são enunciadas e visualizadas dão a conhecer certa “verdade” construída sobre suas vidas. Os investimentos táticos dessas estratégias enunciativas sobre os corpos das travestis às tornam sujeito do poder. Não há como manifestar uma representação absolutamente precisa em que todo e qualquer sujeito do qual se fala através da mídia possa reconhecer-se. A “verdade” que se constrói nesse contínuo interminável de reiteraões é apenas “uma verdade” que naquele momento é posta em funcionamento. Tal verdade, mesmo que provisória, incide sobre seus sujeitos produzindo-os; sendo os sujeitos dessa relação não apenas as próprias travestis, mas qualquer um que, sendo espectador, é imediatamente interpelado por tais saberes. Mesmo que a vinculação do sujeito travesti à posição de vítima não seja algo que ocorra como resposta a uma intencionalidade pensada previamente pelos redatores midiáticos, a forma com que determinados conhecimentos são distribuídos operacionalizam discursivamente tal vinculação.

O investimento midiático e as formas através das quais certos indivíduos se tornam sujeito dessas representações de si, são mecanismos potentes e que podem atuar como agentes de atualização dos saberes. Em outras palavras, não há como descartar a mídia como um importante veículo de difusão de informações sobre certos indivíduos. Em muitos casos, em especial quando se trata de prisões, muitas vezes, as informações que estão disponíveis são apenas as que são veiculadas pela mídia.

Em dezembro de 2013, um determinado fato chocou a população brasileira e, logo em seguida, extravasou os limites da mídia local e se transformou em manchete que estampava vários veículos de informação ao redor do mundo. O local é o complexo penitenciário de Pedrinhas em São Luiz, Maranhão. Apenados daquela casa carcerária documentaram em vídeo um episódio de extrema brutalidade. Em cenas que gozam de requinte de detalhes, vários presos se aglomeram na intenção de mostrar os corpos decapitados e esfaqueados de três presos. As vítimas não se encontravam lançadas ao chão de qualquer forma. A disposição claramente planejada deixava transparecer os ares do simbolismo que toda aquela situação, característica que objetivamente contribuiu para aumentar o *status* de violência e brutalidade do fato ocorrido. Não foi apenas um assassinato, foi uma execução. Os corpos são exibidos como troféus.

Como esperado, os meios de comunicação beberam vorazmente da solução de água, sangue e brutalidade e nos ofereceram como uma mistura infalível de sucesso midiático. Foi exatamente isso que aconteceu. Durante algumas semanas, os principais meios de difusão de mídia (refiro-me não apenas aos meios formais como televisão, rádio, *sites* de notícias e

assemelhados, mas também aos meios informais de transmissão de notícias, campo dominado pelas redes sociais) foram inundados pelo assunto. Dentre as mais diferentes opiniões e posicionamentos dissonantes, talvez o sentimento de revolta tenha sido um dos poucos pontos que mais se aproximaram da unanimidade. Era claro o repúdio da opinião pública sobre o episódio, afinal, a morte desses indivíduos, nessas circunstâncias, só poderia ser encarada dessa maneira.

Entretanto, mesmo tendo em vista a dimensão da barbárie que se sucedeu nesse acontecimento isolado, uma informação, que talvez tenha ficado ofuscada pelas proporções dos atos, chamou minha atenção. O *site* de notícias da Folha de São Paulo disponibiliza informações a respeito do ocorrido em uma reportagem veiculada no dia 07/01/2014⁵. Nessa matéria, é descrito detalhadamente cada segundo do vídeo feito pelos presos em Pedrinhas, além da própria mídia visual ser colocada à disposição. São várias linhas que transcrevem trechos das falas dos presos, que protagonizavam a gravação, interpretam as intenções e atribuem juízo ao ocorrido. O detalhe que parece se perder em meio ao foco descritivo do texto é que no mesmo ano, 2013, 62 presos foram mortos na mesma casa prisional.

Esse número espanta e, de certa forma, causa certo sentimento de revolta. Esse “detalhe” me leva aos seguintes questionamentos: Quem são essas outras 59 pessoas? Em que condições se deram suas mortes? Por que elas não são importantes? Não saber sobre essas mortes garante um caráter de circunstâncias menos violentas?

Talvez o que confira à notícia dos três assassinatos documentados (em um vídeo produzido pelos próprios presos) um *status* de notícia seja, justamente, o caráter de barbárie que atravessa e constitui esse ocorrido. Assim sendo, o enfoque e a evidência dados a essas mortes específicas produzem todas as outras 59 mortes, de maneira quase infalível, como menos importante. Através dessa relação, é possível imaginar que o que confere à morte dos três detentos a legitimidade de ocupar os meios de comunicação é tal caráter brutal associado ao ocorrido. Tomando essa característica como ponto de partida, é possível dizer que essa associação produz certos efeitos, entre outros, 59 mortes menos brutais, ou, ainda, são vidas e/ou mortes que não mereceram ser retratadas; são processos de definhamento que não nos interessam. Os casos específicos e muito singulares das vidas e mortes desses sujeitos se perderam em meio a uma estatística fria e impessoal, ao mesmo tempo em que serviram como plataforma para a evidência desses três casos “mais brutais”.

⁵ Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1394160-presos-filmam-decapitados-em-penitenciaria-no-maranhao-veja-video.shtml>. Última visualização: 23/06/2014

Em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, encontra-se o Presídio Central (PCPA). Uma casa carcerária em que os presos são, em sua grande maioria, obrigados a sobreviver em meio a condições subumanas: superlotação, insalubridade, descaso e abandono. O relatório final da CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) do Sistema Carcerário, como já mencionado, relata o PCPA como uma casa de reclusão que não poderia existir de forma alguma, dado seu caráter imensamente precário e desumano.

Ao observar o caso das duas casas prisionais aqui citadas, é possível vislumbrar certas aproximações. Embora os processos que resultaram na morte dos apenados da penitenciária de Pedrinhas e os indivíduos que vêm a óbito no PCPA sejam categoricamente diferentes, em ambos os casos se mantém o caráter incontestavelmente brutal de suas mortes. Enquanto o primeiro teve visibilidade internacional, mantendo-se, inclusive, persistente na mídia nacional por semanas, o segundo mal teve visibilidade para além das fronteiras do estado do Rio Grande do Sul.

Enquanto os apenados da Penitenciária de Pedrinhas foram vítimas de mortes brutais, muitos dos presos do PCPA enfrentam um processo contínuo de tortura diária que violenta de forma igualmente brutal e permanente suas vidas de residentes deste espaço. De que forma esse dois casos se distanciam? Aqui, de certa maneira, é possível identificar que podem existir diferentes importâncias atribuídas a essas situações. Talvez, ao comparar essas duas situações, fique visível que, de algum modo, o que aconteceu na Penitenciária de Pedrinhas tomou uma importância maior do que o que acontece diariamente no presídio PCPA.

Butler (2004) desenvolve em um capítulo do seu livro “Precarious Life: the powers of mourning and violence” um pensamento muito interessante, exposto a seguir. Em março de 2002, o Departamento de Defesa dos Estados Unidos determinou que alguns dos sujeitos presos em Guantánamo acusados de pertencerem ao Talibã seriam julgados, enquanto outros, na mesma condição, não. Até então, apenas seis, dos 650 prisioneiros, tiveram julgamento. Esses prisioneiros, por sua vez, estavam sendo mantidos sob custódia por mais de um ano. Os direitos desses indivíduos seriam assegurados pela Convenção de Genebra. Mesmo o governo dos EUA tendo reconhecido que os prisioneiros em Guantánamo seriam sujeitos desse acordo, sendo possível supor que seus direitos estariam assegurados dessa forma, eles continuavam sem julgamento. O *status* de alerta e emergência no que diz respeito à segurança nacional daquele país serviu como subsídio para a suspensão dessas leis, em nível nacional e internacional, para esses indivíduos.

Com a suspensão dessas leis, o governo dos EUA pôde, naquele momento, através caminhos administrativos, decidir quem poderia ser julgado, quem permaneceria preso e,

além disso, quem poderia ser mantido indefinidamente em um regime de não julgamento. Dessa maneira, foi decidido que os prisioneiros de Guantánamo não receberiam direito a julgamento. Para Butler, esse tipo de tática política em que a soberania de determinado país se sobrepõe ao seu esquema legal, talvez até contornando um arcabouço internacional de leis, não se faz possível a qualquer momento, apenas sob circunstâncias e justificativas muito específicas. Primeiramente, se faz crucial perguntar quem são essas pessoas. A quem esses direitos estão sendo negados? Sob que circunstâncias determinadas vidas humanas se tornam elegíveis de direitos humanos, enquanto outras não?

É importante levar em consideração que, para todos os efeitos, aqueles que se encontram presos em Guantánamo, são considerados previamente culpados de crimes gravíssimos contra o Estado Americano. De certa maneira, ainda segundo Butler, o arcabouço legal dos EUA permite – dadas as devidas circunstâncias políticas e no contexto de tribunais militares – que a administração militar “não apenas decida qual detento será ou não julgado, mas também determina o tribunal, como o processo será revisado e detém as ultimas palavras no que diz respeito a culpa, inocência e punição, incluindo pena de morte” (BUTLER, 2004). Dessa maneira, aqueles que forem mantidos em estado de não-julgamento por tempo indeterminado terão seu processo revisado por militares, não pelas instâncias legais formais.

Esse tipo de decisão não foi tomada por uma corte e não foi legitimada por meio de um processo criminal que responderia aos passos, critérios, protocolos e formas de um julgamento convencionais em que seriam colocadas em questão evidências e argumentos; em suma, não é uma decisão tomada por um juiz. Nesse caso, a decisão de prender e de manter alguém preso por tempo indeterminado, negando, inclusive, o direito um julgamento, se fez legítimo a partir da constatação militar de alta periculosidade desses sujeitos. Além disso, outro fenômeno crucial para a existência desse ato foi o estado de emergência que possibilitou que o Estado suspendesse a ação de certas leis, incluindo as que representavam processos para esses indivíduos. É possível dizer que, dada essa conjuntura, aqueles que tomam a decisão sobre a vida e morte desses sujeitos, sobre o tempo de prisão e até mesmo sobre a possibilidade, ou não, de um julgamento, o fazem em enfrentamento claro às determinações internacionais de direitos humanos.

O ato de manter esses sujeitos em regime de detenção de caráter indefinido não configura, mais uma vez no que diz respeito aos tratados internacionais de direitos humanos, um exercício político legítimo. Sob essa ótica, essas ações se fazem possíveis, não através de arcabouços legais, mas de outras formas de julgamento. A capacidade de o estado estender a sua soberania ao ponto de suspender, até mesmo por tempo indeterminado, certas leis, parece

encontrar sua legitimidade na relação entre o ato político que foi conformado, em meio a certas circunstâncias históricas, e o sujeito, ou o grupo de sujeitos visto de maneira unificada, designado como seu alvo.

Esse episódio tem como sujeito, no qual as decisões do estado incidem, indivíduos considerados altamente perigosos (*high-ranking*) e que têm relação com grupos terrorista como a Al-Qaeda e o Talibã. A esses indivíduos deveria ser concedido o direito a um julgamento, direito esse previsto por leis internacionais e de direitos humanos. Entretanto, o que acontece quando o valor de uma vida é posto em cheque? A carga histórica de crimes bárbaros, crueldade e violência que a nossa cultura ocidental mantém invariavelmente ligadas a esses sujeitos, torna visível um desequilíbrio nos valores atribuídos à certas vidas. Todo o terror, as mortes e o sofrimento causados por esses grupos e, dessa maneira, potencialmente por cada um de seus membros, leva-nos a questionar o *status* de humanidade desses indivíduos. Seja apenas por ser proveniente de certo grupo terrorista (Al-Qaeda ou Talibã) ou algo referente aos seus atos individuais, como sujeitos, suas vidas parecem adquirir uma condição de menor valor. Devido a esse histórico, seriam vistos como sujeitos cuja humanidade é deteriorada e, por essa lógica, se justificaria que tais sujeitos se mantivessem ineleáveis desses direitos humanos.

Essa categoria de sujeito “menos humano” parece se confirmar no momento que, como humanos, não nos percebemos no outro. Quando comparado a um indivíduo dotado de uma vida cujo valor é assegurado dentro de nosso sistema social e cultural, em que sua humanidade não é posta em questão, talvez a humanidade daquele outro, (“terrorista”, “assassino”, “potencialmente perigoso”) não seja imediatamente relacionável. Dessa maneira, segundo esse tipo de pensamento, não se faria necessária a apuração de evidências constituintes de um processo na tentativa de julgar sujeitos postos na condição de menos humanos. Não haveria evidências persuasivas o suficiente que, de alguma forma, restaurassem, ou minimamente comprovassem, a condição de humanidade desses sujeitos. Assim, portanto, na ausência de evidências desse tipo numa possível tentativa de compor um julgamento nos moldes previstos pela lei, a detenção por tempo indefinido se vê justificada. Existiu, e ainda existe, um grande investimento na produção da imagem do sujeito que oferece constantemente perigo a população dos EUA. A periculosidade a qual esses sujeitos são diretamente ligados produz um sentimento de que a qualquer momento, caso esses indivíduos sejam libertados, a ameaça de um novo ataque e a possível repetição de um massacre possam se fazer presentes.

Em meio a uma conformação que, certamente, é multifacetada, os diferentes valores atribuídos a diferentes vidas e, ligada a isso, a posição de sujeito menos ou mais humano, constituiu uma base crucial na legitimação da existência do ato político dos EUA, quanto aos detentos em Guantánamo. Essa constatação abre uma janela de questionamentos. É interessante pensar em quais estratégias nos valeram no ato reconhecimento do outro como humano. O que buscamos no outro no momento do reconhecimento da sua humanidade?

Tendo em vista o supracitado, me parece que, das mais múltiplas maneiras e atuações, existem certas vozes que falam sobre determinados sujeitos. Essas vozes, que não necessariamente possuem alguém que as fale ao mesmo tempo em que estão presentes no que se fala, apontam para determinados sujeitos os atravessando e os qualificando enquanto tal. Para Butler (2004), no momento em que se faz uma demanda moral sobre alguém, essa demanda passa a ser constituinte desse sujeito, de maneira que talvez não possam ser negadas por ele. O que é dito sobre determinado sujeito exerce sobre ele uma espécie de ligação que não é facilmente desfeita. Diferentemente daquele que proferiu o que foi dito, que não necessariamente precisa de uma personificação determinada, esse dito exerce sobre o sujeito de que fala um endereçamento muito mais eficiente.

Não me parece que, tanto para os presos em Guantánamo, quando para os presos em Pedrinhas, nem mesmo para os presos no PCPA, o estigma que carregam como criminosos, pessoas que cometeram um ato grave e que, por isso, encontram-se em estado de liberdade suspensa, seja algo que possa desvencilhar-se facilmente do endereçamento moral que foi feito sobre eles. O que me chama a atenção, por exemplo, nos casos de assassinato, são as diferentes formas que essa obrigatoriedade da ligação entre o endereçamento moral e o sujeito designado por ele se relativizam. Parece que diferentes situações conferem diferentes efeitos no sujeito sobre seu endereçamento.

Em uma situação hipotética – talvez não tão hipotética tendo em vista a recorrência desse tipo de acontecimento – em uma ação policial que tem seu curso em um local em que pessoas foram sequestradas e estão sendo mantidas reféns, por exemplo, a ordem, segundo a lei, é a tentativa de prisão dos criminosos com vida. Em uma ação policial, a prerrogativa é que os criminosos sejam presos para que possam ser julgados e eventualmente condenados a uma pena prevista por lei e coerente com a gravidade do seu ato. Entretanto, durante essa mesma ação, é possível que ocorra uma eventual, ou acidental, morte dos agentes do crime na tentativa de salvamento de suas vítimas. Modificando um pouco a situação, é possível que, durante a mesma ação policial, os criminosos, mantendo o caráter acidental, vitimassem seus reféns de forma fatal. Em ambos os casos estamos tratando de mortes acidentais, que

aconteceram de forma circunstancial. Parece ser bastante óbvio que as reações de qualquer um ao vislumbrar tais acontecimentos provoquem diferentes sentimentos para cada caso específico. Os policiais, na primeira situação, seriam considerados heróis ao bravamente salvar as vítimas arriscando suas vidas mesmo que eventualmente causando a morte dos sujeitos lidos como criminosos. Os criminosos, por sua vez, sofreriam os efeitos do ódio generalizado pela morte, mesmo que acidental, das vítimas. O caráter acidental do acontecido na segunda situação possivelmente não seria nem minimamente colocado em questão. Dessa forma, o endereçamento moral parece atuar diferentemente sobre os sujeitos que igualmente tiraram a vida de pessoas em condições acidentais.

Nos exemplos supracitados foram colocadas em questão duas situações idênticas: pessoas que, durante uma ação policial, vitimizaram acidentalmente outras pessoas. Entretanto o que faz com que as reações que se suscitam sejam tão diferentes? Segundo Levinas (1969), um sujeito que ele denomina como o “Outro”, que não necessariamente se personifica em um único indivíduo, requer uma demanda ética e moral sobre mim (sendo *mim*, aqui, lido como cada um de nós). Para tal, Levinas introduz o conceito de “face”. A face seria o elemento através do qual o outro seria capaz de fazer apelo moral sobre nós. Esse apelo nos endereça e nos designa de tal maneira que não somos livres, tendo em vista a moralidade vigente, de recusar. Entretanto, segundo Butler (2004), “a face do outro não pode ser lida enquanto um significado secreto, e o imperativo que ela proporciona não é imediatamente traduzível em uma prescrição que pode ser linguisticamente formulada e seguida”.

Tomando uma situação de morte iminente de um determinado sujeito, a face desse sujeito que definha estaria exposta através dessa situação. Essa face seria o elemento que me suscita o sentimento de que o outro não deve morrer sozinho e que caso eu o deixe morrer, sem que eu faça tudo que está ao meu alcance na tentativa de salvá-lo, estaria eu sendo o cúmplice dessa morte. Dessa forma, a face não representaria um ato de fala delimitado e possível de ser lido linguisticamente, entretanto, a prerrogativa que nos exige uma demanda ética é a de que “não matarás”. A demanda ética feita pela face não se encerra necessariamente em um ato de fala, não está, inclusive, relacionado obrigatoriamente com a face física do sujeito. A face seria um elemento de reconhecimento que não estaria necessariamente encerrado em nada estritamente linguístico. Em um hospital público, por exemplo, ao adentrar em uma sala lotada em que os indivíduos enfermos agonizam na espera de um atendimento que pode nem ser concedido, mesmo que estivessem todos de costas, a visão da lamentação se faria tão nítida que não seria necessário que nada fosse dito, tampouco

que as faces físicas dos indivíduos fossem vistas. A face se faz visível na prerrogativa de que não se sentir comovido com essa situação e com a vulnerabilidade dos sujeitos ali dispostos é coadunar com a condição de suas possíveis mortes. A face seria o elemento através do qual se enxerga na precariedade do outro a sua própria.

A face se mostra para nós como uma constatação da precariedade do outro e responder a essa face, sentir-se sensibilizado, como na situação descrita anteriormente, por exemplo, entender o seu significado, mesmo que não seja necessário um único ato de fala, não é apenas estar ciente da precariedade da vida do outro, mas, também, e, além disso, é reconhecer a precariedade da vida em si. Tendo isso em vista, é importante constatar que, para Levinas (1969), a constatação da precariedade não é algo que eu percebo em mim, em primeiro lugar e, em seguida, tal sentimento se extrapolaria para a percepção da precariedade do outro. O movimento se faz no sentido contrário. A capacidade da empatia que se origina na constatação da precariedade do outro seria a base sobre a qual se constrói a esfera da ética. Entretanto, a prerrogativa “não matarás” não parece se sustentar de maneira invariável. Se a face, ou seja, o reconhecimento de si próprio no outro, é o elemento que me impede de matar ou de participar, mesmo que indiretamente, da morte do outro, o que acontece caso esse outro seja o que investe contra mim na tentativa de me matar? Nesse momento, é possível reconhecer dois impulsos que estariam em conflito. O sentimento de temer pela preservação de sua própria vida e a ansiedade, aqui lida como um tipo de temor que se difere do anterior, em ter que tirar a vida do outro na tentativa de preservar a sua própria. A única possibilidade para pôr um fim ao temor de ser obrigado a tirar a vida do outro seria, então, reconhecer a posição de suspensão da condição ética de não-violência como possível, sendo isso possível apenas sob condições muito específicas. Em diferentes situações a conduta de violência se faz possível e justificada quando posta em situação de proteção a vários outros, por exemplo.

Entretanto, ainda segundo Levinas (1969), a circunstância que se cria e que poderia gerar a situação de uma “licença” ética e, com isso, a possibilidade de matar o outro de forma justificável, não se faz suficiente quando se põe um fim a vida do outro. Para o autor, o reconhecimento de sua própria precariedade no outro, ou seja, o reconhecimento de si em outro, seria por si só um fator que impediria a possibilidade de matar. Para tais efeitos, matar o outro se faz possível apenas na situação do não reconhecimento da face do outro.

De acordo com o exposto, a face não se reconhece apenas no ato da fala, mas por um conjunto de ditos que não necessariamente são traduzidos em palavras ou frases. A face é reconhecida na tessitura dos elementos discursivos, cujo alvo se constrói, mesmo que não queiramos. Então, a face está ligada ao endereçamento ético que captura discursivamente

determinados sujeitos sob determinadas condições. Talvez esteja na face, o reconhecimento de si no outro, o ato de vislumbrar a sua própria precariedade na precariedade do outro, o elemento que faz com que seja possível reconhecer a humanidade do outro. Talvez, a constatação da humanidade do outro como semelhante a nossa seja exatamente o que está ligado à face que nos mantém impedidos de tirar a vida do outro. A partir do momento em que um se reconhece no outro como a representação de si, esse outro se torna alvo, instantaneamente, de um processo de humanização. Reconhecer a face do outro significa, segundo essa lógica, reconhecer a minha própria humanidade nesse outro. Por outro lado, como efeito direto dessa relação no momento que não nos damos conta da face do outro, não reconhecemos a humanidade desse outro como uma representação da nossa. Esse sujeito, nesse momento, é endereçado por uma condição de menos humano, pouco humano ou até mesmo não-humano, da qual não pode escapar.

Como mostrado anteriormente nos exemplos supracitados, os sequestradores e as vítimas – mesmo quando não estamos considerando uma relação simples entre duas pessoas em que uma atenta contra a vida de outra – apontam para a constatação da face (*face to face*) que se faz crucial. O oficial mata acidentalmente o criminoso em uma ação policial e esse ato não se reverte em um sentimento de comoção nem de pena pela vida do sequestrador que foi tirada. Talvez isso se dê, justamente, porque não nos reconheceríamos na face do sequestrador. *Aquele sujeito pode morrer, afinal, se eu não me reconheço nele, seu status de humanidade é posto em questão.* Como menos humano, a prerrogativa de “não matarás”, que estaria contida no momento do reconhecimento da face o outro, se perde. Existe uma diferença crucial entre o sequestrador e o policial: de certa forma, os valores atribuídos a suas vidas estão em desnível, um com relação ao outro. Esse valor que se atribui as vidas desses sujeitos está diretamente relacionado ao caráter de humanidade que reconhecemos neles.

Sujeitos apenados que se encontram cumprindo pena de reclusão em um presídio ou em uma penitenciária são, como todos nós, alvos de um endereçamento moral. Para todos os efeitos, esses sujeitos são vistos como pessoas que cometeram algum crime e, por isso, foram julgados e condenados, o que resultou em sua prisão. Do lado de fora de uma prisão, ou seja, a pessoas da população que nunca foram presas e/ou nunca tiveram contato com um espaço como esse, tudo que resta, quando se trata do conhecimento acerca do universo carcerário, é o conhecimento passado por veículos midiáticos (sendo mídia, aqui, compreendida como um conceito amplo: televisão, jornal, internet, produção científica, etc.). Em geral, o que se sabe sobre os apenados é que cometeram algum crime, que se tornaram inaptos ao convívio social, que representam um perigo em potencial para a sociedade. No tocante ao dia-a-dia dos presos,

não se sabe muito sobre a realidade que opera do lado de dentro dos muros. Não se sabe sob que condições de vida aqueles sujeitos são obrigados a sobreviver.

Qual é o acesso que a mídia nos dá às vidas desses sujeitos? Quais os investimentos midiáticos dos quais esses sujeitos são alvo? Se a desumanização do sujeito, ou seja, se as condições que nos proporcionam o reconhecimento ou não a face do outro estão ligadas a situação na qual esses sujeitos são atravessados pelo endereçamento moral, talvez o investimento midiático seja, justamente, o que diferencia a morte dos três presos de Pedrinhas dos outros da mesma prisão, bem como dos presos do PCPA. É muito comum haver manchetes em jornais que mostram determinadas pessoas que cometeram crimes terríveis. O modelo midiático desse tipo de reportagem costuma retratar com detalhes toda a crueldade e o descaso com a vida humana que pessoas que cometeram crimes possam ter. Quando possível, também são utilizadas fotos dos criminosos que materializam a cara do terror que suas vítimas vislumbraram. Normalmente, as fotos escolhidas para saírem nas manchetes são as do registro geral do sujeito em questão, ou seja, da carteira de identidade. Nesse tipo de foto, via de regra, o sujeito encontra-se com expressões sérias, sem esboçar nenhum sorriso ou qualquer outra expressão considerada positiva. Ora, esse tipo de foto é muito comum. No que diz respeito às fotos que são usadas para o registro geral, bem como para outros documentos de identificação oficiais, a normativa é que não é permitido sorrir, que a foto deve ser obtida de uma pessoa com feições sérias. Entretanto, quando vemos o rosto de um sujeito que aparece em uma manchete policial como bandido, assassino, ladrão, é muito comum que se consiga identificar no rosto desse sujeito elementos que nos remetem a alguém de mau caráter. A teia midiática é tecida de uma forma muito particular que, mesmo considerando que a foto no documento de identificação de um “criminoso” não difere tanto da foto de qualquer outra pessoa “comum”, conseguimos relacionar aquele rosto muito facilmente ao terror. Mesmo levando em consideração que a maneira com que a informação é transmitida ao público através de um veículo midiático não é neutra, não estou sugerindo, aqui, uma intencionalidade por trás desse modelo de reportagem. A intencionalidade pode até existir; porém, além dela, esse modelo midiático produz determinados efeitos sobre o sujeito de quem ela fala, sendo ou não de maneira intencional.

Se por um lado, o rosto do sujeito é de fácil reconhecimento, em contrapartida, a face, se perde. A maneira com que os atos desse sujeito foram relatados não deixa escapatória. Não sabemos mais nada sobre a vida “desse tal” sujeito. Um sujeito que agora será conhecido como o “criminoso”. O que foi escolhido como importante para ser retratado foi o ato criminoso, o assassinato, o sequestro ou qualquer outro delito. O investimento midiático

acaba por produzir um fenômeno de não identificação do eu no outro. Enquanto não me reconheço naquele outro a face não é vista, assim se perde também a nossa capacidade empática por aquele sujeito. É possível dizer, dessa maneira, que o sujeito em questão sofreu um processo de desumanização. Assim, se é possível que, através de um processo que investe sobre um determinado sujeito, ele seja desumanizado, parece ser lógico e completamente possível que o processo inverso também seja viável. Se uma trajetória de humanização se faz possível, seria ela possível em qualquer circunstância? Se essa humanização é possível, assim como o processo de desumanização, apenas através de instâncias muito específicas, de que formas ela ocorre?

Se conseguirmos enxergar nos olhos do sujeito o mal que ele representa através da maneira com que ele é retratado em um veículo midiático, talvez isso se faça possível justamente por conta da escolha que foi feita do que é importante ser mostrado. Quando observamos os atos que julgamos cruéis de um sujeito em uma reportagem, o terror que ele representa é absorvido pela face e é, assim, agregado a ela como elemento constituinte, proporcionado, dessa forma, uma falta de identificação com sua humanidade. Entretanto, o que acontece com o que é deixado de lado? Quais são as informações sobre esse tal criminoso que não sabemos, que não foram eleitas como importantes para serem veiculadas? Talvez, o processo de humanização esteja efetivamente ligado ao que temos acesso, no que diz respeito ao sujeito em questão, no momento de constatação da face (*face to face*). Mais importante, dessa forma, é perguntar quais os elementos contidos em uma manchete jornalística e como podem atuar a partir de uma função discursiva na humanização ou desumanização desse ou daquele sujeito.

Se levarmos em consideração o modelo de uma reportagem televisiva, que tente retratar os fatos do episódio do sequestrador, do policial e do sequestrado, por exemplo, a disposição das informações será, muito provavelmente, previsível. O sequestrador, o vilão da história, no auge de sua crueldade, mantém a vítima (indefesa) em cativeiro enquanto o(s) policial (policiais) arrisca/m sua/s vida/s na tentativa heróica de salvar o sequestrado. A tentativa de representar o acontecido constrói uma realidade escolhida que é, assim, transmitida para o telespectador. A posição do endereçamento moral que o sequestrador é posto a assumir é responsável por extrair, ou melhor, deteriorar sua humanidade.

Está aí a diferença entre os três presos assassinados na Penitenciária de Pedrinhas e os outros 59 que morreram no mesmo ano. O investimento midiático, mesmo que não intencional, nos proporciona um fragmento de informação que nos induz a uma trajetória quase infalível na deterioração da humanidade dos indivíduos presos. Em última análise,

assumimos que um indivíduo que recebeu uma pena de privação de liberdade está respondendo por algum crime. Dessa forma, assumimos também que esse crime, muito provavelmente, se constitui em um esquema em que um determinado sujeito infringe algum tipo injúria, prejuízo a outrem e que, por isso, ele merece estar em situação de cárcere (NUCCI, 2011). *O sujeito é julgado, condenado e preso. Fim.* Esse é o recorte que está disponível para nós sobre a realidade construída para esse preso. O que sabemos sobre ele se encerra no limite do cárcere com o mundo exterior. Dessa forma, o modelo fortemente reproduzido de informação midiática, que retrata diferentes casos, diferentes crimes, de maneira quase idêntica, faz parte do processo de desumanização que tem esses sujeitos como alvo e a não visualização sobre outros aspectos da realidade na qual eles se vêm imersos. Esse desenvolvimento corrobora na assunção de que os presos de uma casa carcerária compartilham do mesmo *status* de menor humanidade.

Retomando o esquema do caso do sequestrador, do policial e do sequestrado, a face da terceira pessoa é imediatamente perceptível. Nesse sujeito, enquanto colocado na posição de vítima, ou seja, aquele que tem a vida imediatamente em risco é que somos capazes de enxergar sua precariedade. Enxergamos sua dor e sofrimento e nos sentimos sensibilizados por isso. A face está exposta, a humanidade daquele sujeito está assegurada dentro desse sistema de reconhecimento. Quando a reportagem que descreveu a morte dos três presos decapitados foi veiculada, o recorte feito na escolha do que era importante de ser retratado foi diferente. Os presos foram retratados como vítimas de um crime bárbaro. A precariedade de suas vidas foi exposta. O crime que cada um deles cometeu e que proporcionou sua condição de apenado não foi levado em consideração. Sensibilizamos-nos com a morte desses sujeitos por eles serem vítimas. Além disso, as condições que proporcionaram a humanização desses sujeitos estão intimamente ligadas com o fato de que foi possível visualizar as condições de suas mortes. Saber que aqueles indivíduos foram cruelmente assassinados, que eles não tiveram a oportunidade de reagir, muito menos de se defender, nos endereça moralmente e nos exige uma empatia no momento em que se enxerga sua face. A situação da forma com que foi descrita possibilita perceber uma construção de duas vidas diferentes: a do assassino, aquele com quem não me identifico, aquele que no qual não me reconheço; e a do assassinado, a vítima, aquele que tem sua precariedade exposta como um ato que estamos, salvo as devidas proporções, passivos de sermos também possíveis alvos.

A possibilidade de vislumbrar uma janela mais ampla de uma realidade fragmentada pode corroborar com a construção da humanidade de certos sujeitos. É através de um esquema discursivo que se estabelece uma inteligibilidade sobre o que será considerado

humano ou não, que mortes cujo luto será considerado possível, ou qual situação você tem o direito de sofrer (*grievable*) (BUTLER, 2004). Dessa forma, sustenta-se a desimportância da morte dos outros 59 presos do Presídio de Pedrinhas. Eles não foram alvo de uma situação que desencadeou uma função discursiva, corroborando, assim, com a reconstrução de seu *status* de humanidade. Não sabemos nada sobre eles, não há imagem (num sentido amplo da palavra), não há nomes e, dessa forma, eles continuam na condição de menos humanos, dotados de uma vida não vivível. Se não há importância na vida deles, sendo, então, menos humanos, não há importância, também, em suas mortes.

Tendo essa argumentação em vista, existem, segundo Butler (2004), trajetórias históricas que, atravessadas por certos vetores discursivos, podem corroborar com o processo de desumanização de certos sujeitos, como o parece ter acontecido com os apenados em Guantánamo. Não seria difícil supor que um movimento inverso também pudesse ocorrer. No caso dos apenados decapitados em Pedrinhas, o seu acoplamento com a posição de vítimas, de que alguém que foi executado de maneira bárbara e que, talvez, não tivesse nenhuma possibilidade de resistência a essa violência, nos oferece a imagem de um indivíduo frágil, com a precariedade de sua vida exposta. A partir do acoplamento à posição de vítima, ao realmente enxergar a face do indivíduo, é moralmente exigido de nós, expectadores dessa cena, um sentimento.

Dessa forma, a sistemática vinculação das travestis à posição de vítima, seja através da mídia, retratos acadêmicos ou das narrativas autobiográficas, funcionam, mesmo que não de forma intencional, como um sistema de acoplamento travesti-vítima. Mais uma vez reitero que não sugiro com isso que toda e qualquer travesti se vê contemplada nesse sistema de acoplamento, entretanto, ele se mostra potente na produção de legitimidade para certas ações em favor desse público.

Ao reconhecer uma travesti como um sujeito de uma trajetória fatalista, em outras palavras, como vítima de violência na escola, alvo de aversão social, não-acolhimento familiar, marginalidade, incompatibilidade com o sistema de saúde, enquanto alguém que não consegue se inserir no mercado de trabalho, entre outras situações, pode-se despertar um sentimento de acolhimento a esse público. O acoplamento travesti-vítima pode funcionar como um instrumento que não apenas vincula a imagem da travesti à posição de vítimas, mas também nos posiciona como parte desse complexo sistema social que as vitimiza.

4. Da (na) falência ao acolhimento: a gestão de risco

A existência travesti parece ocupar, no cenário contemporâneo, o local da dualidade. Constitui uma parcela da nossa sociedade que é constante alvo das mais diversas modalidades de violências, práticas que vão desde agressões físicas e psicológicas à dificuldade e, muitas vezes, impossibilidade de acesso a vários âmbitos do serviço público. Como já foi dito anteriormente, através de um percurso histórico, a existência travesti tem sido sistematicamente vinculada a uma imagem vitimizadora. Uma posição de sujeito que certamente não representa a totalidade de todas as pessoas que se identificam enquanto travesti, mas que pode configurar um elemento produtivo fundamental na formatação de ajustes e na construção de legitimidade para tal. São existências postas em um eterno embate entre a segregação, violência, pavor, ao mesmo tempo em que provocam fascínio e curiosidade.

Os elementos que venho apresentando até aqui não configuram uma tentativa de produzir um esquema causal. Não afirmo que a emergência da ala GBT tenha sido um fenômeno inevitável, mas, sim, que a maneira que esse espaço se apresenta responde a inúmeras demandas. Esse espaço se faz possível através de um emaranhado de relações que cooperam de uma maneira muito singular. Segundo a ótica desenvolvida nesse trabalho, os elementos apresentados até aqui ocupam um lugar preponderante na produção das condições de emergência desse fenômeno. Os elementos que eu trouxe à luz dessa discussão se fazem presentes na argumentação que apresentarei a seguir. Podem não estar imediatamente visíveis, mas podem ser identificados sistematicamente de modo relacional, a todo o momento.

As prisões são instituições que, teoricamente, respondem a uma normativa maior prevista de maneira aparentemente muito clara e direta no Art. 1º da Lei de Execução Penal. O texto da legislação diz que “a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado” (BRASIL, 1984). A função dessas instituições seria primeiramente atuar como dispositivo disciplinador na tentativa de tornar um sujeito, até então, inapto ao convívio social e torná-lo alguém harmonicamente integrado a sociedade. Configurada como uma instituição de fechamento, ou seja, impedindo o livre ir e vir dos apenados, a prisão seria, seguindo a lógica do texto legal, um espaço que armazena aqueles em que não se reconhece os atributos necessários para uma integração harmônica com a sociedade.

Os apenados representariam um aglomerado de pessoas tomadas como tutela do estado e sobre as quais se devem investir, modificar e torná-las “novas pessoas”. Segundo Foucault (1998), prisões são instituições pautadas na disciplina, no investimento tático, constante e minucioso sobre os corpos. Através de elaboradas tecnologias do poder, o indivíduo se torna sujeito de esquadramento, de uma formatação interessada de seu corpo. Torna-se constituinte de um processo produtivo que toma como referente um certo resultado como objetivo. Torna-se articulado num processo de fabricação de corpos submissos exercitados. Logo, ao falar de prisões, remete imediatamente aos processos disciplinares.

Ainda segundo o autor, torna-se importante na tentativa de entender os processos de regulação, bem como para compreender as formas através das quais o poder opera em uma instituição com essa, estabelecer a que me refiro ao falar de disciplina. Primeiramente, é importante ter em vista que a disciplina não é uma invenção das prisões. Inúmeras ferramentas disciplinares foram e são produzidas ao longo da história da humanidade como fruto das mais diversas relações de poder. O corpo humano, tanto no sentido orgânico quanto no social, é alvo constante de disciplinamentos. Sendo assim, o que há de novo nos processos disciplinares para essas instituições atravessadas pela excelência na proibição, na limitação e na obrigação diz respeito à escala, ao objeto e a modalidade dessas formas de disciplina. Torna-se evidente o cuidado do corpo através das minúcias, trabalhar cada aspecto do sujeito de maneira detalhada. Torna-se preponderante a importância do poder exercido de forma infinitesimal sobre o corpo. O corpo, em si, ocupa um segundo plano, mais importante seria a atenção às forças às quais é submetido. A modalidade implica na coerção ininterrupta, ou seja, sujeição constante a um poder que governa, produz e fiscaliza os corpos. “Esses métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são o que podemos chamar de disciplinas” (FOUCAULT, 1998, p. 128). São tais processos que visam o adestramento, submissão de pessoas ao controle, com o objetivo de torná-las dóceis através da economia de seus corpos. Não há, aqui, uma dominação global, maciça, não há uma apropriação dos corpos.

Os modos de controle e de governo dos corpos dos apenados serão discutidos adiante. Entretanto, se para essa modalidade de disciplina o que está em jogo é o exercício do poder minuciosamente aplicado sobre os corpos, a intensificação da economia do controle torna o governo e a fiscalização mais eficiente, uma das estratégias para tais funcionamentos parece estar ligada à logística de distribuição. A maneira que esses indivíduos estão distribuídos é um elemento fundamental para o funcionamento desses mecanismos disciplinares.

Se são práticas minuciosas, quando se fala de disciplinas nessa perspectiva, então o primeiro movimento na tentativa de aperfeiçoar o exercício do poder em instituições parece ser o da uma heterogeneização do espaço: reduzir o número de indivíduos de aglomerações amorfas ao mínimo possível. Quanto menor o grupo, sendo celas unitárias uma situação ideal, melhor se tornaria a possibilidade de fiscalização. Assim é produzido um “espaço analítico” (FOUCAULT, 1998, p. 123). Uma conformação espacial que permitiria aos agentes do aparelho fiscalizador uma identificação eficiente daqueles que tentam governar. As aglomerações provocam imprecisão, dificuldade de identificação. Mais que isso, esses espaços devem ser funcionais. Não haveria aleatoriedade na alocação, tudo estaria em coerência com o aperfeiçoamento da economia dos corpos.

Embora a todo o tempo o termo “massa carcerária” seja enunciado a fim de designar o aglomerado de apenados que estão internados PCPA, sugerindo, assim, uma homogeneidade, a distribuição se apresenta de forma muito mais minuciosa. Por mais que não esteja exatamente descrito e previsto na Lei de Execução Penal, parece existir um princípio norteador para o funcionamento do presídio. Um tipo de normativa que rege grande parte das práticas institucionais. Talvez esteja muito evidente o caráter disciplinar desse local, entretanto é necessário ter em vista que esses indivíduos, ao adentrarem no sistema carcerário, não são agentes totais de sua própria tutela. Ao ser internado em um presídio, o indivíduo se torna automaticamente tutelado pelo Estado. Não tento sugerir com isso que em outros espaços essa tutela não exista, entretanto, em uma instituição como essa, talvez a tutela se torne muito mais completa e visível. O Estado está, nesse caso, materializado na instituição prisão.

Segundo a Lei de Execução Penal, no Art. 3º (1984), “ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”. Esse texto submete as execuções penais a todas as outras normativas legais que não entrem em conflito com a pena designada para cada apenado. Dessa forma, ao retornar ao texto da Constituição Federal (BRASIL, 1988), o Art. 5º prevê o direito a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Obviamente, o direito à liberdade compõe a pena dos indivíduos em questão, entretanto, um ponto fundamental para essa argumentação diz respeito ao direito à vida e à segurança.

Embora seja dever os agentes penitenciários manter nas dependências da prisão os apenados que cumprem pena em regime fechado. Em outras palavras, em primeiro momento impedir que o indivíduo apenado evada parece compor uma das principais funções desses funcionários, da mesma forma que executar a pena. Entretanto, o caráter tutelar dessa

instituição confere a ela uma série de deveres que não constam exatamente na Lei de Execução Penal, mas que estão contempladas ao dizer que todos os outros direitos, que não os suspensos por essa lei, deverão ser assegurados. Torna-se, nessa ambientação, dever da instituição carcerária, como de qualquer outra instituição dotada de características de fechamento (manicômios, quartéis, entre outros), garantir a vida e a segurança dos sujeitos internados, indivíduos que estão, mesmo que provisoriamente, sobre a tutela do estado.

Tendo isso em vista, ocorre um fenômeno curioso no PCPA: não há, para todos os efeitos, aleatoriedade na alocação dos internos nas galerias. Existem grupos, que se formam ou que são formados, em meio ao cárcere. Agrupamentos de apenados que parecem atender a certos parâmetros de coalizão, solidariedade ou facção:

Se ele for primário, não tiver crime sexual, não tiver curso superior, não é militar ele pode ficar em qualquer uma das galerias dependendo da facção dele. Ele é bala, ele tem que ficar nos bala. Se ele for bala e for lá pros mano, tem que ter autorização, coisa que não vai ter por que ele vai morrer lá dentro. (Colaborador IV)

Como pode ser evidenciado no fragmento acima, são evocados certos qualificativos na tentativa de enquadrar cada um dos apenados em uma categoria estabelecida previamente. Cada indivíduo parece sofrer um processo de decomposição. Os apenados são decompostos em categorias que parecem definir certa trajetória. Ainda segundo essa narrativa, o que parece motivar essa segmentação diz respeito a uma das atribuições legais dos agentes carcerários: manter a vida. Não estou aqui sugerindo uma visão romântica do funcionamento penal, em que a administração configuraria a materialização de uma benevolência estatal. Não está em questão vontade deliberada em ajudar o apenado, em tornar-se um benfeitor e salvador da vida de cada internado.

A análise que faço leva em consideração que todas as práticas não são simplesmente deliberativas, qualquer ato, talvez principalmente práticas que tomam curso em uma instituição como essa, respondem a uma série de condições para a sua possibilidade. Condições certamente multifatoriais, anteriores ao ato em si. Mais que isso, cada ato institucional responde e produz efeitos políticos e discursivos.

Tendo em vista a condição de cada apenado como tutelado pelo estado, torna-se responsabilidade da instituição garantir sua vida, sua sobrevivência. Caso um apenado venha a falecer por qualquer que seja o motivo, é aberto um processo de averiguação em que é investigada a causa da morte. Falhar na manutenção da vida do apenado onera consequências à instituição e ao Estado, por consequência. Não acredito que haja uma intenção simplesmente benfeitora no que compete à instituição e seus funcionários. O que parece

ocorrer não é, exatamente, um cuidado, mas, sim, o exercício de uma função. Função essa que, caso não seja cumprida, acarretará uma série de consequências que precisariam ser evitadas.

Concordo com a argumentação *foucaultiana* ao dizer que o cárcere é fortemente atravessado pelo caráter disciplinar. Constitui-se como uma instituição que mobiliza a todo o momento as mais diferentes tecnologias do poder na tentativa sistemática de subjetivar seus alvos, nesse caso, os apenados. Como parte dessas tecnologias do poder, conforme já citado, a separação dos indivíduos em unidades cada vez menores parece ocupar centralidade na otimização dos efeitos desse poder. Entretanto, para a instituição em questão, tentar garantir a sobrevivência parece ocupar um lugar preponderante no funcionamento dessa prisão. Arriscando um quadro comparativo, a função disciplinar que atravessa o cárcere e a política de diminuição do risco, conjugadas, parecem representar níveis de prioridades similares.

A administração pública que responde pela integridade física do preso. Eu costume dizer que o estado aqui tem nome. [...] Então eu qualifico, eu personalizo no nome de uma pessoa o responsável. Então o estado, aqui, é o responsável pela integridade física do preso. (Colaborador V)

Não sugiro com isso que as tentativas disciplinares tenham perdido espaço na concepção da lógica carcerária, afinal, cada apenado ainda é submetido a uma série de práticas disciplinares a todo o momento, desde o cumprimento de horários de refeição, de sono, funções de trabalho interno, às reiterações sistemáticas das relações hierárquicas. Ao contrário, acredito que, de certa forma, essas políticas de manutenção da vida do apenado podem produzir mecanismos disciplinares e de governança ainda mais eficientes. Entretanto, torna-se difícil negar a posição preponderante que essas políticas vieram a ocupar.

Nesse ponto vejo que outro elemento de tensão surge. O ambiente em questão é o Presídio Central de Porto Alegre, um local que abriga uma quantidade significativa de pessoas em um mesmo local. É uma instituição dotada dos mais diversos problemas estruturais, de superlotação, de doenças e violência. Além desses agravantes existem outras formas através das quais os apenados podem ser expostos ao risco. Na cidade Porto Alegre, existe uma série de facções criminais, dentre elas as maiores e mais influentes parecem ser as denominadas “Bala na Cara” ou simplesmente os “Bala” e os “Manos” (SALLIN, 2008). Essas facções também se fazem presentes no interior do PCPA como fruto das prisões dos integrantes desses grupos. Essas duas organizações são consideradas concorrentes na venda de drogas e no domínio do crime na cidade. Essa rivalidade, em muitos casos, torna-se o estopim para embates violentos, algumas vezes resultando em morte.

Pertencer a essa ou àquela facção criminosa pode se tornar um qualificativo que confere risco ao indivíduo. O encontro de apenados que pertencem a facções rivais representa um potencial risco à vida dos envolvidos. Um evento como esse precisa ser evitado. Pareceria, em primeira análise, muito simples promover a resolução de uma problemática desse tipo. Manter os apenados de uma facção em um local e os de outra em um local diferente, impedido que aconteça um encontro entre eles, seria o fim desse impasse. Entretanto, os qualificativos que conferem risco ao seu portador parecem se multiplicar.

Segundo Sallin (2008) e confirmado pelas minhas próprias observações, existe uma série de qualificativos que podem conferir risco à vida os apenados. Categorias como pertencimento a uma facção, ser ex-policial, ser evangélico, ter cometido um crime de estupro, matricídio (homicídio contra a própria mãe), infanticídio (homicídio contra crianças), pedofilia, identificar-se como homossexual ou travesti. Por exemplo, levando em consideração que um ex-policial, segundo a narrativa do Colaborador III, *não é aceito pelo restante dos apenados, não importa o crime dele*, bem como cada portador desses qualificativos, não existe, portanto, um lugar efetivamente seguro no PCPA. Não há, a rigor, como garantir uma completa segurança. Não há, considerando a conjuntura atual do PCPA, como anular o risco. Tendo isso em vista, o que parece ocorrer não é uma tentativa de anulação do risco, mas, sim, planejamentos táticos da ordem da gestão do risco.

O PCPA parece ser uma instituição balizada na gestão do risco, ou seja, estratégias institucionais através das quais a administração prisional produz certas práticas da ordem da logística de alocação prisional, planejamento de horários, locomoção em meio à prisão, enfim, qualquer prática que vise à redução do risco ao mínimo possível. Partindo desse conceito é possível enxergar aproximações com descrição que Foucault (1998) faz das táticas institucionais que respondem a certa concepção de disciplina.

A disciplina, para o autor, é uma ferramenta através da qual é possível praticar o exercício do poder sobre os corpos. As estratégias de funcionamento institucionais de prisões atuam na tentativa de proporcionar o máximo efeito possível desse poder. Separar os indivíduos em grupos cada vez menores parece surgir como uma maneira de tornar a prática disciplinar mais eficiente. Individualizar o apenado é identificá-lo mais facilmente, sendo que dessa forma torna-se mais eficiente a fiscalização e o controle sobre sua conduta. Esse parece configurar um ponto de aproximação muito íntimo entre essas estratégias disciplinares e a gestão de risco.

Se uma estratégia interessante para melhor governar é a separação, separar também parece ser uma tática eficiente para proteger. Identificar da maneira mais certa possível

qual o qualificativo que atribui ao seu portador uma condição de risco parece ser fundamental para fazer funcionar uma medida de segurança. Identificá-lo como ex-policiaI ou membro de uma facção, parece ser o primeiro passo para esse processo de separação. Agrupá-los todos em mesmo local no presídio parece mobilizar um mecanismo otimizador do funcionamento prisional.

Tomando uma situação como um horário de banho de sol, que é previsto por lei, algo que pareceria banal pode se configurar como uma situação de risco. Agrupar todos os integrantes dos “Bala na Cara” e separá-los dos “Manos”, não só impede a alocação desses indivíduos aparentemente incompatíveis nas mesmas celas, mas também proporciona um melhor controle na movimentação para os mais diversos fins em meio às instalações prisionais. Conseguir identificar quem são os “Bala na Cara” é garantir que eles não entrem em contato com os “Manos”, reduzindo consideravelmente o risco de confronto.

Se as distribuições são, para Foucault, um modo pelo qual se ampliam os efeitos da disciplina através de um melhor e minucioso controle das operações do corpo, sendo que separar possibilitaria a sujeição constante ao poder, a gestão de risco parece surgir seguindo princípios similares. Segmentar o que é chamado de “massa carcerária” em grupos menores é um processo útil à instituição. Proporciona uma melhor gestão sobre os níveis de risco aos quais os apenados estão submetidos. Dessa forma, a separação em grupos identificáveis atende simultânea e produtivamente tanto ao princípio disciplinar quanto ao da gestão de risco.

5. Como chegar a ala das bichas: a pedagogia da sobrevivência

O acontecimento que eu tomo como mote para essa análise é a ala GBT do PCPA. É um espaço que emerge inicialmente como possível unicamente para travestis. Em seguida surge a possibilidade para que gays, bissexuais e os maridos das travestis possam ser moradores desse lugar. É possível vislumbrar, aqui, um ponto de tensão. Em um dado momento, esses sujeitos foram separados do restante do que se chama “massa carcerária”. Foi concedido a esse público um local que institui, no momento de sua criação, uma lei discursiva para o acesso. É um local de acesso restrito, aparentemente controlado por certas condicionantes. É um espaço destinado a esse e não a qualquer outro grupo. Tais mecanismos jurídico-discursivos parecem atender a certos critérios.

Mesmo considerando o caráter marcadamente heterogêneo, afinal é uma ala para travestis, gays, bissexuais e seus maridos, a rigor esse lugar se constitui através de uma prática segregadora no sentido que, para todos os fins, separa uma determinada parcela de indivíduos do restante, chamado “massa carcerária”. Se por um lado o termo “massa carcerária” sugere certa homogeneidade, sendo, ainda, esse caráter frágil e irreal, os sujeitos escolhidos e/ou designados para ocupar outro lugar representariam os pontos de heterogeneidade até então dispersos nessa massa. Através de um segundo olhar, esse caráter segregador se intensifica. “Massa carcerária” é uma terminologia de caráter duvidoso que pretende uma homogeneidade coletiva que não se confirma de forma alguma. Dessa maneira, levando em consideração as diferenças entre os fragmentos dessa massa, aqueles que foram escolhidos para ocupar esse dito espaço têm, de alguma forma, inscrito sobre seus corpos elementos de uma diferença não agrupável com o restante da massa carcerária. A massa não é a ala GBT, ou melhor, a ala GBT não é a massa.

Ao passo que determinado espaço é criado com o intuito de abrigar certos indivíduos e não outros, cada um desses sujeitos precisa ser identificável. Eles parecem estar condicionados às respostas da ordem da identificação a certos critérios, certos elementos. Seguindo uma ordem lógica, a relação entre a ala e a “massa carcerária” parece se situar no campo de uma negação sistemática, ou seja, a ala se constitui como o não-ser desse outro grupo, dessa massa. Dessa forma a ala GBT se constitui discursivamente como uma prática da negação. A ala é o que não é a “massa carcerária”. Um exercício constante, contínuo e regular de marcação. A ala GBT funciona marcadamente como algo que, através desse balizamento, a

diferencia do restante não marcado. Quais são esses marcadores? Quais são os efeitos dessa marcação?

Como já foi comentada anteriormente, a emergência da ala GBT responde a uma teia multifacetada, em que cada fio dessa trama representa um vetor discursivo. Essas forças cooperaram de maneira produtiva na construção das condições para que essa ala surgisse da maneira que é, bem como naquele momento e não em outro qualquer. Um desses elementos parece ser fruto de organizações da ordem das medidas de segurança. Dentre os outros elementos que cooperam nessa teia discursiva, as medidas de segurança são especialmente produtivas em certo aspecto. No âmbito do funcionamento dessa instituição, aparentemente, para que seja produzida qualquer prática, e em especial uma medida justificada pela manutenção da segurança, parece ser necessária que haja uma delimitação “precisa” do sujeito alvo dessa prática. Sobre esse ponto, chama-me atenção um fragmento produzido a partir de uma entrevista concedida por um dos administradores do presídio.

Eles [as travestis] sofriam abusos, eram explorados, muitos eram forçados a carregar telefone celular no ânus pra baixar nas revistas e tal. Isso gerou uma demanda muito grande na questão de gerenciamento dessas questões. [...] vamos fazer o seguinte, vamos separá-los e vamos fazer uma galeria somente dos travestis.
(Colaborador II)

A narrativa desse colaborador parece ser construída tomando como referência certo sujeito que precisaria ser protegido. Em certo momento foi tomada a decisão de produzir uma medida institucional que visasse à segurança de certo sujeito. Nesse caso, em primeiro momento, o sujeito designado surge com o nome de travesti. Como já foi dito, diferentemente desse primeiro momento em que a ala foi criada, hoje ocupam esse espaço pessoas que não se identificam enquanto travestis. Então, em primeiro momento, foram coletadas em meio ao presídio todas aquelas que fossem identificadas enquanto travestis. Vale ressaltar a escolha da expressão “foram identificadas” e não “que se identificassem”. Esses indivíduos são submetidos a um regime de poder em que a administração prisional parece exercer sobre seus corpos práticas discursivas que tentam a todo o momento capturá-los e circunscrevê-los. Afinal, como diz o Colaborador III: *travesti necessariamente vai para a 3ª [galeria] do [pavilhão] H.*

Tal afirmativa parece estar ancorada na suposição de uma ontologia do corpo travesti. Um corpo, uma existência dada previamente, como se um sujeito muito bem delimitado, unívoco e idêntico a si mesmo pudesse ser invocado ao se utilizar essa terminologia. Como se fosse possível tomar como referência uma forma protocolar de corpo, uma substância recrutada e acionada sempre da mesma maneira. Parece ser posto em funcionamento um

sistema de identificação. Assim sendo, se é imposta uma identificação, tal prática sugere que haja uma identidade posta enquanto referente, um marco comparativo, uma substância.

Segundo Stuart Hall (1997), talvez seja possível separar três formas de se observar e pensar o que chamamos de identidade. Tais formas estão fortemente ligadas à historicidade muito singular nas/das quais emergiram. Vale a ressalva de que, essa tentativa de descrever certos modelos de identidade talvez seja em si uma tarefa insuficiente. Principalmente tendo em vista o terceiro “modelo” que será descrito. Talvez, descrever os tipos possíveis de identidades seja, em última análise, uma tentativa de enquadrar a própria identidade como um conceito em uma fórmula que surge de maneira unívoca. Mas, assumindo esse risco, vejo necessário que seja feita essa separação para fins didáticos. Hall desenhou três modelos que relacionam o conceito de identidade enquanto ligado ao sujeito, podendo ser separados e descritos enquanto:

- a) Identidade do sujeito do Iluminismo;
- b) Identidade do sujeito sociológico;
- c) Identidade do sujeito pós-moderno.

Derivada de uma concepção de sujeito unificado, centrado, que se finaliza em si mesmo, a identidade do sujeito do Iluminismo pode ser caracterizada como contida num núcleo interior. Ou seja, esse conceito de identidade remete a uma noção orgânica da existência de uma essência pré-existente do eu, uma determinação contida no sujeito desde o nascimento. As possibilidades de mudança desses sujeitos estariam única e invariavelmente ligadas às contingências previamente assumidas por esse eu essencial.

Por sua vez, a identidade do sujeito sociológico contemplaria um constante diálogo entre esse eu interior, que se encerra no indivíduo, e o universo cultural externo. Essa cultura seria a mediadora de significados, importâncias e símbolos que se desenvolveriam como fruto das múltiplas possíveis vivências desse sujeito. A identidade seria produto da interação entre o eu e a sociedade. Ainda persiste uma ideia de um eu real, interno, mas esse é modificado pelas vivências sociais e constituído no interior das identidades disponíveis naquela cultura. Essa perspectiva a identidade seria a ponte que liga o sujeito à estrutura. Metaforicamente falando, é como se pudéssemos vislumbrar uma estante cheia de possíveis identidades disponíveis naquela cultura e naquele momento histórico. Dessa forma, o sujeito teria a possibilidade de escolher, ou seria imposto a ele, dentre as possibilidades disponíveis, certa identidade a assumir.

Ao tornar a relação entre sujeito, identidade e cultura mais complexa, desenvolve-se uma maneira de observar que Hall chamou de identidade do sujeito pós-moderno. Para o

autor, o sujeito que se via unicamente identitário vem se tornando multiplamente identitário. Ou seja, tendo em vista nossa contemporaneidade cultural, não haveria como se pensar identidades únicas que dessem conta de contemplar a complexidade que se inscreve no sujeito. O eu seria uma mescla de múltiplas identidades fragmentas que habitam, atravessam e interpelam o sujeito. Tais identidades nem sempre seriam harmônicas, coerentes, ou seja, estariam sempre em disputa, ocupando o sujeito de maneiras dinâmicas e provisórias, relacionando-se sempre com as forças de um determinado campo de poder. Esse próprio processo de identificação, o movimento de nos projetar nas identidades culturais disponíveis, seria algo provisório, variável, incompleto, descartável.

Para Hall, a chave para compreender a identidade do sujeito pós-moderno está na sua condição de descentralidade. A percepção de uma identidade múltipla perpassaria pela constatação de que o sujeito unificado é uma ilusão. Afinal, um mesmo indivíduo pode vir a ocupar diferentes posições de sujeito numa mesma situação. Assumir a si mesmo como sujeito uno, quando levando em consideração a identidade, é negar os múltiplos atravessamentos que nos posicionam e nos constituem enquanto sujeitos.

Segundo essa lógica, seria impossível pensar em um sujeito unicamente *gay*, por exemplo, como se esse qualificativo, que se constitui pela e na identidade, esgotasse a multiplicidade de certo eu. A constituição desse eu estaria submetida aos diálogos e disputas constantes com outras modalidades identitárias em meio a um campo de poder. A concepção de um eu centrado se perde, dando espaço a um entendimento de um sujeito difuso, não apenas *gay*, seguindo o exemplo anterior, mas possivelmente, *gay*, pobre, branco, universitário, nordestino e, assim por diante, numa combinação infinita. Para esse autor, a identidade parece sugerir uma identificação, ou seja, a relação de projeção entre o eu e um ente metafísico. Um ponto de referência ao qual me identifico, mesmo que de maneira provisória, imperfeita e incompleta, que desperta em mim um sentimento de pertencimento.

Partindo de uma visão apressada, pareceria simples concluir que as inteirações que ocorrem no PCPA respondem a uma concepção sociológica da relação entre o sujeito e a identidade. Afinal, existem galerias específicas que corresponderiam a especificidades aparentemente muito bem delimitadas. Pavilhões para integrantes dessa ou daquela facção, galeria daqueles que cometeram crimes sexuais, uma galeria que abriga os ex-policiais. Dessa forma, pareceria que tais qualificativos fossem totalizantes e delimitadores da identidade. No fim, cada indivíduo deveria estar alojado no local mais adequado a sua “especificidade”. Atender a essa lógica pareceria sugerir que cada indivíduo seria centrado em sua identidade e definível por dela.

Por outro lado, talvez essa forma de entendimento seja apenas fruto das relações de poder que se desenvolvem em meio ao cárcere. Impõe-se aos apenados um enquadramento, uma classificação institucional referente à trajetória carcerária que cada apenado vem a ter. Enquadrar-se a uma dessas identidades disponíveis, ou seja, ser sujeito dessa relação de poder exercida pelas normativas institucionais faz referência ao princípio de gestão de risco. Fazer-se pertencer a uma galeria resguardada e pensada para um determinado grupo identitário não pressupõe a obrigatoriedade de abandonar qualquer outro tipo de pertencimento. Identificar-se enquanto um homem *gay* e ser alocado na ala GBT, pensando nos fins desse trabalho, não implica, necessariamente, no abandono ou na negação das identidades racial, étnica, econômica, entre outras.

Dessa forma, nenhuma dessas três modalidades de relação entre o sujeito e a identidade parece contemplar o que acontece no PCPA. Talvez, se fosse possível situar o que ocorre nesse presídio no esquema explicativo proposto por Hall (1997), tais relações estariam num ponto flutuante e impreciso entre o que ele chamou de identidade do sujeito sociológico e identidade do sujeito pós-moderno. Essas relações estariam num campo de constante disputa entre as imposições identitárias centradas e unitárias disponibilizadas pela administração prisional e as formas de resistência presentes nas manifestações de outras identidades que também constituem esses sujeitos, bem como nas diferentes formas de viver essas identidades postas como possíveis.

Tendo isso dito, o agrupamento desses indivíduos na ala GBT remete a uma prática regular de identificação: um gesto que universalize parte da produção de uma marca identitária referente a um conjunto de características identificáveis. No nível institucional, parece ser exigida certa “coerência” identitária que age como condicionante para o acesso à ala ou a qualquer outro espaço no PCPA. Qual seria tal identidade? Quais os elementos produzidos como alianças coerentes no interior dela?

Quando se fala de identidades, o que parece estar em jogo é um sistema representacional. Um constante quadro comparativo que se estabelece entre o sujeito e certa identidade. Em um primeiro momento, a ala GBT surge, entre outras forças, como uma resposta institucional à violência deflagrada contra um sujeito identificado como travesti, em seguida são admitidos também aqueles que se identificam como esposas das travestis. Em um terceiro momento são admitidos também aqueles que se identificam como *gays*. Qual elemento discursivo é posto em funcionamento na tentativa de unificar esse grupo?

Retomando rapidamente algo que já foi dito em outro capítulo, do ponto de vista da sexualidade e da identidade de gênero, os indivíduos que são identificados como *gays* ou

travestis, respectivamente, são, para um ambiente heteronormativo, a materialização performática do estigma social. Em outras palavras, contemporaneamente em nossa sociedade certas práticas atuam na classificação dos indivíduos em normais ou desviantes. Essa divisão é produzida discursivamente no dia-a-dia através dos mais diversos mecanismos, tomando como referência um determinado tipo de sujeito construído enquanto hegemônico. Todos aqueles que não se enquadram em um modelo de sujeito branco, classe média, heterossexual, cisgênero⁶, entre outras características. Qualquer pessoa que não se enquadre nesse modelo hegemônico seria vista como consequência dotada de uma existência desviante, dissidente (LOURO, 1997).

Um dos muitos mecanismos de vigilância da heteronormatividade é a violência. As práticas homofóbicas, lesbofóbicas, transfóbicas, entre outras, são parte desse mecanismo que tenta a todo o momento coibir qualquer expressão de sexualidades e/ou identidades de gênero que não correspondam a essas normas. No caso do PCPA, na tentativa de preservar a vida dos indivíduos identificados como travestis que viviam sob constantes ameaças de violência proveniente dos outros apenados, buscou-se agrupar tais indivíduos em um mesmo local, além de isolá-los de seus possíveis agressores, tornando a vigilância mais funcional, já que estavam reunidos.

Assumindo que o elemento mobilizador desse agrupamento foi a construção da imagem da existência travesti acoplada à constante posição de vítima em potencial, assim sendo, que precisa ser protegida, é possível assumir que esse mesmo elemento esteja presente enquanto subsídio para a permissão dada aos que se identificavam enquanto gays para habitar a ala GBT. Ou seja, da mesma maneira que a vida das travestis se encontrava em risco, sendo essa situação mobilizada pela sua condição de desviante da heteronormatividade, os gays, por também estarem sujeitos a modalidades de violência ancoradas em outras desconformidades à norma, estariam em risco. O elemento agrupador, ao que me parece, se constitui no risco a vida referente às violências que poderiam ser sofridas por esses sujeitos e a forma que essas violências se embasam na expressão de desvio à heteronormatividade, seja ela da ordem da identidade de gênero ou da sexualidade.

As práticas de violência proferidas pelos outros apenados atuam, de certa forma, na construção das delimitações do sujeito que precisa ser agrupado na ala GBT. Independente do indivíduo se identificar enquanto gay ou travesti, o elemento da violência marcadamente

⁶ Pessoa que apresenta uma “coerência” esperada socialmente entre sexo biológico, gênero e desejo. Por exemplo, é considerado um homem cisgênero aquele que possui um corpo lido como masculino, percebe-se em uma identidade de gênero masculina e apresenta desejo pelo sexo oposto.

ligado às questões de gênero e sexualidade parece produzir uma terceira categoria. Uma identidade que não é exatamente *gay*, nem *travesti*. É algo que os une a partir de sua opressão.

É muito recorrente, nas narrativas dos apenados moradores da ala GBT, o relato de como é difícil se locomover pelas dependências do Presídio Central. Que a todo o momento eles são alvo de provocações e xingamentos.

Quando a gente passa nos corredores eles ficam mexendo com a gente. Eles ficam gritando, chamando a gente de bicha, de puto. Eles ficam tentando oprimir a gente.
(Colaborador VII)

Dessa forma, morar na ala GBT do Presídio Central unifica tais sujeitos. Surge uma categoria que produz através tanto das práticas institucionais, quanto no âmbito da linguagem, o sujeito *bicha*. A identidade desse sujeito *bicha*, nessa lógica, é produzida em meio às práticas que circunscrevem aqueles em que é possível identificar sobre seus corpos e suas condutas as marcas da não conformidade com as normas de gênero e de sexualidade em nossa sociedade.

Ao questionar o conceito de identidade, Judith Butler (2003) sugere a complexificação de certos *a priori* que parecem permear essa idéia. Ele busca compreender quais são os alicerces da pressuposição de que as identidades seriam idênticas a si mesmas, persistentes ao longo de tempo, unificadas e coerentes. Através da análise do que seria uma identidade de gênero a autora sugere que, a rigor, não haveria sujeito algum idêntico a certa identidade. A identidade seria apenas um marco normativo e não uma descrição da experiência, instituindo, a partir de certas práticas, as leis de inteligibilidade para o que chamamos de identidade.

Tomando o exemplo da autora, no que diz respeito ao sexo, gênero e desejo, é exigido em nossa cultura uma “coerência” entre esses três aspectos. Dessa forma, seria esperado que o sexo produzisse, enquanto consequência unívoca, determinado gênero, ao passo que pertencer a tal gênero produziria como resultado o desejo pelo sexo-gênero oposto. A virada lógica dada pela autora sugere que essa coerência não é, de nenhuma forma, um mero artifício descritivo da experiência da “pessoa”, “mas, ao contrário, normas de inteligibilidade socialmente construídas” (BUTLER, 2003, p. 38). Tais preceitos seriam assegurados por parâmetros estabilizadores. O sexo e o gênero se apresentariam como modalidades de uma matéria pré-reflexiva, ou seja, inquestionáveis verdades dadas nas quais tais entendimentos sobre essa coerência entre sexo, gênero e sexualidade se assegurariam. Seria como se houvesse uma expectativa produzida no interior da causalidade: a legitimidade do sexo biológico e suas “funções”, o gênero como culturalmente construído e o desejo e a prática sexual como efeito da junção indissociável desses dois primeiros parâmetros. Seria produzida,

através de práticas reguladoras que geram identidades coerentes e inteligíveis, uma verdade sobre o sexo.

Nessa ambientação, a identidade do que seja “ser” homem ou “ser” mulher só se faz possível através de uma produção discursiva da binaridade entre esses dois parâmetros. Fundado na diferenciação sexual, a localização, que pareceria muito clara e segura, dos dois pontos oposicionais dessa estrutura binária só ocorre se a substância da imagem referente a cada um desses momentos (homem ou mulher) oferecer uma coerência interna entre sexo, gênero e desejo. O ponto de tensão estaria em reconhecer que ninguém “é” exatamente a substância do que é ser homem ou mulher. Mais que isso, a própria materialidade sexual, a todo tempo posta na ordem do discurso como um campo ontológico, é questionável, tendo em vista pessoas que simplesmente não estão previstas nesse modelo heteronormativo. Seria o caso das travestis, pessoas transexuais, pessoas hermafroditas, pessoas intersex, pessoas com genitália ambígua, etc.

Dessa maneira, o que chamamos de traços de gênero, em outras palavras, as características que atribuímos ao que chamamos contemporaneamente de homem ou mulher, são produzidos pela regulação culturalmente estabelecida de certas linhas de coerência, sendo que “a denúncia dessa produção fictícia é condicionada pela interação desregulada de atributos que restem a sua assimilação numa estrutura pronta de substantivos primários e adjetivos secundários” (BUTLER, 2003, p. 48). A autora também comenta que é necessário ficar atento que, como tudo que é discursivamente construído, o que conhecemos como homem ou mulher, ou seja, a substância da identidade é a todo tempo atualizada. Os adjetivos dissonantes, ou seja, aqueles que até então não faziam parte do arcabouço de inteligibilidade, podem agir retroativamente atualizando a substância, assim, incluindo aquilo que anteriormente excluía.

Se, nesse sentido, o que Butler chama de substância é atualizado a todo o momento como resposta às práticas dissonantes, estabelecendo-se assim regularmente como uma “nova substância existente desde sempre”, é possível supor que o gênero é performativamente produzido. O gênero não seria algo idêntico à identidade, mas, sim, um componente performativo dela. Mesmo sendo levado em consideração que não haveria um fazedor exato por trás da obra que chamamos de gênero, este seria um feito, uma prática performativa que produz a identidade. Para todos os fins, não há quem seja exatamente a identidade de gênero, existem apenas práticas cotidianas através das quais performamos os conceitos de identidade de gênero disponíveis contemporaneamente.

Essa metafísica da substância (BUTLER, 2003) tomada como referência para o que chamamos de homem ou mulher, ou seja, o subsídio que é assumido como existente desde sempre no qual os conceitos de identidade de gênero se ancoram, produzindo uma expectativa de “coerência” entre os adjetivos do gênero, é especialmente interessante para pensar as relações que ocorrem na ala GBT do PCPA. Se a identidade é construída a partir de uma organização tática e “coerente” entre elementos adjetivos conferidos a uma substância metafísica, o que haveria de substância na identidade exigida aos sujeitos que habitam a ala GBT do PCPA? Quais seriam os elementos adjetivos e as coerências exigidas para tal identificação?

A ala GBT surge como uma medida de segurança na tentativa de melhor vigiar e, com isso, tornar mais eficientes as práticas de manutenção da vida de indivíduos considerados mal quistos pela massa carcerária. Nesse primeiro momento, são identificadas e coletadas as pessoas que aparentemente tem inscrito sobre seus corpos uma visualização muito mais clara da não conformidade com a heteronormatividade, as travestis. Aliada à atuação da ONG Igualdade-RS, uma organização de travestis e transexuais, a administração do PCPA coletou certos sujeitos até então dispersos na massa carcerária aparentemente tomando como referência a suposta materialidade de seus corpos. Dessa forma, a prática segregatória pôs em evidência a construção e delimitação de um primeiro modelo de substância, o corpo travesti.

Como já foi argumentado, através de uma produção histórico-cultural múltipla, um dos elementos que constitui o que se sabe contemporaneamente da existência travesti no nível identitário, por consequência normativo, é a forte vinculação desse sujeito com a posição de vítima. Nesse sentido, o acoplamento travesti-vítima parece ocupar um lugar central enquanto um forte marcador dessa identidade institucional. O *status* de constante vítima eminente de diversas modalidades de violência aparece a todo o momento como um elemento que adjetiva a existência travesti, sendo, inclusive, a justificativa para a sua proteção. Nesse primeiro momento, talvez seja possível dizer que a identidade travesti, ancorada na materialidade de seus corpos, adjetivadas coerentemente pela posição de vítima, coincidiu com a identidade institucional que pretendia agrupá-las.

Entretanto, os conceitos de identidade, nesse caso a identidade institucional vinculada aos sujeitos que habitam a ala GBT, são performativamente ajustados e atualizados retroativamente pelas práticas que não se encaixavam, até então, nas normas dessa identidade. Tendo isso dito, volto a minha atenção para a ampliação da permissão para pessoas que se identificassem como *gays* pudessem ocupar aquele lugar. A incorporação desses sujeitos à ala sugere o deslocamento da substância. O que estaria em jogo então, não seria exatamente a

metafísica do corpo, mas, sim, a substância das práticas consideradas desviantes da heteronormatividade.

Atualmente habitar a 3ª galeria do pavilhão H não pressupõe exatamente a existência travesti, afinal não é mais apenas esse grupo que habita esse espaço. O *a priori* retomado como substância invariável foi atualizado, parecendo se apresentar vinculado as práticas consideradas dissidentes da norma. Enquanto identidade, as pessoas que habitam esse espaço apresentariam como elemento de coalizão certas práticas, sendo tais práticas, por sua vez, relacionadas com o caráter vitimizante sofrido por esse grupo. A identidade institucional e o pertencimento a ela incidem sobre tais sujeitos a exigência das práticas não-heteronormativas, mais que isso, a coerência entre elas e a vitimização em um encadeamento com o risco e a medida de segurança que visa protegê-los.

Outro grupo que também ocupa a ala e que, até então, não havia comentado de maneira efetiva, à luz dessa argumentação, diz respeito aos indivíduos que não se identificam nem como *gays*, nem como travestis. O grupo de homens cisgênero que ocupa a ala GBT chama especialmente a minha atenção. Eles são conhecidos como *maridos das travestis*. Ainda respondendo a um modelo heteronormativo, a binaridade polarizada entre o que reconhecemos como homem ou mulher, além de sugerir que existiriam apenas duas identidades possíveis marcadamente opostas, em que um não seria em nada o outro, a heteronormatividade produz outros efeitos. A identidade do que é assumido como ser um homem, por exemplo, em nossa sociedade institui leis muito rigorosas.

É sabido que o que chamamos de masculinidade hegemônica remete a uma identidade que vem sofrendo constantes questionamentos. Uma parte importante desses questionamentos é proveniente tanto das teorizações do movimento feminista como também do movimento *gay* (SEFFNER, 2003). Modificações nos campos de poder e saber em que vivemos tem progressivamente deslocado e recriando os padrões dessa tal masculinidade. Entretanto, independente das eventuais atualizações e ajustes no que entendemos enquanto “ser homem”, a representação da masculinidade hegemônica é, em geral, apresentada não só como a melhor, mas como a única forma possível e socialmente inteligível de masculinidade (SEFFNER, 2003).

Como foi argumentada anteriormente, a matriz compulsória que desencadeia uma expectativa de coerência entre do sexo, gênero e desejo produzem um modelo de inteligibilidade que pressupõe o desejo pelo sexo-gênero oposto. Dessa forma, de maneira rasa, os homens cisgênero que se identificam como *gays* estariam em um estrato de inconformidade com a norma por apresentarem práticas que remetem a um desejo pelo

mesmo sexo-gênero. Em outro caso, levando em consideração os grupos que habitam a ala, as travestis estariam numa camada de inconformidade com a norma por expressarem em sua existência um corpo considerado “incoerente”, sendo o gênero não decorrente do sexo.

Os homens cisgênero, heterossexuais e que habitam a ala representariam uma parcela diferente dos outros indivíduos que não se adéquam às normativas da heterossexualidade compulsória. O que é entendido como o “ser homem” exige uma coerência entre sexo, gênero e desejo, o que implicaria em afirmar que para ser compreendido enquanto homem nessa matriz de inteligibilidade, o desejo haveria de ser praticado sobre o corpo metafísico do que é entendido enquanto “ser mulher”. Ou seja, um indivíduo que apresentasse “coerência” entre sexo, gênero e desejo, o que não parece ser o caso das travestis.

Ao exercer práticas de desejo sobre o corpo das travestis, os maridos estariam produzindo retroativamente sobre si mesmos uma subjetivação não coerente com a heteronormatividade compulsória. Estariam, assim, produzindo sobre si um tipo de homem que diverge da masculinidade hegemônica. A violência que incide sobre as travestis e sobre os homens cisgênero *gays* funciona como um elemento do dispositivo que regula discursivamente o gênero e sexualidade, subsidiado exatamente nessa suposta inconformidade (FOUCAULT 1999, BUTLER, 2003). Se, no que diz respeito à heteronormatividade, ao manter práticas de desejo com uma travesti produz discursivamente um sujeito não coerente com a norma, este estaria, dessa forma, incluído como alvo da violência reguladora.

As travestis, os *gays* e seus maridos, compõem um grupo aparentemente heterogêneo, mas que compartilham um elemento que produz certo efeito de coalizão, talvez até uma solidariedade identitária. São unidos pela pressuposição de coerência entre a substância de suas práticas não-normativas, mesmo que de diferentes ordens, e a constante situação de risco, a possibilidade eminente de serem vítimas de violência. São agentes de uma discursividade que os produz ao mesmo tempo em que é produzida. Por um lado, produzem performativamente a identidade metafísica do indivíduo que habita a ala GBT do Presídio Central. Por outro, são sujeitos de uma produção discursiva aglutinante que os nomeia e que produz seus corpos. Ao transitar pelos corredores do PCPA os outros fragmentos identitários que os constituem enquanto sujeitos são estrategicamente esquecidos. São unificados. Todos são chamados pelo mesmo nome. Todos são *bichas*.

Essa linha lógica me permitiu até aqui agrupar uma série de argumentos que me ajudam a pensar sobre a produção das leis discursivas que regulam o acesso à ala. Sugiro uma delimitação, mesmo que ajustável, de quem carrega legitimidade para habitar aquele espaço.

Descrevo como, a meu ver, tais leis discursivas tornam tais indivíduos sujeitos de uma produção estratégica sobre seus corpos.

No início desse capítulo sugiro uma análise das leis de acesso a essa ala, em seguida as localizo na esfera da produção performática de uma identidade e seus adjetivos, bem como uma coerência construída sobre eles. Entretanto, no decorrer da produção dos dados para essa pesquisa, bem como na minha vivência em meio aos apenados durante as oficinas da ONG Igualdade surgiram elementos que complexificam essas relações argumentadas até aqui.

Por um lado, a existência da ala GBT se faz institucionalmente possível através de uma medida administrativa de segurança na tentativa de minimizar os riscos à vida de um determinado grupo e apenados. Por outro, foi possível perceber outros tipos de práticas que se estabelecem nessa relação entre apenados e administração produzindo um elaborado arcabouço jurídico discursivo. De certa forma, a própria denominação de uma administração prisional, talvez acentuada pelo fato de ser composta por integrantes da Brigada Militar, sugira uma completa soberania desse órgão prisional sobre os apenados. Entretanto, o que parece ocorrer é um constante ajustamento de estratégias e disputas de poder. Talvez, a rigor, não seja possível afirmar que exista uma soberania completa da administração prisional sobre os apenados, mas, sim, regulamentações.

Para Goffman (1961) tais regulações institucionais parecem se relacionar em duas frentes: estratégias de ajustamentos primários e secundários. As instituições prisionais possuem planos de funcionamento, regimento, práticas e atividades aparentemente estruturados a fim de produzir um determinado sujeito institucional, sobrecodificado, canalizando sua subjetividade, governando seus corpos na tentativa de ajustá-lo aos padrões normativos de disciplina. Dessa maneira se compõe o ajustamento primário, como um movimento normativo que se origina da instituição e se dá em direção ao indivíduo.

Em contrapartida, os processos normativos nunca são completos, deixando sempre extravasar conformações de subjetividade que não são facilmente englobadas pelos ajustamentos primários. A resistência e o movimento contra-hegemônico dão origem a ajustamentos secundários, ou seja, qualquer prática que escape dos resultados normativos previstos pela instituição, configurando, dessa maneira, um direcionamento contra normativo que parte do preso em direção à instituição. Em outras palavras, não há dominação. O que ocorre é um constante embate de dois ou mais grupos relacionados num campo de poder. Assim sendo, como fruto dessas relações, parecem surgir modalidades táticas de resistência.

Para entender melhor como essas relações ocorrem, vejo pertinente retornar ao que, a meu ver, configura um elemento regulador central, a gestão de risco. No momento da

internação em uma instituição prisional o Estado passa a responder como tutor de todo e qualquer apenado. Sendo a instituição e, por consequência, seu corpo administrativo respondente pela vida e pela efetivação de direitos a esses indivíduos. Segundo o texto da Lei de Execuções Penais, a assistência ao preso ou internado é dever do Estado, sendo essa assistência prevista nos âmbitos: material, da saúde, assistência jurídica, educacional, social e religiosa. É, ainda, dever do Estado assegurar qualquer outro direito que não seja vetado pela pena a qual o apenado responde.

Assim, o Estado responderia a qualquer tipo de injúria, seja física ou psicológica, que atinja os indivíduos em reclusão. Essa prerrogativa parece ser a diretriz central para a política de gestão de risco que justifica as medidas de segurança que agrupam certos apenados em um lugar ou outro. Se por um lado a política de gestão de risco representa uma diretriz que confere à administração legitimidade de distribuir os apenados em meio à prisão, por outro, ela também parece configurar um elemento central nas estratégias de ajustamento secundário, ou seja, nas táticas de resistência.

Gostaria de partir de um fragmento retirado da narrativa de um dos entrevistados pertencente ao corpo administrativo. Segundo esse colaborador:

[...] a administração tem dificuldade de alojar o crime sexual e nós tínhamos que colocar eles todos separados da grande massa carcerária. Por que a massa não aceita. Eu não tenho como pegar o travesti e colocar ele numa galeria do presídio central. Em outra galeria, ele sequer sobe na galeria. A galeria não aceita. A administração tem que ter mecanismos de separar esse preso e proteger ele. Por isso eles são separados da grande massa carcerária. (Colaborador V)

Essa narrativa expõe um elemento limitante no que poderia ser chamado de soberania da administração do corpo administrativo. É curioso afirmar de devido a uma medida de segurança determinados presos não poderiam ser alocados em determinados lugares. Não seria possível, por exemplo, alocar um integrante de uma facção na porção do PCPA habitada pelos integrantes de outra organização criminosa. Uma travesti não poderia habitar nenhuma outra galeria que não fosse a 3ª do H. O que está em jogo aqui é a vida dos apenados que está sob a tutela do Estado. Quanto a isso é especialmente interessante a fala de outro colaborador que compõe a administração prisional. Durante a entrevista o colaborador utilizou o exemplo de um ex-policia em situação de cárcere. Essa também parece ser uma marca identitária que confere ao sujeito no qual ela é identificada risco a sua vida.

No caso, um ex-policia vai necessariamente para o E2. Pra ele não ir pro E2 e ir pro fundo da cadeia, aí tem que ter um acerto com a gente. Tem que verificar, tem que chamar o plantão da galeria, tem que informar que é ex-policia, mas que ta no crime a 20, 15 anos. (Colaborador IV)

Caso um indivíduo que não seja “compatível” deseje ser inserido em determinado espaço é preciso que haja um diálogo entre a administração do presídio e o representante da galeria em questão. O representante, ou prefeito da galeria, é uma figura que, como o nome sugere, se propõe a representar os outros moradores de determinada galeria. Caso haja a anuência do prefeito, o que é assumido pela administração como a representação da vontade coletiva, determinado indivíduo, mesmo que em primeiro momento incompatível com o espaço, poderá ser alocado na galeria em questão.

Não quero sugerir com isso que a administração está completamente a mercê das decisões dos apenados, entretanto, alocar um indivíduo incompatível com determinada ala sem a aceitação dos habitantes dela parece ser um ato fortemente contraproducente. Causaria uma perturbação nas dinâmicas internas de cada galeria, podendo, dessa forma, incentivar algum tipo de manifestação violenta contra o indivíduo e/ou contra a instituição. Alocar um indivíduo incompatível em um espaço como esse produziria deliberadamente um alto potencial de risco. Tendo isso dito, as estratégias utilizadas pela administração a fim de gestar o risco oferecem retroativamente um elemento de resistência aos apenados, em especial, para essa análise, aos habitantes da 3ª do H.

No decorrer do percurso histórico trilhado pela existência da ala, por motivos múltiplos, que serão aprofundados na sessão “Como ficar na ala das bichas”, a ala GBT do PCPA possui peculiaridades que vão além dos adjetivos da ordem do gênero e da sexualidade de seus habitantes. É um espaço visto como livre das drogas, do armamento e da violência. Foi construída a imagem de uma galeria modelo, um espaço livre das mazelas comuns no restante do dito pior presídio do Brasil, o PCPA. Essas características parecem fazer parte dos pilares que mantêm a existência da ala como legítima.

A posição salvacionista e bem sucedida que é produzida discursivamente sobre ala é enunciada constantemente por praticamente todos os colaboradores. São comuns enunciações vindas dos habitantes da ala como: “*nós temos que manter uma boa imagem*”. Não cabe a mim saber se existem ou não drogas, armas e/ou violência nesse lugar. Não tento buscar uma verdade total e definitiva sobre esse espaço. O que importa para mim, para essa análise, são os elementos presentes nas narrativas que produzem certa “realidade” sobre a ala. Uma verdade construída em partes pelos artifícios discursivos mobilizadas no ato de falar sobre a ala. A reiteração desses ditos sobre a ala tem efeitos em sua existência. O que me leva a um fragmento de narrativa produzida por uma moradora da ala que versa sobre a realocação de um apenado da massa carcerária pra a 3ª do H.

Eles vão e dão o nome para nós. Aí trás o nome dele aqui na supervisão, puxa a ficha dele corrida pra ver qual é a situação dele aqui na cadeia. Se ele é uma pessoa calma, se ele é uma pessoa agitada. Não é qualquer pessoa que entra. Nós temos que ver qual o currículo dele, como é que é o dia a dia dele na cadeia. Por que não adianta a gente chegar e dizer “pode vir” e aí quando vê agente tá levando uma pessoa problemática que vai nos trazer problema pra nós e aí não nos adianta. Lá é calmo, está todo mundo calmo lá. Uma pessoa agitada pode agitar o lugar, né? Colaboradora VI

A 3ª do H surge como um espaço apenas para travestis, sendo que durante a sua existência a identidade do indivíduo que habita esse espaço foi sistematicamente ajustada. Até esse momento argumentei a respeito dos ajustes produzidos pela administração em direção aos apenados. Entretanto, segundo essa narrativa, parecem existir outros elementos que adjetivam a substância referente à identidade do habitante da ala. Afinal, “*não é qualquer pessoa que entra*”.

Existe um interesse mútuo de manter o que se sabe e diz sobre a ala dessa maneira. Para todos os efeitos, a 3ª do H é assumida como um espaço funcional, que parece atingir os objetivos primeiros de uma instituição carcerária. As modalidades enunciativas que surgem tanto nas narrativas dos apenados, nas falas dos administradores, bem como nos veículos midiáticos que tomam como tema esse espaço peculiar, contribuem na construção de esperança para uma instituição considerada falida. Sendo assim, a manutenção desse espaço, tanto no âmbito da existência física quanto nos adjetivos vinculados a ela, se configura como algo interessante tanto para a administração do PCPA quanto para os próprios apenados.

Ao falar sobre os motivos que o levaram solicitar uma transferência da galeria de origem para a ala GBT um dos colaboradores produziu a seguinte narrativa.

“Aqui é tranquilo, né? Não tem droga. É todo mundo tranquilo. [...] Quando eu estava na outra galeria eu usava umas coisas. Rolava muita droga. Eu vim pra cá pra ficar na tranquilidade. [...] Elas viram que eu era um cara tranquilo, daí não teve problema quando eu cheguei”. (Colaborador VIII)

Esse sujeito metafísico produzido através das práticas performáticas que se relacionam em meio à existência da ala se faz presente na narrativa desse colaborador. No que diz respeito aos homens cisgênero heterossexuais, não parece ser suficiente apenas tornar-se um marido de uma travesti. A chave metafórica para os cadeados que selecionam a entrada dos candidatos a maridos das travestis parece ser representada por um complexo arcabouço performativo. Se por um lado a administração prisional incide práticas sobre os corpos das travestis e dos *gays* que habitam ala, impossibilitando, assim, que esses ocupem qualquer outro espaço, um fenômeno diferente parece incidir sobre os corpos desses possíveis maridos.

Aquele que queira passar a ser morador da ala e usufruir dos benefícios que ela pode oferecer parece submeter a si mesmo às possibilidades performativas legítimas para aquele

espaço. Tais indivíduos parecem ser interpelados pelas práticas performativas desse certo sujeito. *A priori* não haveria espaço para alguém que não respondesse performativamente a esse sistema de representação que institui um marco identitário a ser alcançado. Assim, as práticas performativas às quais os maridos das travestis parecem estar submetidos configuram um potencial pedagógico. Não me refiro a um modelo de pedagogia mais formal, programático, comum em ambientes escolares. Refiro-me a uma perspectiva, de certa forma, ampliada de pedagogia.

Tomaz Tadeu da Silva (2010) argumenta, ao analisar diferentes modalidades de currículo e suas relações entre sujeito e aprendizagem, que, a partir da perspectiva dos Estudos Culturais, houve uma diminuição nas fronteiras que até então tentavam separar rigorosamente o conhecimento acadêmico e escolar, do conhecimento cotidiano e da cultura de massa. Para o autor, todo o conhecimento que se constitui num sistema de significação é, dessa forma, cultural. Os saberes de uma época são estreitamente vinculados e relacionados em campos de poder. Uma ida ao museu, exposições de filmes, publicidade, uma simples consulta médica expõe sujeitos ao contato com saberes construídos em meio a uma cultura. Dessa forma, toda formação cultural carrega em si um conjunto de saberes que nos ensinam algo, em outras palavras, a cultura também é pedagógica.

O autor ainda insere um elemento que vejo como muito importante para essa análise. Por um lado, a pedagogia cultural se aproxima da pedagogia produzida em sala de aula ao assumir que em ambos os casos indivíduos são subjetivados e produzidos na interlocução com essas formas de saber. Por outro, por estar implicada na esfera do cultural, essa modalidade de pedagogia parece ser muito mais eficiente em mobilizar seus sujeitos através de mecanismos da ordem do emocional, do desejo, mobilizam uma economia afetiva muitas vezes sutil.

Por motivos que já foram descritos, a ala GBT do Presídio Central pode ser entendida como um espaço especialmente sedutor. As estratégias enunciativas através das quais ela se torna visível para os outros apenados que até então não residiam naquele lugar produzem um espaço completamente disruptivo do cotidiano que eles estão inseridos. Pareceria ser muito benéfico ocupar um lugar em que aparentemente não ocorreria violência, não haveria tráfico de drogas, não haveria superlotação, se constituiria como um espaço amparado por uma ONG com visitas regulares, além de ser um espaço em que haveria a possibilidade de se relacionar sexualmente com uma parceira. Sobreviver ao longo tempo de reclusão pareceria muito menos penoso num espaço como aquele.

Dessa maneira, a inteligibilidade performática que é exigida para que se tenha acesso à ala incide sobre os corpos desses indivíduos enquanto conjuntos de saberes. Dessa forma, tais

sujeitos aprendem essa forma de viver pautada em um desempenho de inteligibilidade. Através dessa pedagogia da sobrevivência eles se posicionam nessa relação de poder tornando-se, assim, sujeitos de um investimento sobre si mesmos. Constitui-se a partir dessa relação uma modalidade pedagógica regular, eficiente e sedutora.

6. Como ficar na ala das bichas: o pacto fáustico

Na seção anterior preocupei-me em descrever como, através de práticas performativas, é construída a imagem metafísica de um determinado sujeito. Procurei argumentar que tais práticas performativas, tanto as impulsionadas por medidas administrativas, quanto às exigidas pelos próprios moradores desse espaço, parecem incidir sobre os indivíduos que desejam ser retirados de outra galeria e almejam ocupar a 3ª do H. Sugeri que o arcabouço identitário construído como pré-requisito para a entrada na ala atua sobre os sujeitos, constituindo, assim, uma modalidade pedagógica. A *pedagogia da sobrevivência*, por assim dizer, se constitui uma prática sobre si que mobiliza um conjunto de ensinamentos, ou seja, na tentativa de ocupar um local que é enunciado como livre das mazelas do restante do presídio (armas, violência, drogas, constante risco à vida), de usufruir de uma melhor qualidade de vida, esse indivíduos são interpelados pelos pré-requisitos instituídos por uma complexa trama jurídico-discursiva.

Eles aprendem, através de um investimento sobre si, como performar sua legitimidade para ocupar aquele espaço. Na configuração real de sujeitos desse processo pedagógico, suas práticas performativas atuam retroativamente na reiteração da identidade do que é considerado um habitante da ala GBT. Em outras palavras, ao passo que essa modalidade pedagógica incide sobre os indivíduos subjetivando-os na tentativa de produzir um determinado sujeito programático, cada um deles também se torna um importante elemento reiterador da normatividade instituída como fruto da produção performática do habitante metafísico da ala GBT.

Tendo isso em vista, eis que surge outro questionamento. Na tentativa de conseguir acesso à ala, aparentemente é feito um grande investimento de cada indivíduo aspirante a morador sobre sua própria conduta. Tomando como referência as formas como esse investimento se faz visível nas narrativas dos colaboradores é possível supor que essa aprendizagem toma curso de maneira consciente, ou até mais que isso, intencional.

A produção da normatividade e seus efeitos atuam sobre cada um de nós muitas vezes de maneiras sutis. Por exemplo, existe uma grande quantidade de anúncios em propagandas que utilizam o padrão de beleza branco, alto, magro etc., ao passo que outros tipos de corpos têm pouco espaço midiático, ou simplesmente não são visíveis. Não é preciso que haja uma informação verbal formal de que esse primeiro modelo encontra-se como marco normativo ao

passo que uma pessoa negra, gorda e baixa, não. A regularidade dessas formas de visibilidade atua no plano do discurso de maneira sutil, produzindo, reiterando e atualizado cotidianamente essa norma (FISCHER, 2002). O que ocorre na tentativa de acesso a ala parece ser muito menos sutil que o exemplo descrito acima.

Ao assumir esse tipo muito específico de conduta, o indivíduo imediatamente torna-se um agente reiterador dessa normatividade através de suas práticas performativas. O que parece ser muito intrigante, segundo essa lógica, é justamente essa dualidade. Se, por um lado, assumir esse desempenho pode configurar um ato intencional, por outro, tais práticas podem acarretar múltiplos efeitos. Em outras palavras, assumir determinadas práticas, mesmo que intencionalmente, resulta na produção de certos efeitos que podem ir além das possibilidades de agência desses indivíduos. Quais são esses efeitos? Como essas práticas performativas atuam sobre os indivíduos que já se encontram na ala? Os apenados que não habitam a ala também seriam alvos desses efeitos?

Uma vez morador da ala GBT, cada indivíduo que ocupa esse espaço se torna alvo de uma produção discursiva sobre si mesmo. Como já foi argumentada, a trajetória prisional de cada apenado está intimamente ligada ao pertencimento a essa ou aquela localidade. Estar alocado em uma determinada galeria torna os apenados sujeitos de uma produção discursiva sobre seus corpos. A singularidade de suas subjetividades parece ser estrategicamente deixada de lado. Se estiver em uma galeria pressupõe, de certa forma, uma homogeneidade entre seus habitantes, o ideal é que a coalizão através de qual se institui uma identidade institucional recaia sobre o corpo dos apenados tornando-os uma versão representacional daquela galeria. Em outras palavras, habitar uma ala é carregar a marca identitária que a produziu.

Dessa forma, fazer um pedido de transferência para a ala das GBT parece oferecer certos riscos. Esse local, como qualquer outro no PCPA, é dotado de um potencial produtor muito potente. Ao ser alocado na ala GBT o sujeito deixa imediatamente de ser o que era e se transforma. Como foi dito na sessão anterior, tomando como ponto de partida as teorizações de Hall (1997) sobre as relações entre o sujeito e a identidade, sugeri que o fenômeno que ocorre no Presídio Central talvez pudesse ser localizado em um ponto impreciso e deslizando entre o que o teórico entende por identidade do sujeito sociológico e a do sujeito pós-moderno. O que aproxima esse fenômeno do modelo de identidade do sujeito sociológico reside na ordem da imposição institucional de uma identidade centrada, objetivamente descritível e reconhecível. Estar em uma galeria específica para ex-policiais, por exemplo, produziria, sobre aqueles que lá residem, uma marca. Esse estigma não parece ser algo que possa facilmente se desvencilhar.

Na tentativa de melhor ilustrar essa situação, trago um fragmento da fala de um dos militares que administram o presídio:

“Teve uma noite que eu estava de serviço e tinha um preso que queria ir pra lá por que tinha não sei quem lá numa galeria. Ai eu disse ‘cara, lá só vai homossexual’ e ele disse ‘eu sou puto, sou putão’, eu disse ‘ai não pode’, ele me respondeu ‘eu tou dizendo pro senhor que eu sou’. Ai ele assina um documento em que ele afirma que é homossexual. Ele assinou, foi lá, resolveu o problema dele. Duas horas depois ele veio pedindo pra voltar. Agora tem que ficar lá, agora ele tá queimado. Quem vai pra lá se queima com os outros. Ele disse ‘não sou, não sou’ e eu respondi ‘tu já disse que era, já assinou que era. Não existe ex-puto, cara! Tu afirmou que era. Nós já colocamos no sistema que tu era’”. (Colaborador III)

Essa narrativa sugere que, ao alegar uma condição de homossexual, o apenado em questão obteve acesso à ala. Houve uma declaração formal, um contrato firmado perante a administração do presídio. Ao alegar uma condição de sexualidade não-hegemônica, que provavelmente foi precedida por uma negociação com os habitantes da ala, o apenado se torna imediatamente alvo de uma medida de segurança. Assim ele passa a ser morador da ala. Segundo a narrativa, houve um contrato administrativo, um termo que, para fins de registro, o classificavam enquanto homossexual, “puto”. Entretanto, como efeito de sua migração, outros contratos parecem ter sido firmados.

O escopo da identidade *bicha* é um processo intimamente relacionado com as práticas performativas dos que habitam aquele espaço. Dessa forma o que se torna visível é uma imagem genérica que sugere a si mesma como uma representação dos elementos que estariam presentes invariavelmente em todos os indivíduos da ala. Embora o apenado descrito no fragmento talvez não se identificasse como travesti, *gay*, ou marido de uma travesti, ao ser reconhecido morador da ala GBT, mesmo que por um curto espaço de tempo, ele se torna sujeito de uma produção sobre a qual ele não tem agência. Inscreve-se sobre seu corpo o resultado de uma tecnologia discursiva que invisibiliza qualquer outro qualificativo, que o torna visível apenas como *bicha*. Assinar um termo que o torna compatível com a ala GBT é, de forma retroativa, fazer de si mesmo um corpo incompatível com qualquer outro lugar.

Ao mesmo tempo em que a ala produz sobre aqueles que nela residem um corpo marcado pelo estigma, um corpo *bicha*, um corpo em risco, ela se constitui como um espaço seguro. No interior da ala, em primeira análise, não haveria riscos para os que lá residem. A ala estabelece uma fronteira que mantém os possíveis agressores distantes, impossibilitados de causar qualquer mal. Permanecer na ala parece conferir garantias de segurança. Entretanto, se a produção performativa do grupo que habita a ala GBT obedece a uma lógica identitária de coalizão, o que aconteceria caso algum indivíduo viesse a se tornar, por algum motivo, incompatível com esse espaço?

Segundo Foucault (1987), a arquitetura das prisões e a maneira de distribuir os apenados atende a diferentes princípios ao longo da história. Em determinado momento histórico, os olhos da vigilância que incidia sobre esses indivíduos deixou de lado o olhar para as massas e passou a se preocupar em observar as minúcias. Passaram a ocorrer investimentos táticos em métodos que detalhavam e capilarizavam o exercício do poder, otimizando seu funcionamento, potencializando seus efeitos. Separar os indivíduos em meio às disposições arquitetônicas de uma prisão possibilita uma melhor gestão de suas ações. Estratificar ao máximo possível uma massa carcerária expõe a identificação. Diferenciar os indivíduos é tornar eficiente sua sujeição, o domínio sobre seus corpos, torná-los submissos, dóceis.

Considerar a ala GBT do PCPA um espaço eficiente parece estar fortemente vinculado a um *status* de sucesso, afinal, a todo o momento esse espaço torna-se visível através da contraposição sistemática de, aparentemente, todas as deficiências presentes no Presídio Central. O PCPA torna-se visível como uma instituição em crise e ineficiente através da vinculação a uma série de qualificativos como superlotação, falta de saneamento, violência, doenças, falha na ressocialização de ex-apanados, tráfico de drogas, entre outros. A ala, por outro lado, produz seu *status* de eficiência e sucesso ao tornar visíveis qualificativos que negam sua vinculação com o fracasso da instituição como um todo. A ala possuiria uma lotação inferior à prevista arquitetonicamente, é um espaço construído há menos tempo, é limpo, decorado, livre de violência, é o andar mais alto de um pavilhão, livre de doenças, todos os apenados que cumpriram pena na ala desde sua oficialização não reincidiram no sistema carcerário, não haveria tráfico de drogas.

Todo esse sucesso no seu funcionamento atrai olhares. O que se sabe sobre o cárcere brasileiro como um todo, no nível de saberes de massa, sugere um sistema pouco funcional e decadente, o que se agrava no caso específico do Presídio Central de Porto Alegre, afinal, seria o pior presídio do país. A reiteração sistemática dessa situação parece produzir um cenário em que uma galeria com um aglomerado de indivíduos empilhados um em cima do outro representa uma situação na esfera do normal, não levaria a surpresa alguma. Dessa forma, não é preciso se certificar de uma informação como essa, afinal, é esperado do cárcere apenas péssimas condições.

Por sua vez, a ala GBT, da forma com que é enunciada, causa espanto e estranhamento. Talvez, primeiramente, por ser uma galeria específica para um grupo absolutamente contranormativo em uma instituição heteronormativa por excelência, mas, certamente o seu sucesso perante o “fracasso” que a rodeia contribui fortemente para a sua visibilidade. Forma-se aí um ponto de tensão. Se por um lado a visibilidade proporciona

vários benefícios, que vão desde a obtenção de recursos, até a possibilidade de voz a um grupo a tanto tempo silenciado, por outro, expõe esse espaço às práticas sistemáticas de verificação. Talvez não haja, dessa forma, uma curiosidade pulsante em verificar a precariedade das instituições prisionais, mas seu sucesso, ao contrário, precisaria ser observado de perto.

Foucault (1987) dedica um capítulo do seu livro “Vigiar e Punir: história da violência nas prisões” para articular e argumentar o conceito de panoptismo a partir do modelo arquitetônico do panóptico. Através de uma perspectiva da arquitetura o modelo de edificação panóptica corresponde a um princípio que posiciona uma torre central com amplas janelas cercada por outro edifício, este em formato de anel. Esse anel seria dividido em celas, sendo cada uma delas dotada de duas grandes janelas. Uma dessas janelas estaria virada para as janelas da torre central, outra, virada para o exterior da estrutura permitindo que a luz do meio externo penetrasse em cada cela iluminando-as em sua totalidade. Essa disposição arquitetônica permitiria que os agentes de uma prisão, por exemplo, que estivessem localizados na torre central obtivessem uma visão otimizada da atividade dos presos que estariam localizados nas celas do anel. *“O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente”* (FOUCAULT, 1987, p. 166). Para melhor visualização observe as Figuras 2 e 3.

Celas amplas, completamente iluminadas e sem possibilidade de esconderijos expõem os detalhes de cada movimentação dos apenados colocados nesses locais. Outro elemento importante para esse modelo é que ao passo que os apenados devam estar completamente visíveis para quem os observa, os observadores devem estar fora do campo de visão dos apenados.

A partir dessa descrição é possível identificar um importante efeito produzido por esse modelo muito peculiar de edificação, estar completamente exposto e não conseguir visualizar quem pode estar o observando induz o apenado a um estado consciente e permanente de estar sendo vigiado, tal situação assegura o funcionamento automático do poder. Não importa que em determinado momento não haja ninguém observando o apenado, estar sendo potencialmente vigiado é o suficiente para o exercício limitante e coercitivo do poder. Nessa ambientação, o poder se torna constantemente visível e ao mesmo tempo inverificável.

A idéia do panóptico arquitetônico não é exatamente o que está em jogo para essa argumentação. A arquitetura do PCPA não traduz em sua estrutura material inspirações panópticas em suas instalações. Cada galeria tem o formato de um longo corredor, todos seguem uma conformação retangular em que a entrada se localiza em um dos lados menores

desse retângulo. As celas são dispostas em sequência, uma ao lado da outra, compondo, assim os lados maiores do retângulo. Cada cela é dotada de uma grade que delimita sua entrada, ao mesmo tempo em que paredes de concreto estabelecem os limites entre uma cela e outra. Há um corredor central que pode ser observado claramente por quem se coloca em frente à entrada da galeria, ao passo que não se pode ver grande parte das celas nessa mesma posição. Para que se consiga enxergar com totalidade o interior de cada cela é necessário que o observador esteja no interior da galeria, mais que isso, que estivesse posto em frente a entrada da cela que desejasse observar.

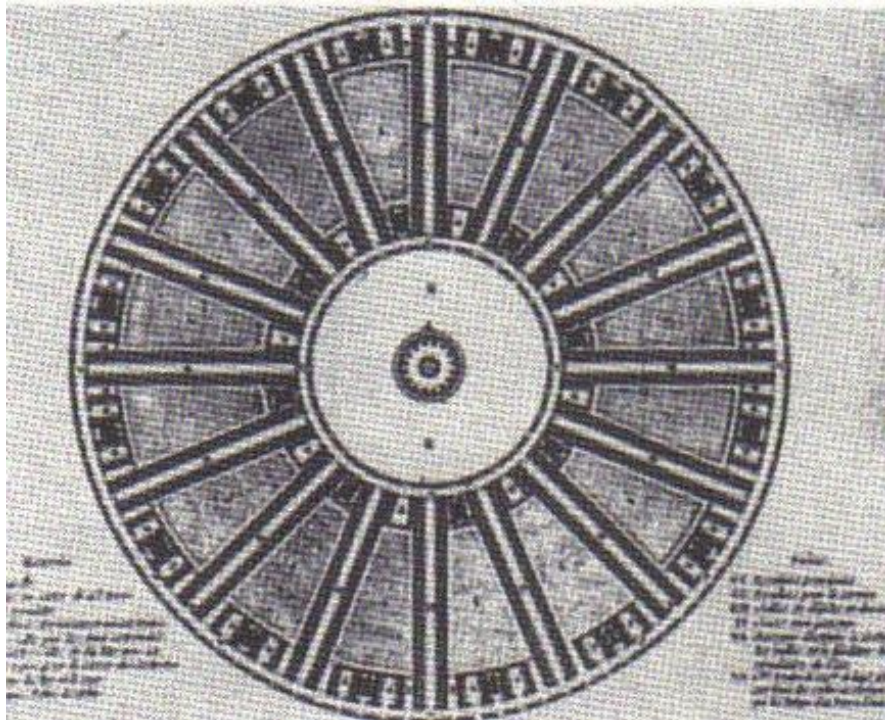


Figura 2 - Modelo gráfico de arquitetura panóptica. Projeto de hospital. (FOUCAULT, 1998, p. 32)

*A General Idea of a PENITENTIARY PANOPTICON in an Improved, but as yet, (Jan^r 23^d 1791), Unfinished State.
See Postscript References to Plan, Elevation, & Section (being Plate referred to as N^o 2).*

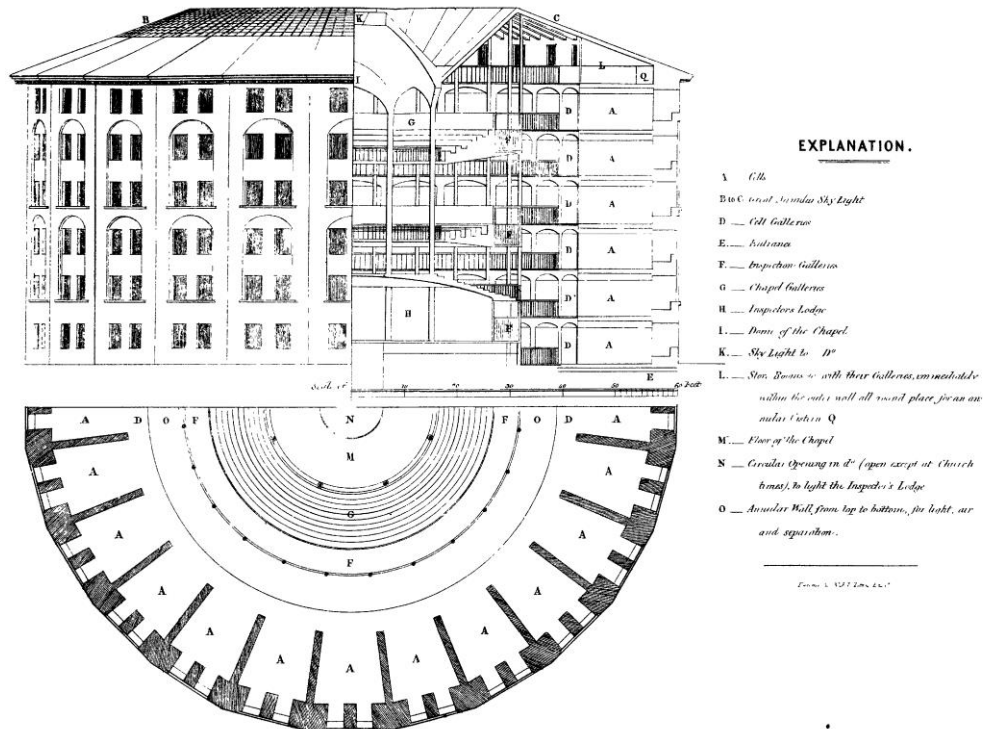


Figura 3 - Modelo gráfico de arquitetura panóptica. Projeto de planetário. (FOUCAULT, 1998, p. 32)

Celas amplas, completamente iluminadas e sem possibilidade de esconderijos expõem os detalhes de cada movimentação dos apenados colocados nesses locais. Outro elemento importante para esse modelo é que ao passo que os apenados devam estar completamente visíveis para quem os observa: os observadores devem estar fora do campo de visão dos apenados.

A partir dessa descrição é possível identificar um importante efeito produzido por esse modelo muito peculiar de edificação, estar completamente exposto e não conseguir visualizar quem pode estar o observando induz o apenado a um estado consciente e permanente de estar sendo vigiado, tal situação assegura o funcionamento automático do poder. Não importa que em determinado momento não haja ninguém observando o apenado, estar sendo potencialmente vigiado é o suficiente para o exercício limitante e coercitivo do poder. Nessa ambientação o poder se torna constantemente visível e ao mesmo tempo inverificável.

No caso do PCPA, em contraponto ao modelo de panóptico, para que se consiga enxergar com totalidade o interior de cada cela é necessário que o observador estivesse no dentro da galeria, mais que isso, que estivesse posto em frente à entrada da cela que desejasse observar. Para melhor visualização observe a Figura 4.

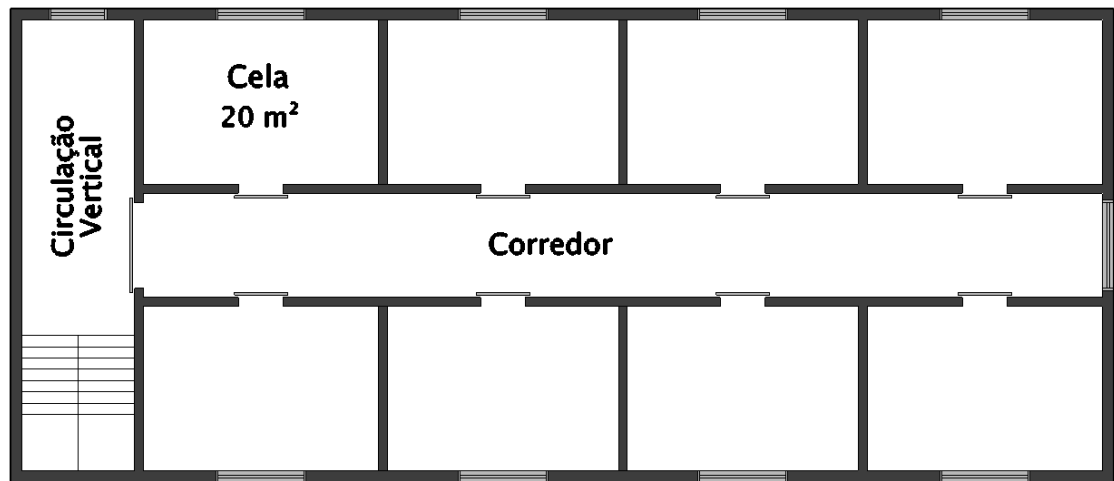


Figura 4 – Modelo gráfico da estrutura interna da 3ª galeria do pavilhão H no Presídio Central de Porto Alegre. Proporções estimadas a partir de visualização interna e via satélite.

Essa estrutura arquitetônica se distancia de uma inspirada no modelo panóptico exatamente por oferecer aos apenados livre possibilidade de ocultar suas ações, como também por tornar o observador alguém visível para os que estariam sendo observados. Entretanto, o panoptismo não se encerra na disposição arquitetônica, o que importa aqui é o caráter potencializador do exercício do poder sobre determinados sujeitos através de certas tecnologias de vigilância. O que está em jogo aqui é o caráter de constante vigilância que fiscaliza o regulamento.

Em uma instituição carcerária cada indivíduo é sujeito de um exercício de poder que tenta a todo o momento, através de certas práticas táticas, submeter seus alvos aos enquadramentos institucionais. O poder é coercitivo, através de seu exercício a instituição prisional oferece como possível um único modelo de conduta que deve ser seguido pelos internados. Entretanto, seus efeitos não são completos, deixando escapar modalidades de resistência. A possibilidade de estar fora do campo da vigilância torna a economia dos corpos menos eficiente. A Brigada Militar atua também como um fiscalizador do poder, entretanto, o arranjo arquitetônico oferece possibilidades de escape. Em meio à grande massa carcerária é possível coadunar, confabular e planejar certas ações. É possível despistar a fiscalização ocultando a si mesmo. Porém, o que ocorre na ala GBT parece configurar um mecanismo um tanto distinto.

A 3ª do H é um espaço fortemente fiscalizado pela administração do presídio. Talvez essa vigilância mais estreita tenha sua origem no caráter altamente diferenciado que a ala veio a configurar, talvez decorra do número reduzido de apenados que atualmente ocupa aquele

espaço ou também da notoriedade que esse espaço veio a apresentar perante a mídia e, em consequência disso, ao conhecimento de massa.

Talvez a fiscalização diferenciada se dê impulsionada pela colaboração desses e de outros elementos, entretanto, não é exatamente a vigilância proferida pelos agentes da Brigada Militar que mais me interessa. Como já foi dito anteriormente, levando em conta que essa vigilância pode ser demasiadamente limitada, existiriam outras estratégias de vigilância mais eficientes?

Em fragmentos de várias das narrativas proferidas é possível identificar elementos que conferem à ala GBT um *status* de conquista. O resultado de uma árdua luta por visibilidade e por equidade de direitos. Ao dizer “*nós passamos muito trabalho para conseguir esse espaço*”, a Colaboradora VI torna visível que aparentemente houve resistência para a criação da ala e sugere que através de empenho e de luta esse espaço se constitui com uma conquista.

Os locais que foram disponibilizados para que as entrevistas com os apenados ocorressem contavam com a constante presença da Brigada Militar, esse aspecto talvez tenha contribuído para que houvessem certas limitações nas narrativas. Entretanto, durante as visitas sistemáticas feitas pela ONG Igualdade-RS, nas quais eu estava presente, relatos da vigilância, dos tratos agressivos e o sentimento de provisoriedade eram constantes. Pairava um receio de que se houvessem sinais de problemas na ala, esses poderiam comprometer a manutenção da sua existência.

A narrativa da Colaboradora XI “*é dever delas manter a ordem. Se der muito problema como a gente vai fazer pra manter a galeria?*” adiciona um elemento que ocupa centralidade para essa argumentação. A galeria pode ser entendida como um espaço de capilarização do poder, um local que potencializa e torna mais eficiente a ação da administração institucional sobre aqueles que lá residem. De certa forma, ela se torna possível e legítima por ser eficiente, um espaço mutuamente útil.

Para uma instituição que tem sua funcionalidade constantemente questionada e desacreditada é útil fazer parte da criação e manutenção de um espaço bem sucedido, ao mesmo tempo em que é útil para os habitantes da ala que ela exista por uma questão de qualidade de vida. Mais que isso, essa relação mutualística poderia ser vista ainda de outra forma. Enquanto os habitantes da ala a produzem e a mantêm útil segundo a ótica da administrativa, a Brigada Militar, por sua vez, produz e mantêm útil a galeria como existência material, o que garantiria a sobrevivência de seus habitantes.

Dessa forma, surge um mecanismo de controle muito mais eficiente, capilarizado, constante e motivado do que a vigilância da administração prisional e suas limitações. De

certa forma, parece ser altamente benéfico para os apenados que ala continue sendo vista enquanto um sucesso institucional. Entretanto, como sugeriu o fragmento de narrativa acima, a responsabilidade de manter um bom funcionamento da ala recai sobre seus próprios habitantes. A motivação surge, dessa forma, do desejo compartilhado de que o espaço conquistado à duras penas continue existindo. Trate-se então de um exercício fiscalização diária e constante. Em certa medida, talvez longe de uma intencionalidade programada e prevista institucionalmente, se constitui um modelo panóptico de vigilância.

Como foi colocado anteriormente, o esquema panóptico não se resume a uma organização arquitetônica, seria, para além disso:

[...] um intensificador para qualquer aparelho do poder: assegura sua economia (em material, em pessoal, em tempo); assegura sua eficácia por seu caráter preventivo, seu funcionamento contínuo e seus mecanismos automáticos. É uma maneira de obter poder numa quantidade até então sem igual, um grande e novo instrumento de governo. (FOUCAULT, 1987, p. 170)

Cada um dos apenados, nesse sentido, é posicionado duplamente em meio a esse campo de poder que se estabelece a partir de uma organização panóptica. Cada um se torna ao mesmo tempo fiscal e fiscalizado ao passo que é importante, interessante e produtivo certificar-se de que o outro se mantém coerente com o modelo de boa conduta esperada para aquele lugar. Enquanto fiscaliza a conduta do outro, cada um governa a si mesmo ao saber que a sua própria conduta está em constante processo avaliativo.

Talvez não haja uma tentativa de dominação do outro nos ideais de fechamento de típicos de uma instituição prisional. A inspeção das condutas pode ser realizada cuidadosamente de maneiras ao mesmo tempo aleatórias e incessantes. Aleatórias por não saber exatamente quem se põe na posição de agente fiscalizador naquele momento. Incessantes pela potencialidade de estar sendo vigiado a todo o momento, produzindo, assim, um efeito de constante alerta. A ala, dessa maneira, se constitui enquanto um ambiente potencialmente opaco para o exercício do poder pela administração e transparente para o exercício do poder e do controle pelos apenados perante si mesmos e seus pares.

Esse mecanismo de governo se torna mais eficiente ao constituir uma estratégia de controle que se diferencia da imposição disciplinar na qual a organização administrativa de uma instituição como o presídio é pautada. Se por um lado à disciplina institucional cabia “principalmente neutralizar os perigos, fixar as populações inúteis ou agitadas, evitar os inconvenientes de reuniões muito numerosas” (FOUCAULT, 1997, p. 174), ao controle cotidiano cabe a exigência de cada um (e para que cada um) que todos sejam úteis para a

manutenção da existência da ala. São técnicas cotidianas de fiscalização da fabricação de indivíduos úteis.

Se de alguma forma a ala pôde surgir como uma tentativa de impedir as violências físicas e psicológicas que acometiam esse grupo, isolando-os na tentativa de otimizar a vigilância sobre eles, o fenômeno que parece surgir como efeito disso tornou o poder mais eficiente repartindo-o em micro compartimentos. Enquanto a administração tenta a todo o tempo exercer poder sobre a ala enquanto grupo, as relações micro físicas que se desenvolvem entre os apenados atuam sobre cada um deles, em nível de indivíduo. Parece ocorrer uma ramificação dos mecanismos disciplinares ao passo que:

“Enquanto por um lado os estabelecimentos de disciplina se multiplicam, seus mecanismos tem uma certa tendência a se desinstitucionalizar, a sair das fortalezas fechadas onde funcionavam e a circular em estado ‘livre’; as disciplinas maciças e compactas se decompõem em processos flexíveis de controle, que se pode transferir e adaptar”. (FOUCAULT, 1997, p. 174)

Contudo, um questionamento ainda não foi devidamente respondido, o que aconteceria caso algum indivíduo viesse a se tornar, por algum motivo, incompatível com esse espaço? Paira-se sobre o grupo que ocupa a ala GBT uma constante ameaça institucional da extinção desse espaço caso ele deixe de ser útil para o funcionamento prisional, o perigo da extinção ainda é um elemento que incide sobre o grupo. Embora a vigilância e o controle pareçam funcionar de maneira muito individual, a consequência para a não-conformidade até aqui se deu no nível de grupo. O preço a se pagar caso algum morador ignore as normativas de bom comportamento e de utilidade exigidas para a permanência naquele espaço parece se ramificar ainda mais, assim como as relações de vigilância. Como fruto dessa vigilância infinitesimal, um comportamento desviante da conduta legítima instituída para esse espaço torna-se muito mais visível identificável.

Ainda respondendo aos critérios das medidas de segurança, surgem outras possibilidades de apropriação das normativas administrativas a favor da manutenção da ordem no interior da ala. Uma das colaboradoras, em sua narrativa, fala sobre uma estratégia conhecida como “ensacolamento” que consiste em “*ir lá e inventar uma calúnia da pessoa. Caluniar a pessoa. Fazer uma injustiça. Mandar aquela pessoa viajar*”. Ensacolar uma pessoa consistiria em uma tática de exclusão que tem como objetivo retirar uma pessoa da galeria em que ela se encontra. Ao incitar a repulsa coletiva àquela determinada pessoa, reforçada muitas vezes por ameaças de violência. Assim sendo, a partir do momento em que estar naquele local configure risco à vida do indivíduo, seguindo as normativas de segurança institucional e a gestão de risco, o mesmo deve ser movido para outro local.

Contudo, no que diz respeito ao caso específico da alaGBT, “ensacolar” uma pessoa significa retirá-la da segurança desse espaço e condená-la ao alto risco em qualquer outro lugar no PCPA. Para garantir, além da permanência da ala como espaço sua própria permanência nesse lugar, cada indivíduo torna-se responsável pelo governo de si no que diz respeito a sua conduta cotidiana. A “harmonia” e o sucesso da ala parecem exigir um grande investimento sobre si na tentativa de demonstrar sua legitimidade perante os olhares fiscalizadores da administração prisional, bem como dos próprios apenados que compartilham aquele espaço.

Entendendo governamentalidade como “o encontro entre técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (FOUCAULT, 2001, v. 2, p. 1604), governar a sua conduta e a dos outros, para o fenômeno que toma curso na alaGBT, é articular e fiscalizar todos e cada um tomando como referência as prescrições normativas criadas performativamente pelos próprios moradores. Dessa forma, a pedagogia da sobrevivência não cessa seus efeitos produtivos no momento em que se consegue acesso à ala. Se por um lado essa pedagogia institucional torna os indivíduos sujeitos de uma produção performativa de subjetividade, por outro, através das normas de pertencimento instituídas pelas próprias práticas performáticas eles se tornam, também, sujeitos de um emaranhado de governamentalidade onde o que está em jogo são as possibilidades de sobrevivência.

*

Nesse momento farei um parêntese para uma rápida digressão que pode ajudar a compreender melhor o sistema que tentei descrever. Fausto é uma popular figura presente em uma lenda alemã. Essa figura mitológica está presente em diversas tramas literárias. Uma delas, provavelmente a mais famosa, é a versão escrita por Goethe em forma de romance. Essa peça literária possui duas partes, a primeira parte da trama, e a que especialmente interessa para essa analogia, conta a história do Dr. Fausto, uma espécie de sábio que anseia conhecer tudo que há para ser conhecido. O protagonista vive uma constante inquietação em saber das limitações de seu conhecimento, chegando a tentar através de magia alcançar seus objetivos sem obter sucesso.

Enquanto isso, em um diálogo, Mefistófeles faz uma aposta com Deus. Fausto seria um indivíduo muito bem visto por Deus, considerado incorruptível e fortemente ético. Mefistófeles, por outro lado, acreditava que poderia conquistar a alma do protagonista. Mefistófeles, então, disfarça-se de cão e passa a acompanhar Fausto por um tempo, até que, em um momento oportuno, o cão toma sua forma original e oferece ao protagonista tudo que ele queira em troca de sua alma. Entretanto, enquanto cláusula desse contrato selado entre os

dois, Mefistófeles só possuiria a alma de Fausto no momento em que esse alcançasse a felicidade plena e desejasse que aquele momento durasse para sempre.

Em um dado momento Fausto conhece Margarida, Gretchen na versão alemã, e se sente encantado por ela. É nesse momento que esse personagem pede ao Diabo que a consiga para ele. Margarida é descrita na trama como uma mulher pura. Margarida, completamente apaixonada por Fausto, decide levá-lo ao seu quarto e para que sua mãe não descubra, Fausto dá a ela uma poção para dormir que a mata. Margarida, então, sente um forte pressentimento de que está grávida o que a atormenta. Completamente transtornado pela situação em que a moça se encontra, Valentin, seu irmão, desafia Fausto para um duelo. O protagonista vence o duelo ajudado por Mefistófeles o que resulta na morte de Valentin.

Algum tempo se passa e ainda atormentada por todos os eventos que a vitimaram, Margarida afoga seu filho recém-nascido em sinal de completo desespero, sendo em seguida, por isso, presa e condenada à morte. Fausto acusa Mefistófeles de todas as desgraças que vem ocorrendo em sua vida, entretanto, o demônio contra-argumenta convencendo Fausto de que todos os eventos foram decorrentes de suas escolhas. Fausto percebe, então, o completo colapso de sua vida e dos problemas que causou a vida da mulher que amava.

*

Em uma primeira leitura, talvez esse pequeno resumo não faça uma referência direta ao que ocorre na ala GBT, entretanto, acredito que existam aproximações em pontos fundamentais. Não estou à procura de identificar os agentes correlatos aos personagens da trama, o que me chama atenção é o pacto fáustico em si. No que tange a relação dos homens cisgênero heterossexuais com a possibilidade de acesso a ala o que parece ocorrer é um pacto de acesso dotado de várias ressalvas condicionantes. A ala se constitui, de certa forma, como um objeto de desejo, algo que trará condições melhores e imediatas de vida e sobrevivência.

A condição de um número de ocupantes menor que a previsão arquitetônica na ala GBT oferece, por si só, em um elemento extremamente sedutor. Como já foi dito anteriormente, existem galerias no PCPA em que o número de apenados atinge o dobro da quantidade máxima prevista. A aglomeração de pessoas nesses espaços oferece riscos à vida que vão da ordem da saúde, ocasionando proliferação de vários tipos de doenças, às problemáticas no âmbito da convivência. Outro agravante é a questão do saneamento básico deficitário, o brotamento de esgoto e outros resíduos em decomposição que escorre pelas paredes. Eu poderia adicionar ainda uma grande quantidade de elementos que agravam as condições de sobrevivência nesse local.

Aceitar suas condicionantes de acesso é uma resposta imediata de proteção contra o risco à vida que o PCPA oferece. Em contrapartida, fazer parte da ala GBT confere uma marca, um estigma que expõe cada um desses apenados a um grave risco. O colapso sugerido por um pacto fáustico que viria em decorrência das escolhas tomadas a fim obter os benefícios imediatos está confinado do lado de fora da ala. Enquanto morador da ala esse risco à vida se distancia. O governo de si, nessa ambientação, parece surgir como um elemento que provê a segurança. O investimento sobre si parece atuar como uma ferramenta pedagógica extremamente eficiente. Aprende-se como ter acesso a ala, aprende-se como permanecer na ala num jogo em que não existem posições fixas, mas sempre táticas, performances e negociações cotidianas.

7. Sucesso/falência e as perguntas não-respondíveis

A ala GBT do Presídio Central de Porto Alegre surge, em colaboração com outras motivações, através de uma medida de segurança na tentativa de preservar a vida de uma categoria que convivia com um grande risco à vida. Em uma primeira análise, até mesmo talvez induzida por uma parte desse trabalho, esse espaço pode ser visto um ato institucional completamente bem sucedido que mantém um grupo de risco a salvo de violência. Em certa medida é o que parece ocorrer. Por outro lado, talvez induzido por outra parte desse mesmo trabalho, é possível identificar pontos que complexificam fortemente essa noção.

Talvez, assumir que esse espaço seja completamente benéfico para os indivíduos que o habitam, bem como afirmar o sucesso funcional dessa prática institucional seja ignorar as fortes condicionantes que atravessam tanto a existência da ala GBT quanto aqueles que lá residem. A partir da lógica institucional (gestão de risco) através da qual a ala se faz possível, talvez não haja como afirmar com precisão que o risco a vida desses sujeitos tenha sido neutralizado. Arriscaria dizer que a criação da ala não é, efetivamente, uma prática que neutraliza o risco, mas, sim, uma manobra institucional que o desloca.

O ato institucional que deu origem a ala, que atendeu a diversas demandas, que moveu certa parcela de apenados para um espaço aparentemente seguro é o mesmo que produziu as possibilidades para o estabelecimento de um elaborado arcabouço jurídico-discursivo que regula duramente tanto o acesso quanto a permanência desses indivíduos nesse lugar. Mesmo levando em consideração que o isolamento que as travestis, os *gays* e seus maridos vivem confere proteção, viver na ala GBT parece estar completamente distante de uma vida tranquila.

Ao chegar nesse espaço, cada interno passa a sofrer regulações infinitesimais sobre seus corpos. Práticas de governo que os vigiam minuciosamente a cada momento. Estratégias sutis de controle que fracionam a conduta em um escopo reconhecível e aplicável. Táticas que ensinam uma determinada forma de viver tendo como castigo para a desobediência um preço muito alto a ser pago. O risco pode não ser imediato, mas a vigilância para mantê-lo distante é constante. Se por um lado, esses indivíduos estão, em certa medida, livres da violência, por outro, vivem sobre uma constante ameaça de serem retirados da ala. Não existem posições fixas de perigo ou segurança. Todas as estratégias aqui descritas produzem certos efeitos e são reguladas por sérias condicionantes.

Mesmo que seja uma tarefa complexa afirmar se a ala GBT do PCPA se configura como algo benéfico ou não, um ponto não pode ser deixado de lado: esse espaço existe no Presídio Central desde o ano de 2012. Como já foi dito anteriormente, o fluxo de apenados para dentro e para fora dessa ala é constante, principalmente tendo em vista que o PCPA é uma instituição de caráter provisório, mas, apesar disso, também existem pessoas que completam lá a pena. Dos apenados que conquistaram a liberdade, nenhum foi reincidente no sistema carcerário, pelo menos até o momento da escrita desse trabalho.

Certamente o número de apenados que passam pela ala GBT é mínimo comparado à quantidade de presos do PCPA. Entretanto, a experiência proporcionada por esse espaço me leva a corroborar com os inúmeros questionamentos feitos ao modelo disciplinar de cárcere que insiste em persistir. A prisão, como já disse Foucault (1998), é uma instituição preocupada com o disciplinamento, com a produção de sujeito. O PCPA não se diferencia dessa máxima, entretanto, as estratégias de disciplina que teriam como objetivo a produção de um sujeito que poderia ser reintegrado à sociedade não parecem ser eficazes. Seria a ala GBT do PCPA a visão de uma técnica mais eficiente?

O que ocorre na 3ª do H não parece fazer referência ao modelo de impositivo e potencialmente frouxo de disciplina que baliza o funcionamento prisional. Parece emergir nesse espaço uma estratégia de controle dos corpos eficiente, capilarizada, constante e onipresente. Surge uma maneira de vigiar a conduta e garantir o efeito das práticas performativas a todo o momento. Seria, dessa forma, uma reforma das diretrizes prisionais a fim de aproximá-las de um sistema semelhante ao que ocorre na ala GBT a resposta para a aparente falência do sistema carcerário?

Responder a essa pergunta pode ser uma tarefa perigosa. Segundo o que tento sugerir com esse trabalho, a forma com a qual a ala veio a ocorrer está implicada em uma trajetória histórica e discursiva muito específica do PCPA. Nesse momento talvez seja negligente pressupor que uma simples reprodução desse modelo em outros presídios, até mesmo no PCPA, seja a resposta para a otimização do funcionamento carcerário. É muito provável que a trajetória histórica muito singular de cada instituição carcerária levou a estratégias de funcionamento distintas das que ocorrem no PCPA. Entretanto, a existência de um espaço que abriga pessoas que se identificam como travesti não é mais um fenômeno exclusivo do Presídio Central de Porto Alegre. Espaços como o que ocorre no Rio Grande do Sul têm emergido em presídios por todo o país, em diferentes regiões, em diferentes culturas. Quais as aproximações que podem ser traçadas? Existem aproximações? Que forças discursivas corroboraram para a criação desses espaços?

Antes de pensar em uma aplicabilidade desse modelo disciplinar baseado no controle e no governo ou, simplesmente, na criação de alas específicas para grupos LGBT, parece ser preciso uma análise minuciosa das singularidades dos outros locais que implantaram espaços desse tipo. É preciso que seja feita uma análise de como esses espaços vieram a se tornar como são e quais os efeitos que a existência deles exerce sobre os apenados.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Sandra dos Santos. A entrevista narrativa resignificada nas pesquisas educacionais pós-estruturalistas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. Cap. 8. p. 173-194.

ÁVILA, Maria Betânia. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p.465-469, set. 2003.

BENELLI, Sílvio José. Dispositivos Disciplinares Produtores de Subjetividade na Instituição Total. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. 2, p.99-114, nov. 2003.

BOHM, Alessandra Maria. **Os "Monstros" e a Escola: identidade e escolaridade de sujeitos travesti**. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BUTLER, Judith. **Frames of War: when is life grievable?**. Nova York: Verso, 2009.

_____, Judith. **Precarious Life: the powers of mourning and violence**. 2004. ed. Nova York: Verso, 2004.

_____, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. 236 p. (Sujeito e História).

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana R. B. “Tá lá o corpo estendido no chão...”: a Violência Letal contra Travestis no Município do Rio de Janeiro. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.233-249, jul. 2006.

COGHI, Cristina. A Casa de Detenção: Repórter da CBN reflete sobre o compromisso dos profissionais da imprensa com a qualidade da informação divulgada. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 1, n. 1, p.75-95, jan. 2005.

COSTA, Daniela Márcia Caixeta. Descortinando a Homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 2, p.585-587, jul. 2012.

COSTA, Frederico Alves; MACHADO, Frederico Viana; PRADO, Marco Aurélio Maximo. Participação Política e Experiência Homossexual: Dilemas entre o Indivíduo e o Coletivo. **Revista Interamericana de Psicologia**, v. 42, n. 2, p.325-337, 2008.

FIGUIRÓ, Mary Neide Damico (Org.). **Educação Sexual: múltiplos temas, compromissos comuns**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2009. 190 p.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a Análise do Discurso em Educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 114, n. 1, p.197-223, nov. 2001.

_____, Rosa Maria Bueno. Mídia e Educação da Mulher: Uma discussão teórica sobre modos de enunciar o feminino na TV. **Estudos Feministas**, Santa Catarina, v. 9, n. 2, p.586-599, nov. 2001

FONSECA, Mário Alves da. **Michael Foucault e o Direito**. 2. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2012. 326 p.

FOUCAULT, Michael. **A Arqueologia do Saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. 239 p. Tradução de: Luiz Felipe Baeta Neves.

_____, Michael. **As Palavras e As Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 8. ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1999. Selma Tannus Muchail.

_____, Michael. **História da Sexualidade I: o cuidado de si**. 8. ed. Santa Efigênia: Graal, 2005. Tradução de: Maria Tereza da Costa Albuquerque.

_____, Michael. **História da Sexualidade III: a vontade de saber**. 13. ed. Santa Efigênia: Graal, 1999. Tradução de: Maria Tereza da Costa Albuquerque.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. São Paulo: Perspectiva S.A., 1974.

GUINDANI, Miriam Krenzinger A.. A violência simbólica e a prisão contemporânea. **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p.99-112, dez. 2001.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural da Pós-Modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HARKOT-DE-LA-TAILLE, Elizabeth. O discurso citado na construção do efeito de sentido de identidade em agentes de segurança penitenciária. **Discurso e Sociedad**, Barcelona, v. 2, n. 3, p.475-502, nov. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e Sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Proposições**, Campinas, v. 56, n. 2, p.17-23, ago. 2007.

_____, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MACHADO, Paula Sandrine. **O Sexo dos Anjos: representações e práticas em torno do gerenciamento sociomédico e cotidiano da intersexualidade**. 2008. 266 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MAKNAMARA, Marlécio. Afinidades e afinações pós-críticas em torno de currículos de gosto duvidoso. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucey Alves (Org.). **Metodologias Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. Cap. 7. p. 153-172.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. **Dispositivo da Maternidade: mídia e produção agonística da experiência**. 2003. 182 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (ORG.). **Metodologias Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. 308 p. (Pensar a Educação Pensar o Brasil).

_____, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação ou Sobre como fazemos nossas investigações. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. Cap. 1. p. 15-22.

MICHEL, Voltaire de Freitas. **O Princípio da Diferença e o Kantismo na Teoria da Justiça de John Rawls**. Porto Alegre: Uniritter, 2008. 241 p. (Novos Conhecimentos).

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 78 p. (Cadernos de Diversidade).

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias Pós-Críticas em Educação e Currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias Pós-Críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012. Cap. 1. p. 23-46.

PETRY, Analídia Rodolpho. **Migrações Sexuais e de Gênero: experiência de mulheres transexuais**. 2011. 186 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

RAMOS, Silvia; CARRARA, Sérgio. A Constituição da Problemática da Violência contra Homossexuais: a Articulação entre Ativismo e Academia na Elaboração de Políticas Públicas. **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p.185-205, set. 2006.

RBS, Grupo. **Novo ataque a travesti é registrado em São Paulo**. 2010. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2010/11/novo-ataque-a-travesti-e-registrado-em-sao-paulo-3116833.html>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

RBS, Grupo. **Travesti é morto a facadas em Gravataí**. 2013. Disponível em: <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2013/03/travesti-e-morto-a-facadas-em-gravatai-4065437.html>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

RIBEIRO, Paula Regina Costa; SILVA, Méri Rosane Santos da; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo Gênero e Sexualidade: Composições e desafios para a formação docente**. Rio Grande: Editora Furg, 2009. 132 p.

RUDNICKI, Dani (Org.). **Sistema Penal e Direitos Humanos: (im)possíveis interlocuções**. Porto Alegre: Editora Uniritter, 2012. 156 p. (Coleção Experiência Acadêmica).

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. 235 p. Tradução de: Guacira Lopes Louro.

SALLIN, Vinícius Ricardo. **As Facções e o Grupo da Segurança no Presídio Central de Porto Alegre: relações em um sistema social complexo**. 2008. 85 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma Concepção Multicultural de Direitos Humanos. **Lua Nova**, São Paulo, v. 39, n. 1, p.105-201, nov. 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, nov. 1990.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da Masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. 2003. 261 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____, Fernando; MÜLLER, Magnor Ido. Quem ama sofre, quem sofre luta, quem luta vence: da conjugalidade entre travestis e seus maridos. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 2, p.285-295, dez. 2012.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SPADE, Dean. Be Professional. **Harvard Journal Of Law & Gender**, Cambridge, v. 33, n. 2, p.71-76, jun. 2010.

TOURAINÉ, Alain. **Pensar de Outro Modo**. 2. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2007. 247 p. (Epistemologia e Sociedade). Armando Pereira da Silva.

VALE, Alexandre Fleming Câmara do. **O Vôo da Beleza**: travestilidade e devir minoritário. 2005. 308 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Cultura, culturas e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 1, p.5-15, ago. 2003.

_____, Alfredo. Na Oficina de Foucault. **Colóquio Franco-brasileiro de Filosofia da Educação: Foucault 80 anos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-12, out. 2006.

_____, Alfredo; SARAIVA, Karla. Educar como arte de governar. **Currículo Sem Fronteiras**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p.5-13, jun. 2011.

VEJA. **Na rica Porto Alegre, o mesmo horror das celas do MA**. 2014. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/na-rica-porto-alegre-o-mesmo-horror-das-celas-do-ma>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

VITELLI, Celso. **Jovens Universitários e Discursos Sobre Masculinidades Contemporâneas**. 2008. 215 f. Tese (Doutorado) - Curso de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

YOUNG, Iris Marion. Representação Política, Identidades e Minorias. **Lua Nova**, São Paulo, v. 67, n. 1, p.139-190, nov. 2006

ZAMBRANO, Elizabeth. **"Nós Também Somos Família"**: Estudo sobre a parentalidade homossexual, travesti e transexual. 2008. 236 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

ANEXOS

Porto Alegre, ____ / ____ / ____.

Ao

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul –
CEP/UFRGS.

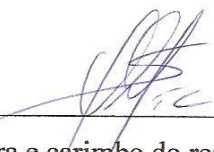
AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE PESQUISA

Eu, Oswaldo Luis M. da Silva TC responsável pela Coordenação Institucional do Presídio Central de Porto Alegre, venho por meio desta informar a V. Sa. que autorizo o pesquisador Amilton Gustavo da Silva Passos, aluno do curso de Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, a realizar/desenvolver a pesquisa intitulada “A ala GBT do Presídio Central de Porto Alegre: Estratégias identitárias e políticas institucionais”, sob orientação do Prof. Dr. Fernando Seffner.

Declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução Normativa do CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.

Informamos que você tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS Campus Central, Av. Paulo Gama, s/n -970, telefone: (51) 3308-3738, etica@propesq.ufrgs.br

“Assinatura e carimbo do responsável institucional”


Oswaldo Luis Machado da Silva
Ten Cel QOEM
Diretor PCPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do Projeto: A ala GBT do Presídio Central de Porto Alegre: Estratégias identitárias e políticas institucionais.

Instituição: Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Educação.
Curso de Pós-Graduação em Educação.

Pesquisadores Responsáveis: Fernando Seffner, Amilton Gustavo da Silva Passos

Telefones para contato: (51) 3308-3738 (telefone do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS e (51) 8312-1313 (telefone do pesquisador principal)

Local da coleta de dados: Presídio Central de Porto Alegre.

Declaro, como responsável pelo projeto de pesquisa “A ala GBT do Presídio Central de Porto Alegre: Estratégias identitárias e políticas institucionais”, que após a seleção e realização das entrevistas com os indivíduos, as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do presente projeto, as quais somente poderão ser divulgadas de forma anônima, preservando o sigilo e o anonimato. Os resultados do presente estudo serão armazenados com extrema privacidade e serão mantidas no prédio da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS Campus Central, Av. Paulo Gama, s/n – RS, por um período de dois anos sob a responsabilidade do Prof. Dr. Fernando Seffner. Após este período os dados serão destruídos.

Informamos que você tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS Campus Central, Av. Paulo Gama, s/n -970, telefone: (51) 3308-3738, etica@propesq.ufrgs.br



Amilton Gustavo da Silva Passos

Pesquisador Mestrando

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido n° _____

O/A Senhor/Senhora está sendo convidado/convidada a participar, como voluntário/voluntária, em uma pesquisa. Após ser esclarecido/esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA

Título do Projeto: A ala GBT do Presídio Central de Porto Alegre: Estratégias identitárias e políticas institucionais

Pesquisadores Responsáveis: Fernando Seffner e Amilton Gustavo da Silva Passos

Telefones para contato: (51) 8312-1313.

Email: gustavo_bio@live.com

Caro/cara colaborador/colaboradora, queremos convidá-lo/convidá-la a fazer parte deste estudo, através de uma entrevista a respeito das suas impressões acerca da ala GBT do Presídio Central de Porto Alegre. Será realizada uma série de entrevistas com indivíduos que participaram do processo de formação da ala. As entrevistas serão iniciadas com uma pergunta norteadora a respeito de como se sucedeu a história de formação da ala GBT, sendo possível a necessidade de outras perguntas na tentativa de esclarecer imprecisões e conceitos vagos. As entrevistas serão gravadas em áudio e em seguida transcritas na íntegra. Sua fala não será disponibilizada para outros fins além dessa pesquisa, sendo seu anonimato assegurado. A manutenção do anonimato será tratada como prioridade durante a realização desse estudo. A pesquisa poderá lhe trazer riscos, em últimas instâncias, tanto quanto à eventual perda e ao sigilo de informações, como constrangimentos. Da mesma forma, a sua participação será voluntária, não havendo a obrigação de Vossa Senhoria em participar desta pesquisa, o qual poderá desistir a qualquer momento deste estudo, cabendo apenas a solicitação de tal ao pesquisador responsável, que seus dados serão excluídos. A coleta dos dados ocorrerá no mês de Janeiro do ano de 2014.

Pretende-se transitar com esta pesquisa nos espaços de discussão de temas referentes aos processos de execução penal, direitos humanos, sistema carcerário e educação. Sua colaboração se faz de grande relevância uma vez que pode contribuir no planejamento de ações efetivas de melhoria de qualidade de vida em instituições carcerárias, bem como outros espaços de privação de liberdade. Além disso, esse trabalho pode contribuir na efetivação do cumprimento de diretrizes dos Direitos Humanos em espaços que ainda negligenciam tais medidas.

Informamos que você tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Se tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS Campus Central, Av. Paulo Gama, s/n -970, telefone: (51) 3308-3738, etica@propesq.ufrgs.br.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do/da Colaborador/Colaboradora

Assinatura do Pesquisador Responsável